

CRISTIANE DA SILVA ALVES

DO SERTÃO ÀS ARTIMANHAS DO NARRADOR
ou investigando o *Grande Sertão* e as suas *Veredas*

PORTO ALEGRE
2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DE LITERATURA
ESPECIALIDADE: LITERATURA BRASILEIRA
LINHA DE PESQUISA: LITERATURA, IMAGINÁRIO E HISTÓRIA**

**DO SERTÃO ÀS ARTIMANHAS DO NARRADOR
ou investigando o *Grande Sertão* e as suas *Veredas***

CRISTIANE DA SILVA ALVES

ORIENTADOR: Prof. Dr. ANTÔNIO MARCOS VIEIRA SANSEVERINO

Dissertação de mestrado em Literatura Brasileira apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Literatura pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**PORTO ALEGRE
2011**

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, meu irmão, irmãs e sobrinho, por todas as conversas e cafezinhos que compartilhamos. Espero que entendam o quão importante esta pesquisa é para mim e perdoem as muitas horas em que o computador e os livros ocuparam lugar maior em minha vida.

Ao meu orientador, professor Antônio Marcos Vieira Sanseverino, pela seriedade, respeito, dedicação e amizade com que conduziu esta pesquisa e, principalmente, pelo apoio e incentivo à minha “travessia” profissional.

À professora Elisabete Carvalho Peiruque, outro belo exemplo pessoal e profissional, que um dia acreditou nos meus dotes como pesquisadora e abriu-me, literalmente, as portas da sua casa.

A todos os outros professores e incentivadores com quem aprendi e continuo aprendendo, que não nomeio por serem muitos, mas a quem agradeço imensamente.

Aos colegas e amigos, pelo apoio, paciência e inspiradores bate-papos.

Aos meus alunos, pelos comentários, dúvidas e debates promovidos em sala de aula e que, de algum modo, contribuíram para esta pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação da UFRGS por ter acolhido meu projeto e proporcionado seu desenvolvimento.

À CAPES pelo auxílio financeiro concedido por um ano, no período de abril de 2010 a março de 2011.

Adianta querer saber muita coisa? O senhor sabia, lá para cima – me disseram. Mas, de repente, chegou neste sertão, viu tudo diverso diferente, o que nunca tinha visto. Sabeça aprendida não adiantou para nada... Serviu algum?

(ROSA, 2001a, p. 276)

RESUMO

O presente trabalho busca analisar o sertão e as personagens que Guimarães Rosa imortalizou em *Grande Sertão: Veredas*, focando, principalmente, o modo como o autor aproveita materiais apreendidos da própria experiência, aliando-os a recursos imaginativo-fabulares de que se utiliza amplamente, recriando ou mesmo deformando a realidade em prol do universo ficcional. Igualmente, busca-se averiguar a formação dos homens e o papel das mulheres no ambiente sertanejo criado por Rosa, espaço recoberto por valores masculinos, território violento e, aparentemente, hostil ao elemento feminino. Para tanto, toma-se como base teórica os estudos sobre a família patriarcal realizados por Gilberto Freire em *Casa Grande & Senzala* e *Sobrados e mucambos*, bem como os estudos acerca do romance de Guimarães Rosa desenvolvidos por Kathrin Rosenfield e Luiz Roncari, entre outros. Dá-se destaque para a relação de Riobaldo com as mulheres, além de empreender-se uma análise mais apurada da personagem Diadorim, a “moça virgem” que encarna a aparência e os valores de um jagunço destemido a fim de vingar a morte do pai e promover a ordem no sertão. Seguindo o estudo, avalia-se a travessia de Riobaldo, investigando a transformação do protagonista/narrador ao longo da narrativa: de pobre menino, órfão e sem pertences, a chefe destacado e herói, até finalmente tornar-se fazendeiro. Por fim, volta-se a presente análise para o narrador e a confiabilidade de seu relato, enfatizando-se os artifícios empregados ao longo da narração para atrair e/ou ludibriar o interlocutor (e o leitor). Após várias leituras do livro, com o apoio do referencial crítico-teórico, a principal conclusão que se extrai do estudo de *Grande Sertão: Veredas* é que seu texto, habilmente arquitetado, conduz a uma leitura encantatória e, não raro, ingênua. Quem pretende de fato apreender o livro, deve ser metuculoso e atento, empregando esforço crítico e constantes releituras para desvendar os significados ocultos por detrás de suas paisagens, aventuras e artimanhas narrativas. Espera-se, com este trabalho, promover a reflexão e ampliar as possibilidades de leitura e compreensão da obra rosiana.

PALAVRAS-CHAVE: João Guimarães Rosa; *Grande Sertão: Veredas*; narrativa; narrador

ABSTRACT

This study aims to analyze the *sertão* and the characters immortalized by João Guimarães Rosa in *Grande Sertão: Veredas (The Devil to Pay in the Backlands)*, focusing mainly how the author makes a good use of the materials seized from his own experience, combining them with fabled resources that are used widely, recreating or even deforming reality in favor of the fictional universe. Also, we seek to investigate the formation of men and also the role of women in the environment created by Rosa, area covered by masculine values, violent territory, apparently hostile to the feminine element. For this, we take as the theoretical basis the patriarchal family studies performed by Gilberto Freyre in *Casa Grande & Senzala* and *Sobrados e Mucambos*, as well as studies developed by Kathrin Rosenfield and Luiz Roncari, among others. We put emphasis on the relationship of Riobaldo with women, with a more thorough analysis of the character Diadorim, the "virgin girl" who embodies the appearance and the values of a fearless *jagunço* to avenge his father's death and promote order in the *sertão*. Following the study, we examine the journey made by Riobaldo, investigating the transformation of the protagonist/narrator throughout the narrative: from poor boy, orphaned and without possessions, to prominent chief and hero, until finally he became a farmer. As a final point, this analysis turns to the narrator and the reliability of his report, emphasizing the artifice employed throughout the story to attract and/or deceive the listener (and reader). After several readings of the book, with the support of critical-theoretical reference, the main conclusion to draw from the study of *Grande Sertão: Veredas (The Devil to Pay in the Backlands)* is your writing, cleverly devised, leading to a spellbinding reading, and often, naive. Who really wants to grasp the book should be careful and attentive, employing critical effort and constant re-readings to uncover the hidden meanings behind its landscapes, adventures and narrative tricks. We hope to promote reflection and broaden the possibilities of reading and understanding of Rosa's work.

KEY WORDS: João Guimarães Rosa; *Grande Sertão: Veredas*; narrative; narrator

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	08
1. O SERTÃO ROSIANO	13
1.1 Os homens e a violência	24
1.2 As mulheres.....	47
2. A TRAVESSIA DO HERÓI	66
2.1 O pobre menino.....	67
2.2 Riobaldo <i>Tatarana</i>	73
2.3 O <i>Urutú-Branco</i>	77
3. O NARRADOR EM <i>GRANDE SERTÃO: VEREDAS</i>	87
CONCLUSÃO	107
REFERÊNCIAS	115

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Parecia esgotada a matéria regional, especialmente sertaneja, em que vários autores já se haviam aventurado. Estava o país em plena época do avanço desenvolvimentista e o colega da Faculdade de Medicina, então presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek, dava início à grande “empreita” de construir Brasília¹, quando, arrojado, sábio ou louco, eis que vem Guimarães Rosa, trazendo pela mão um velho fazendeiro, contando histórias de guerras, de homens bravos, de cavalos e cavaleiros perecendo em meio a sangue, suor e veredas, em que o bem e o mal se misturavam e *desmisturavam*, enquanto uma donzela de olhos sedutores e fatais se armava de faca e coragem e enfrentava o demônio. Juscelino e seus homens punham abaixo, em nome da modernização, aquilo que Rosa e seus jagunços, sob a bandeira da literatura, fariam emergir e alçar à imortalidade.

Dominado desde o início pela fala de Riobaldo, o narrador/protagonista, *Grande Sertão: Veredas* se abre com um travessão e a palavra “Nonada”, seguida de ponto, para encerrar-se (apenas depois de decorridas mais de quinhentas páginas) com “travessia”, vocábulo seguido por uma intrigante curva geométrica em forma de oito – ∞ –, a lemniscata, que simboliza, entre outras coisas, o infinito, sugerindo que a travessia não se esgotara, como também não se esgotam as possibilidades de leitura do livro que, desde o seu lançamento, não deixa (ou deixa pouco) lugar para meios-terminos, meia leitura ou meia opinião. Entre os relatos de que tive notícia, pelo

¹ Aos 04 de abril de 1955, no primeiro comício da campanha rumo à presidência, Juscelino assim prometera: “Cumprirei na íntegra a Constituição. Durante o meu quinquênio, farei a mudança da sede do governo e construirei a nova capital”. (para maiores informações, consultar Revista VEJA – 50 anos de Brasília. Disponível em <http://veja.abril.com.br/especiais/brasil/por-que-jk-construiu-brasil-p-42.html>). Vencida a eleição, JK toma posse em janeiro de 1956, levando a cabo o projeto desenvolvimentista que compreendia, entre outras metas, a construção de Brasília, inaugurada aos 21 de abril de 1960. No mesmo mês e ano em que o novo presidente tomava posse, Guimarães Rosa trazia a público *Corpo de Baile*, livro que antecede sua obra máxima, *Grande Sertão: Veredas*, lançado alguns meses mais tarde, em maio de 56, ambos dando continuidade à matéria já evocada em *Sagarana*, de 1946, preservando em suas páginas o sertão que Juscelino iria desbravar e transformar definitivamente, para dar lugar à nova sede do governo.

menos, há aqueles que nunca leram e os que não cessam de ler e reler; há os que detestam e os que rendem adoração; os que se furtam a emitir opinião e os que tecem defesas apaixonadas sobre cada uma de suas páginas. São poucos os comedidos, que tratam *Grande Sertão* como apenas mais um entre os grandes livros. No meu caso, particularmente, brigo diariamente com a leitora entusiasta para dar lugar à pesquisadora atenta e distanciada. Vence a primeira, esforça-se a segunda, segue a travessia...

Minha primeira leitura, conforme acredito ocorrer com boa parte dos que lêem *Grande Sertão: Veredas*, se deu em meio à curiosidade e encantamento, sem perceber de imediato muitas das artimanhas de Rosa e de seu narrador. Posso mesmo dizer que foi com certa ingenuidade que alcancei suas últimas páginas, levada pela poesia do texto, sem lhe notar grande parte das armadilhas. O fascínio pelo livro, entretanto, instigou-me a tomá-lo como objeto de pesquisa e, conseqüentemente, a empreender nova(s) leitura(s) que, juntamente com o levantamento crítico/bibliográfico, levou-me a outras trilhas, outras veredas, por entre as quais me embrenhei – e continuo me embrenhando – em busca da árdua e sempre surpreendente tarefa de desvendar a obra-prima de Rosa.

Ainda na graduação, dediquei-me a analisar as três mulheres por quem Riobaldo nutria amor: Diadorim, Nhorinhá e Otacília, e, dada a riqueza daquelas personagens e do texto rosiano, decidi continuar explorando o tema. A proposta inicial desta dissertação, aliás, era estudar o feminino em *Grande Sertão: Veredas*, ampliando as possibilidades de leitura e fontes de estudo. No decorrer da pesquisa, entretanto, a análise se estendeu um pouco mais e o foco deixou de ser apenas o feminino, conforme se verá.

Cuidando que não se poderia entender o desenvolvimento e/ou a permanência do feminino, sem antes desvendar o meio e sua força, empenhei-me em tentar delinear o sertão rosiano e, aliado a isso, os homens que por ali circulavam e que, dada a sua violência e poder de mando, sobrepujavam o elemento feminino. Um entre aqueles homens, todavia, contrariando os demais, rendia louvores ao feminino e sua acolhida, de onde extraía forças para empreender sua jornada. Trata-se do protagonista-narrador de *Grande Sertão: Veredas* que, justamente por tomar o elemento feminino como força impulsionadora em sua trajetória, merecia um capítulo à parte. Foi por ele, pois, que me deixei guiar ao longo de mais uma leitura do livro, embalada por seu discurso e desolada por suas perdas. Poderia mesmo ter encerrado a pesquisa, analisando o feminino e sua contribuição na travessia de Riobaldo, mas já sabia que sua história não era

apenas feita de poesia, tristeza e ausências. Afinal, quem dava a conhecer a matéria, unicamente pelo seu ponto de vista, já não era um “pobre menino” ou jagunço, mas, sim, um abastado proprietário, letrado e experimentado, com grande gosto e facilidade em contar “causos”, motivos suficientes para empreender nova leitura, prevenida, atenta às entrelinhas. Só assim poderia avançar na compreensão do livro: lendo, relendo e, principalmente, desconfiando. Deixando-me, pois, guiar pelo sertão rosiano, apreciando sem receio suas veredas, permiti que o discurso de Riobaldo me enfeitiçasse e compadecesse; voltando, todavia, por entre as trilhas, acompanhada de Bolle, Candido, Roncari, Rosenfield e muitos outros, refiz o percurso e investiguei sua história, seu caráter e suas intenções. Caminhando sobre as pegadas de Rosa, de críticos, leitores, professores e pesquisadores, indo e vindo sobre as minhas próprias pegadas, nasceu o estudo que segue e que ora explico.

Inicialmente, no **capítulo 1**, a dissertação cuida de apresentar e examinar o sertão criado por Guimarães Rosa, cotejando realidade e ficção, ou seja, o material diretamente apreendido da experiência do autor e os recursos imaginativo-fabulares de que se serve para compor o ambiente em que se situa *Grande Sertão: Veredas*. Uma vez examinado o ambiente sertanejo, segue a análise da formação dos homens naquele meio, quem são, como são, de que forma sobrevivem e, principalmente, como e por que a violência e a dureza marcam as principais personagens masculinas criadas por Rosa. Isto posto, busca-se averiguar o desenvolvimento das mulheres e sua participação no ambiente sertanejo-patriarcal, marcado pelo mando e pela violência dos homens. Verifica-se os papéis e lugares ocupados pelas mulheres, bem como sua importância no texto rosiano, evidenciando-se, principalmente a tríade amorosa do personagem/narrador, examinando a relevância que ele lhes concede e de que forma o elemento feminino colabora para a sua ascensão, contribuindo na promoção ou no aprimoramento dos seus valores masculinos, viris e afetivos. Vale ressaltar que, embora o narrador seja tema do capítulo final, desde o primeiro capítulo leva-se em conta seu olhar sobre o sertão, dado que é através dele que se desdobra o espaço, a paisagem e os diversos tipos humanos que serão objetos de análise.

O **capítulo 2**, por sua vez, trata da travessia de Riobaldo e investiga a transformação do protagonista/narrador ao longo da narrativa: de pobre menino a chefe e herói, até finalmente tornar-se um tranqüilo proprietário de terras. Inicialmente, examina-se a infância miserável, ao lado da mãe Bigrí, em que só não lhe faltaram afetos e cuidados. Verifica-se, ainda, o primeiro encontro com Diadorim quando, ainda meninos, selam seu destino. Posteriormente, analisa-se a

morte da mãe e a convivência com o padrinho e suposto pai, seguindo-se à fuga da fazenda deste e a vida de professor e secretário de Zé Bebelo, até empreender nova fuga e encontrar pela segunda vez Diadorim, que o insere na jagunçagem, meio no qual Riobaldo, graças à pontaria certa, torna-se conhecido como *Tatarana*. Segue-se a análise de sua trajetória, destacando-se a aprendizagem do sistema jagunço, o pacto com o demônio e, finalmente, como Riobaldo domina o sistema aprendido e, utilizando em benefício próprio, deixa de ser apenas mais um jagunço para tornar-se o Chefe *Urutú-Branco*, angariando glórias e alcançando confortável posição.

Após investigar a trajetória do protagonista e a sua transformação, cuida-se de verificar, no **capítulo 3**, o narrador, pondo-se em xeque a confiabilidade do seu relato, investigando como e por que ele seduz o interlocutor (e o leitor) através de uma série de artifícios, em meio à narrativa aparentemente pacata, mas cercada de astúcia, na qual sobressai a “manha caboclo-sertaneja” de Riobaldo, aliada à argúcia e farta imaginação do mestre Guimarães Rosa, que não poupa ironia, dissimulação, e outros recursos, para compor o ex-jagunço, ora fazendeiro, “barranqueiro-filósofo”, que ocupa seus dias recordando o passado, meditando e “engambelando” visitantes com seus “causos”.

O presente estudo não esgota as possibilidades de leitura do livro, apenas oferece mais uma, fruto de várias leituras, reflexões, esforço crítico, certa dose de intuição e – por que não dizer? – paixão pelo texto. Espera-se, de alguma forma, auxiliar na compreensão da obra rosiana, mas, acima de tudo, render homenagem à Guimarães Rosa e contribuir para que ele, que não morreu, ficou encantado, continue encantando gerações, como encantou a mim, que quero continuar a “ouvir” suas *Primeiras estórias*, embalada e entregue como em um *Corpo de Baile*, para também aprender a criar *Estas estórias* que conta Guimarães, como conta o velho Riobaldo. *Ave, palavra!* No dia em que eu dominar sua língua, meu simples “causo” transformar-se-á em *Sagarana*, meu pequenino universo será grande, feito *Grande Sertão* e talvez possa eu mesma, pesquisadora ainda botão, desabrochar em indefinível *Rosa*.

Vale apontar, finalmente, que a presente análise compreende, assim como a história de *Grande Sertão: Veredas*, uma travessia. Trata-se, neste caso, de uma travessia literária que, conforme mencionado anteriormente, passa da “ingenuidade” da primeira leitura para a “desconfiança” suscitada pela pesquisa e a(s) releitura(s). Levando-se em conta as idéias de Lúkacs acerca da natureza do romance, poder-se-ia dizer que houve uma passagem da ingenuidade épica (epopéia) para o distanciamento irônico. De certo modo, o envolvimento

poético e épico da primeira leitura tende a se diluir pela posição distanciada da análise do narrador, movimento que parece ser natural, inerente àquele que se propõe a desvendar a criação rosiana.

Em um primeiro momento, há uma entrega silenciosa e desarmada à obra, buscando apenas o deleite da aventura e do contar poético que emana do livro, desconhecendo “o real tormento da procura e o real perigo da descoberta” (LÚKACS, 2000, p. 26), mas eis que, então, satisfeitos, propomo-nos à releitura e ao estudo aprofundado da história e de seu herói. Tornamo-nos pesquisadores, investigadores e, conseqüentemente, solitários. “Súbito descortina-se então o mundo abandonado por deus” (LÚKACS, 2000, p. 92), restamos livres para interpretar e reinterpretar o romance, mas a liberdade também implica em desamparo. A leitura amadurece, amplia-se, como também se ampliam os questionamentos, freqüentemente sem respostas. Não são as respostas, contudo, que mantêm a obra viva. Uma obra se mantém viva pelo acúmulo de interrogações que suscitam leituras e releituras. No caso, resta evidente que *Grande Sertão: Veredas* apenas ganha vida na primeira leitura de imersão, pelo encantamento, mas também é necessário que se empreenda nova(s) leitura(s), para investigar de que modo e a partir de quais expedientes o efeito encantatório é criado. A (re) leitura inquisitiva não apenas auxilia o esclarecimento, como possibilita a continuidade, a permanência do livro. Será maduro o leitor que após a primeira leitura (poética, encantatória) empreenda outras, já então com um olhar apurado e crítico que lhe permita buscar, descobrir, interpretar, sem medo de fazer e refazer a *travessia*. Há que se manter a mira de Riobaldo² e a coragem de Diadorim.

² Agradeço e credito ao Prof. Paulo Seben o comentário. Foi ele quem gentilmente emitiu o desejo de que eu atingisse meus objetivos “com a mira de Riobaldo”.

1 O SERTÃO ROSIANO

Sertão: quem sabe dele é urubu, gavião, gaivota, esses pássaros: eles estão sempre no alto, apalpando ares com pendurado pé, com o olhar remedindo a alegria e as misérias todas...

(ROSA, 2001a, p. 590)

A paisagem em que se desenrola a trama rosiana, misturando elementos ficcionais e lugares reais³, situa-se em uma parte do sertão que vai de Minas Gerais à Bahia e parte do sertão goiano⁴, cujas características são apresentadas ao leitor através das reminiscências do velho Riobaldo que, pouco a pouco, em sua tentativa de situar o “doutor” da cidade, vai descortinando as terras que abrigaram a sua existência e nas quais repousa sua velhice.

O senhor tolere, isto é o sertão. Uns querem que não seja: que situado sertão é por os campos-gerais a fora a dentro, eles dizem, fim de rumo, terras altas, demais do Urucúia. Toleima. Para os de Corinto e do Curvelo, então, o aqui não é dito sertão? Ah, que tem maior! Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade. O Urucúia vem dos montões oeste. [...] O *gerais* corre em volta. Esses gerais são sem tamanho. [...] O sertão está em toda a parte. (ROSA, 2001a, p. 23-24)

Depreende-se da descrição de Riobaldo, primeiramente, que não há consenso acerca do que é o sertão, cuja diversidade e amplitude dificultam a caracterização. Igualmente, verifica-se a falta de limites, esta entendida de forma ambivalente, que tanto pode referir-se a limites geográficos quanto a limites legais que imponham a ordem. Espaço vasto, o sertão não tem início nem fim – “está em toda a parte” –, entendendo-se, neste caso, a falta de limites como ausência de fronteiras⁵; ao mesmo tempo, ante a carência de autoridade, de controle pelo Estado,

³ De acordo com Alan Viggiano, “[t]odos os rios, vilas, serras, caminhos e veredas são localizáveis. Inclusive as cidades que, de um modo ou de outro, entram na narrativa: Sete Lagoas, São Romão, Rio Pardo, Araçuaí, Monte Azul, Grão Mogol, Brasília (de Minas), Lassance, São Francisco, Corinto, Itacambira, São Gonçalo do Abaeté, Paracatu, Caririnha, Montes Claros, Januário e Pirapora.” (VIGGIANO, 2007, p. 88).

⁴ Para quem deseja conhecer melhor a região abordada na obra rosiana, sugere-se a dissertação de Cecília de Aguiar Bergamin, intitulada “*Dansadamente: unidade do Corpo de baile de João Guimarães Rosa*”, sob orientação de José Antonio Pasta Junior (USP, 2008), que faz uma boa apresentação geográfica do sertão.

⁵ Vale mencionar que a preocupação em caracterizar esse espaço natural com rarefeita presença humana, bem como os conflitos e descompassos que emanam desse ambiente, já se verificara anteriormente na obra de Taunay, em *Inocência* (1872), Afonso Arinos em *Pelo Sertão* (1898) e Euclides da Cunha, em *Os Sertões* (1902), apenas para

facilmente avulta o crime sem detença, compreendida aí a falta de limites como ausência de lei. Tanto animais quanto homens são criados “à solta”, ao largo da imensidão de terras em que abundam espaços de parco ou nenhum povoamento. “A pobreza daquelas terras, só pobreza, a sina tristezinha do pouco povo. Aonde o povo no rareado, pelo que faltava de água naquelas chapadas; e a brabeza do gado, que caminhava em triste achar.” (ROSA, 2001a, p. 482). Como o gado, caminhando “em triste achar”, os poucos moradores, não raro, têm de partir em busca de espaços e condições melhores, a fim de salvaguardar-se da precariedade e do isolamento, como a

população de um arraial baiano, inteira, que marchava de mudada — homens, mulheres, as crias, os velhos, o padre com seus petrechos e cruz e a imagem da igreja [...] Iam para os diamantes, tão longe, eles mesmo dizendo: “... nos rios...” Uns tocavam jumentos de almocreve, outros carregavam suas coisas — sacos de mantimentos, trouxas de roupa, rede de caroá a tiracol. O padre, com chapéu-de-couro prà-trasado. Só era uma procissão sensata enchendo estrada, às poeiras, com o plequeio das alpercatas, as velhas tiravam ladainha, gente cantável. Rezavam, indo da miséria para a riqueza. (ROSA, 2001a, p. 73-74)

O próprio leitor, ao abrir as páginas do livro e decidir embrenhar-se em suas veredas, há de empreender longa caminhada. A partir das lembranças do velho narrador, inicia-se uma viagem geográfica e afetiva, conduzida pela memória do ex-jagunço que, pouco a pouco, reconstrói espaços e cenários, recheando as páginas de *Grande Sertão: Veredas* com o deslumbramento e a disparidade de terras ora cercadas de belezas, paisagens coloridas e recantos mágicos como

os altos claros das Almas: rio despenha de lá, num afã, espuma próspero, gruge; cada cachoeira, só tombos. O cio da tigre preta na Serra do Tatu — já ouviu o senhor gargaragem de onça? A garoa rebrilhante da dos-Confins, madrugada quando o céu embranquece — neblim que chamam de xererém. [...] A da-Raizama, onde até os pássaros calculam o giro da lua — se diz — e canguçu monstra pisa em volta. Lua de com ela se cunhar dinheiro. Quando o senhor sonhar, sonhe com aquilo. Cheiro de campos com flores, forte, em abril: a ciganinha, roxa, e a nhíca e a escova, amarelinhas... Isto — no Saririnhém. Cigarras dão bando. Debaixo de um tamarindo sombroso... Eh, frio! Lá geia até em costas de boi, até nos telhados das casas. Ou no Meão-meão — depois dali tem uma terra quase azul. Que não que o céu: esse é céu-azul vivo, igual um ovo de macuco. Ventos de não deixar se formar orvalho... Um punhado quente de vento, passante entre duas palmas de palmeira... (ROSA, 2001a, p. 42)

citar alguns. No caso de Rosa, entretanto — e aí reside a maestria do autor — a descrição do ambiente, da paisagem e dos tipos que por ali circulam, bem como a reflexão que é possibilitada pela sua observação, não deriva do olhar do viajante, externo ao lugar, tampouco se dá a conhecer pela linguagem culta, estranha ao meio. Rosa destaca-se de seus predecessores, justamente porque cede a um nativo da região, homem rústico, conhecedor de seus encantos e de suas chagas, o poder da palavra. A sensação de falta de limites, de ausência de fronteiras, não por acaso, traduz a visão de quem vive dentro daqueles vastos espaços e anda a cavalo ou a pé por lugares sem cercas em que, ao menos aparentemente, não se alcança o fim.

ora repletas de ameaças e trilhas inóspitas, intransponíveis, como o Liso do Sussuarão que “não concedia passagem a gente viva, era o *raso* pior havente, era um escampo dos infernos” (ROSA, 2001a, p. 50). Marcadas pela desigualdade, aquelas terras sertanejas apresentam ora imponentes fazendas, com suas lavouras e bois no pasto, plenas de fartura e cuidado, a abrigar os cidadãos respeitáveis e suas senhoras e moças “orvalhosas”, ora o gritante contraste das “grotas e fundões” que desde os mais remotos tempos padecem do esquecimento do Governo e dos homens em geral, locais de onde sobressaem a feiúra, o atraso e a miséria, que dão aos seus ocupantes um aspecto desfigurado e inumano, capaz de chocar até o mais experimentado dos homens ante aqueles cuja penúria segrega, animaliza.

Quase que cada um era escuro de feições, curtidos muito, mas um escuro com sarro ravo, amarelos de tanto comer só polpa de buriti [...] Um, zambo, troncado [...] O quanto feioso, de dar pena, constado chato o formo do nariz, estragada a boca grande demais, em três. [...] Que o que acontecia era de serem só esses homens reperdidos sem salvação naquele recanto lontão de mundo, grotiros dum sertão, os catrumanos daquelas brenhas. [...] Que viviam tapados de Deus, assim nos ocos. Nem não saíam dos solapos, segundo refleti, dando cria feito bichos, em socavas. Mas por ali deviam de ter suas casas e suas mulheres, seus meninos pequenos. Cafuas levantadas nas burguérias, em dobras de serra ou no chão das baixadas, beira de brejo; às vezes formando mesmo arruados. Aí plantavam suas rocinhas, às vezes não tinham gordura nem sal. Tanteei pena deles, grande pena. (ROSA, 2001a, p. 400-401)

Transpostas algumas trilhas, contudo, surgem mais uma vez ambientes de pura contemplação, como muitos espalhados ao longo do texto, revelando um encantamento que ultrapassa os limites da personagem/protagonista e deixa transparecerem lembranças do próprio autor, que sempre explicitou sua origem e seu apego: “Levo o sertão dentro de mim e o mundo no qual vivo é também o sertão” (ROSA, *apud* LORENZ, 1991, p. 85)⁶. Dando voz ao ex-jagunço, Rosa traz à tona muito de si mesmo e dos conhecimentos adquiridos acerca da região em que nasceu, das suas raízes, das pessoas, dos “causos” e lugares com os quais tomou contato ao longo da vida e, principalmente, das suas excursões pelo sertão, das quais extraiu o sumo para as suas obras, perpetuando sua terra e sua gente. A afeição pelo “torrão natal”, bem como o seu aproveitamento na tessitura da obra ficcional marcariam o autor desde o início, como se pode verificar em *Sagarana*, o primeiro livro, cujos “segredos” Rosa cuidaria de esclarecer em carta endereçada a João Condé:

⁶ Remetendo-nos, imediatamente à fala de Riobaldo que, da mesma forma, assegura ao seu visitante: “Sertão: é dentro da gente” (ROSA, 2001a, p. 325).

[...] eu tinha de escolher o terreno onde localizar as minhas histórias. Podia ser Barbacena, Belo Horizonte, o Rio, a China, o arquipélago de Neo-Baratária, o espaço astral, ou, mesmo, o pedaço de Minas Gerais que era mais meu. E foi o que preferi. **Porque tinha muitas saudades de lá.** Porque conhecia um pouco melhor a terra, a gente, bichos, árvores. **Porque o povo do interior — sem convenções, “poses” — dá melhores personagens de parábolas:** lá se vêem bem as reações humanas e a ação do destino: lá se vê bem um rio cair na cachoeira ou contornar a montanha, e as grandes árvores estalarem sob o raio, e cada talo do capim humano rebrotar com a chuva ou se estorricar com a seca. (ROSA, 2001b, p. 25. *Grifos meus*)

Tema caro à nossa tradição literária desde Gonçalves Dias, a saudade da terra e o elogio de suas belezas comparece, igualmente, na obra rosiana. Embora não se tenha engajado propriamente a uma determinada escola literária, o autor percorre (à sua maneira) o caminho iniciado pelos Românticos e completado pelos Modernistas no que tange à busca da identidade nacional, compreendendo-se nesta a tentativa de (re) descoberta e a exaltação do homem brasileiro, de seu passado histórico e de sua região. Guimarães Rosa volta-se para o homem puro, simples, sem artificialismos, o homem do povo, sem se ater, todavia, ao regionalismo tacanho e excludente, que se fecha em si mesmo como fonte única de inspiração. Para Rosa, ao contrário, o material regional é ponto de partida para incorporar-se à temática universal, inserindo-se no movimento que Candido chamou de “super-regionalismo” (1989, p. 162). Lança mão do povo do interior, da população simples e sem rodeios, que cultiva o hábito de contar “causos” e histórias porque “dá melhores personagens de parábolas”, como ele mesmo afirma. A base das personagens, pois, é calcada na matriz regional, em uma gente brasileira, mais precisamente sertaneja, afeita à narração de histórias e anedotas, seja por distração, gracejo ou tentativa de preservar a própria história, mas, para além dos casos populares, locais, o autor molda-as de modo a extrair de seus “causos” a narrativa exemplar, a parábola, revestindo suas histórias de caráter fabular e seus tipos de feições heróicas, adaptando o material de base a um modelo e tradição que não se limitam ao pitoresco, ao particular, antes possuem caráter universal. Kathrin Rosenfield, tratando do hábito de “contar e ouvir histórias”, que considera “tipicamente brasileiro”, aponta que

[c]om uma raiz firmemente plantada nesses hábitos visceralmente brasileiros, Guimarães Rosa absorve, pelos vasos capilares da sua arte, os sucos vitais da grande tradição narrativa judaico-cristã: a da parábola e a greco-romana da fábula, com suas diversificações nas histórias de plantas, animais e homens. (ROSENFELD, 2006, p. 38)

Embora a opção pelo povo “sem convenções” e sem “pose” pressuponha como valor a simplicidade, talvez uma idealização de que a cultura popular traga renovação ética, estética,

quicá política, seu projeto nada tem de simples. Ao contrário, é bastante ambicioso, visando não apenas revitalizar a matriz regional que lhe serve de base e (re) integrá-la ao Brasil, mas alçar vôo e inseri-la no panorama mundial⁷. Se os cenários, as personagens e o seu falar implicam no pitoresco, no local, no “exótico”, as fabulações que daí resultam são de uma ordem maior, não se limitam a alguns homens, antes dizem respeito à humanidade. Não por acaso, adverte Riobaldo: “estou contando não é uma vida de sertanejo, seja se for jagunço, mas a matéria vertente.” (ROSA, 2001, p. 116).

Muitas questões que se elaboram ao longo da obra são ancestrais, primitivas, e, talvez, resida exatamente aí o motivo de Rosa ter buscado o homem simples como matéria-prima, o homem praticamente em estado bruto, com todos os seus sentidos em harmonia com a natureza, tão rústica quanto ele, intocados ambos pela invasão de sons, luzes, fumaça, limites, enfim, elementos urbanos que contaminam, envolvem, até transformar por completo o homem e o cenário, despojando-os, não raro, da beleza, da vivacidade e do encantamento poético primordial. Em sua busca pelo original, Rosa incorpora ao seu pequeno universo sertanejo a matéria apreendida dos clássicos, volta-se aos mitos, reelabora, recria e, então, já não se tem um sertanejo qualquer, mas sim um herói do sertão, cujo falar também é recriação, que ora remonta a arcaísmos, há muito esquecidos em outras regiões, ora junta elementos de línguas distintas e inventa nova linguagem – a linguagem rosiana que, não sem certa audácia, conjuga elementos aparentemente inconciliáveis e traz à tona surpreendentes neologismos⁸, compostos de línguas clássicas, indígenas, além de boa dose de matéria apreendida com o sertanejo inventivo. “O capiauí está mais certo: com o vocabulário, involuntariamente escasso, de que dispõe, gosta da ostentação, de opulência, de beleza, de inventar nomes”, diria Rosa em entrevista à Ascendino

⁷ Não se deve esquecer o extremo rigor com que Rosa acompanhava, meticulosamente, as suas traduções, opinando, corrigindo, explicando. Uso o termo “rigor”, aliás, para externar a seriedade e precisão que ele impunha, mas quanto ao modo de tratar seus tradutores creio que possamos mesmo dizer que o fazia “amorosamente”, como um pai que censura os filhos para extrair deles seus melhores resultados. A correspondência de Rosa com os tradutores, já publicada e acessível, aliás, demonstra sua sensibilidade e paciência, dado que muitas das cartas são verdadeiras aulas não apenas de nossa língua, mas da cultura, da região, etc. O autor empenhava-se, como se pode verificar, para que seu trabalho não fosse comprometido com uma tradução acidentada. O sucesso da obra em outros países e os comentários, críticas e estudos empreendidos ainda hoje por estrangeiros, comprovam que Rosa estava certo em seus cuidados.

⁸ Veja-se o título *Sagarana*, por exemplo, composto a partir do substantivo feminino “saga” [Duma raiz germ. a que se filiam o al. *sagen* e o ingl. *to say*, ‘dizer’, pelo fr. *saga*.] (cf. Novo Dicionário Aurélio), acrescido do sufixo “rana” [do tupi], cuja “acepção rosiana” o próprio autor cuida de explicar: “Saga-rana: coisa que parece saga... Filei um sufixo do nheengatu...” (*apud* LIMA, 1997, p. 17).

Leite⁹. “Para os defeitos dos seus cavalos e as cores dos seus bois, dá-se a um luxo incrível de termos exatos, marcando as mínimas gradações. Gente esperta!” (*apud* LIMA, 1997, p. 60).

Anos mais tarde, por ocasião da primeira edição de *Grande Sertão: Veredas*, Rosa tem o cuidado de deixar claro para o leitor que há uma aproximação entre seu primeiro livro e o primeiro e único romance no que tange à “matéria-prima” utilizada em sua composição, conforme escreve, em nota a ser utilizada como a “1ª orelha” do livro¹⁰:

S A G A R A N A

(4a. edição, versão definitiva.)

Contos, ou noveletas, com originais enredos, tendo por cenário as paisagens do Centro-Norte de Minas Gerais – zona dos campos, vaqueiros, bois, pastagens e fazendas-degado – de onde o Autor, valendo-se da observação direta, tanto quanto da memória da infância e adolescência, recria, no plano da arte, e movimenta, com estilo personalíssimo, o espesso mundo de terras, águas, árvores e plantas, bichos, aves, e o homem sertanejo em sua realidade mais autêntica.

[...]

Desses episódios, vivos de ação, colorido, humour (*sic*) e poesia, serve-se porém o Autor para revelar as condições de existência do homem do interior, e não menos para sutilmente apresentar, se bem que ainda em linhas esquemáticas, sob o disfarce fabular, ou em gérmen, os princípios ou elementos que por certo constituem a sua visão-do-universo.

Em “S A G A R A N A” o leitor não pode deixar de ir surpreender esses componentes, que, já agora em afirmação declarada e descoberta, dão um substrato especulativo à urdidura novelesca – com o entrecruzar de seus dois grandes temas, um trágico, o outro dramático – do “G R A N D E S E R T ã O: V E R E D A S”. (EM MEMÓRIA, 1968, p. 136)

Da mesma forma que se pode verificar em *Sagarana*, portanto, em *Grande Sertão: Veredas*, embora tenha recorrido ao imaginário e à farta experiência cultural que lhe permitia, sem maiores dificuldades, inventar nomes, situações e espaços, muitos lugares que emergem da criação rosiana e despontam na narração de Riobaldo, para além da ficção, são tomados diretamente dos caminhos percorridos, vivenciados e guardados pelo autor na memória e em suas famosas cadernetas de notas, companheiras inseparáveis que levava presas ao pescoço, nas quais, em um misto de arrebatamento, orgulho e curiosidade pela matéria sertaneja, anotava cuidadosamente, atento aos detalhes, tudo o que lhe parecesse relevante, desde nomes de pássaros, plantas, animais e topônimos, até a prosa desinteressada dos seus companheiros de

⁹ Publicada em *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 de maio de 1946 (cf. LIMA, 1997, p. 22).

¹⁰ Na “2ª orelha”, a aproximação entre as obras inclui *Corpo de Baile* que, de acordo com Rosa, “são narrações sertanejas, de temática universal, com extraordinária pulsação de vida, enredos inéditos, empolgantes, e novas revelações sobre a realidade social de nossos trabalhadores da gleba.” (EM MEMÓRIA, 1968, p. 200). Acrescenta o autor que *Corpo de Baile*, como *Sagarana*, constitui “importante leitura preparatória para uma melhor apreensão do pensamento essencial deste “G R A N D E S E R T ã O: V E R E D A S” – livro diferente, terrível, consolador e estranho.” (idem).

viagem ou dos habitantes com quem ia se deparando pelo caminho. Dupla memória, pois, ocupa as páginas da obra: memória do narrador, personagem ficcional, fruto da invenção rosiana; memória do próprio Rosa, ligado afetivamente ao espaço descrito e com o qual se identificaria por toda a vida.

A mistura de realidade e ficção, ou seja, o entrecruzamento dos lugares reais “revisitados” pela memória rosiana e os espaços criados pela imaginação do escritor, de tal forma se articulam que, principalmente para o leitor estranho àquela região, parece tratar-se de mapa real toda a “geografia” estampada nas páginas de *Grande Sertão: Veredas*. É Antonio Candido, ainda “no calor da hora”, em 1957¹¹, quem tem o cuidado de advertir:

Dobrados sobre o mapa, somos capazes de identificar a maioria dos topônimos e o risco aproximado das cavalgadas. O mundo de Guimarães Rosa parece esgotar-se na observação.

Cautela, todavia. Premido pela curiosidade o mapa se desarticula e foge. Aqui, um vazio; ali, uma impossível combinação de lugares; mais longe uma rota misteriosa, nomes irrealis. E certos pontos decisivos só parecem existir como invenções. Começamos então a sentir que a flora e a topografia obedecem freqüentemente a necessidades da composição; que o deserto é sobretudo projeção da alma, e as galas vegetais simbolizam traços afetivos. Aos poucos vemos surgir um universo fictício, à medida que a realidade geográfica é recoberta pela natureza convencional. (CÂNDIDO, 1991, p. 299)

Criação, saudade, ou artimanha do ficcionista, há que se destacar, ainda, que o universo rosiano, inventado e/ou rememorativo, contempla mais que belas paisagens e intrigantes itinerários. Como observador zeloso e, especialmente, por ver “o escritor como um homem que assume uma grande responsabilidade” (ROSA *apud* LORENZ, 1991, p. 63), Guimarães Rosa não se furta de apresentar ao longo da obra outra faceta do sertão, também guardada em suas lembranças, mas estas já não tão mágicas, ao contrário, tristes reminiscências das agruras sertanejas que divisou ao largo das muitas léguas percorridas, em que não lhe faltaram imagens e experiências para firmar definitivamente a consciência das mazelas políticas e sociais de que há muito padeciam o sertão e o Brasil. Em oposição ao cenário paradisíaco evocado em vários momentos da narrativa, revela-se a precariedade, a decadência e a barbárie de um pedaço esquecido do Brasil, em flagrante contraste com o avanço modernizador e a proclamada unidade nacional, antes afastado, apartado, como se nada tivesse em comum com o “novo Brasil” em

¹¹ CANDIDO, Antonio. O Sertão e o Mundo. *Diálogo*. São Paulo, nº 8, nov. 1957. Reimpresso com algumas modificações sob o título “O homem dos avessos” in: *Tese e antítese*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1964, este reproduzido na seleção organizada por Eduardo Coutinho, que serve de base para o presente trabalho: COUTINHO, Eduardo F. (org.). *Guimarães Rosa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

franca urbanização e industrialização, enquanto aquele preservava o primitivismo da “terra ignota” e dos homens desterrados.

A viagem por entre as suas trilhas e veredas revela uma “cartografia cruel”, como afirma Heloísa Starling, cartografia esta que

afirma determinados signos para indicar outros e faz do registro das coisas deixadas para trás seu entorno espacial e temporal. Uma espécie de toponímia de ruínas, fragmentos, detritos, resíduos de **tudo que o Brasil modernizado não consegue mais aproveitar** e descarta por improdutivo, supérfluo, inútil: a massa compacta de vaqueiros, jagunços, tropeiros, garimpeiros, romeiros, roceiros, prostitutas, índios, velhos, mendigos, doentes, loucos, aleijados, idiotas – gente sem teto, sem terra, sem coragem, sem direitos, sem futuro, sem existência política. Como consequência, o itinerário percorrido por Riobaldo em sua história desmonta paisagens, geografia, cenários peculiares e abandona populações inteiras à deriva; suas trilhas parecem lentamente devorar as fronteiras de um território historicamente demarcado; e a descrição minuciosa, detalhista, exuberante desse território e de sua gente se vê subitamente quebrada pelo reconhecimento de que, de algum modo, falta determinada coisa nessa cartografia, existe algo que não está lá. (STARLING, 1999, p. 16-17. *Grifo meu*)

O mais cruel, contudo, é que talvez não se trate de algo que “o Brasil modernizado não consegue mais aproveitar”, mas sim que jamais logrou aproveitar, considerar ou incorporar. Quando foi, afinal, que o Brasil olhou para o sertão como parte de si e não seu estranho? Em que momento a região e suas mais diversas personagens tomaram parte no projeto nacional? Chegaram até nós relatos do país avançando, explorando, reprimindo ou mesmo dizimando, mas quando foi que de fato se conheceu, respeitou, integrou ou promoveu “a massa compacta” de excluídos e marginalizados? Antes restaram desterrados na própria terra¹², em completo abandono, “mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. Porque não no-los separa um mar, separam-no-los três séculos . . .”, como lembra Euclides da Cunha (2003, p. 191).

Note-se, igualmente, que o cruel jogo de oposições que se delineia ao longo de *Grande Sertão: Veredas* não envolve apenas o sertão *versus* o Brasil, mas também o sertão *versus* o próprio sertão, por onde se espalham “fazendões de fazendas, almargem de vargens de bom render” (ROSA, 2001a, p. 24), em franco contraste com os humildes arraiais que se encontram pelo caminho, de poucos moradores, desprovidos de organização social, carentes de quaisquer recursos que possam garantir, ao menos, a sobrevivência digna, “o pão nosso de cada dia” do povinho maltrapilho e seus dependentes.

¹² Tomei de empréstimo, adaptando ao caso, a afirmação de Sérgio Buarque de Holanda que em *Raízes do Brasil*, contrapondo o “mundo novo” e a “velha civilização”, afirma que “somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra.” (HOLANDA, 2005, p. 31)

O senhor sabe: tanta pobreza geral, gente no duro ou no desânimo. [...] A gente às vezes ia por aí, os cem, duzentos companheiros a cavalo, tinindo e musicando de tão armados — e, vai, um sujeito magro, amarelado, saía da algum canto, e vinha, espremendo seu medo, farraposo: com um vintém azinhavrado no concho da mão, o homem queria comprar um punhado de mantimento; aquele era casado, pai de família faminta. (ROSA, 2001a, p. 88)

Nesses lugarejos habitam, cercados pela miséria, o atraso e o esquecimento, homens, mulheres e crianças — seres rudes, embrutecidos, que nada têm de seu, além do desamparo e a solidão dos que vivem a desventura de cada dia, em meio à loucura e a danação da terra áspera que os engole para depois cuspi-los “do quente da boca” (ROSA, 2001a, p. 601).

Lugar ermo, espaço de rarefeita presença humana, de violência e ausência de Estado, o sertão é um centro de ambivalências, do entrecruzamento entre idílio e pesadelo, em que o olhar do homem pode oscilar entre extasiado e estarecido ante a natureza virgem, apartada da civilização e, portanto, de belezas intocadas, mas, pela mesma razão, hostil à presença humana; local em que os instintos afloram sem repressão, favorecendo o deleite sem culpa, como também a bestialidade sem coibição. Tão atraente quanto ameaçador, “[o] sertão não chama ninguém às claras; mais, porém, se esconde e acena. Mas o sertão de repente se estremece, debaixo da gente...” (ROSA, 2001a, p. 538). Essa ambivalência comporta tanto a presença de encantos e perigos quanto a ausência de recursos de toda a ordem. À vivência praticamente primitiva estão relegados os seus habitantes. Isso, ambivalência e vivência primitiva, compromete de tal modo alguns homens que, debilitados, sucumbem ou despertam para um estranho fervor religioso. O próprio Riobaldo, ex-jagunço, já “calejado” pelas andanças do sertão e pelas reviravoltas da vida, e em que pese seu relativo letramento e posição de homem abastado, explica o seu apego à religião, visivelmente marcada pelo sincretismo, como forma de escapar à loucura:

O que mais penso, testo e explico: todo-o-mundo é louco. O senhor, eu, nós, as pessoas todas. Por isso é que se carece principalmente de religião: para se desendoidecer, desdoidar. Reza é que sara da loucura. No geral. Isso é que é a salvação-da-alma... Muita religião, seu moço! Eu cá, não perco ocasião de religião. Aproveito de todas. Bebo água de todo rio... (ROSA, 2001a, p. 32)

A “doideira” do sertão, a faina diária e dura, a existência constantemente ameaçada por entre caminhos e homens brutos, em uma espécie de condenação sem trégua, acabam por levar povoados inteiros a apegarem-se a entidades, santos, beatos, ou qualquer figura que os valha¹³ e

¹³ “O homem dos sertões”, afirma Euclides da Cunha, “mais do que qualquer outro, está em função imediata da terra. É uma variável dependente no jogar dos elementos. Da consciência da fraqueza para os debelar resulta, mais forte, este apelar constante para o maravilhoso, esta condição inferior de pupilo estúpido da divindade. Em paragens mais

que, longe de trazer o ansiado conforto, aumentam ainda mais o seu atraso e a sua precariedade, envolvendo a população em excessos que, súbito, desencadeiam a superstição, o fanatismo – como se dera em Canudos¹⁴ – e, não raro, a demência – válvula de escape¹⁵, talvez, ante a vida condenada que marca o destino do sertanejo pobre.

Como deu uma moça, no Barreiro-Novo, essa desistiu um dia de comer e só bebendo por dia três gotas de água de pia benta, em redor dela começaram milagres. Mas o delegado regional chegou, trouxe os praças, determinou o desbando do povo, baldearam a moça para o hospício de doidos, na capital, diz-se que lá ela foi cativa de comer, por armagem de sonda. Tinham o direito? Estava certo? Meio modo, acho que foi bom. Aquilo não era o que em minha crença eu prezava. Porque, num estalo de tempo, já tinham surgido vindo milhares desses, para pedir cura, os doentes condenados: lázaros de lepra, aleijados por horríveis formas, feridentos, os cegos mais sem gestos, loucos acorrentados, idiotas, héticos e hidrópicos, de tudo: **criaturas que fediam**. Senhor enxergasse aquilo, o senhor desanimava. **Se tinha um grande nojo**. Eu sei: nojo é invenção, do Que-Não-Há, para estorvar que se tenha dó. E **aquela gente** gritava, exigiam saúde expedita, rezavam alto, discutiam uns com outros, desesperavam de fé sem virtude – requeriam era sarar, não desejavam Céu nenhum. Vendo assaz, se espantava da seriedade do mundo para caber **o que não se quer. Será acerto que os aleijões e feiezas estejam bem convenientemente repartidos, nos recantos dos lugares**. Se não, se perdia qualquer coragem. **O sertão está cheio desses. Só quando se jornadaia de jagunço, no teso das marchas, praxe de ir em movimento, não se nota tanto: o estatuto de misérias e enfermidades**. (ROSA, 2001a, p. 75. *Grifos meus*)

Note-se nesta passagem, especialmente nos trechos grifados, o distanciamento que a fala de Riobaldo impõe entre as “criaturas” observadas e ele mesmo, que não se insere na cena narrada, antes se coloca como “o outro”, diverso, apartado e “enojado” ao contemplar “aquela gente”. Ele, embora também seja um sertanejo, apegado à religião, carrega em sua narrativa a

benéficas a necessidade de uma tutela sobrenatural não seria tão imperiosa. Ali, porém, as tendências pessoais como que se acolchetam às vicissitudes externas, e deste entrelaçamento resulta, copiando o contraste que observamos entre a exaltação impulsiva e a apatia enervadora da atividade, a indiferença fatalista pelo futuro e a exaltação religiosa.” (CUNHA, 2003, p. 138)

¹⁴ Conforme Euclides da Cunha, reside principalmente na formação mestiça e no isolamento do sertão a origem do fanatismo: “Ali estão, francos, o antropismo do selvagem, o animismo do africano e, o que é mais, o próprio aspecto emocional da raça superior, na época do descobrimento e da colonização”, ressalta Euclides, referindo-se ao último como “um caso notável de atavismo na História” (CUNHA, 2003, p. 136). Muito antes de Antonio Conselheiro arrastar uma multidão ensandecida, o Brasil recebera “[u]ma grande herança de abusões extravagantes, extinta na orla marítima pelo influxo modificador de outras crenças e de outras raças, [que] no sertão ficou intacta. Trouxeram-na as gentes impressionáveis, que afluíram para a nossa terra, depois de desfeito no Oriente o sonho miraculoso da Índia. Vinham cheias daquele misticismo feroz, em que o fervor religioso reverberava à cadência forte das fogueiras inquisitoriais, lavrando intensas na península.” (CUNHA, 2003, p. 137). Ao passo que em outras regiões o desenvolvimento cuidava de extirpar ou, ao menos, diminuir a força das credices e superstições, no sertão, vitimado pelo insulamento, reforçavam-se entre as mentes ingênuas, tomadas pela fragilidade e pela mal apreendida religião, os excessos emocionais e a histeria coletiva.

¹⁵ A religião e a loucura são analisadas por Alfredo Bosi em seu ensaio “Céu, inferno”, sob uma ótica positiva, como ponte para a “libertação” do sertanejo pobre. De acordo com Bosi, “o momento bom da vida chega quando já não há nada a esperar. De onde menos se espera, daí é que vem. E não será próprio da mente rústica atribuir misteriosa sabedoria aos loucos e uma força inexplicável aos mais fracos?”, pergunta o ensaísta (BOSI, 1988, p. 27). A fala de Riobaldo, contudo, parece apontar para o oposto, para aspectos particularmente negativos que seu olhar capta.

mesma marca de oposição do homem urbano, cidadão, que se choca ante os habitantes “bárbaros”, feios, miseráveis, tomados pela doença, pela fé insana, condenados à loucura e à incompreensão. O olhar de Riobaldo, que não se sensibiliza, antes rejeita, é o mesmo olhar do Brasil em desenvolvimento, que deseja se apartar daqueles “outros”, desconhecidos, diversos, empurrando-os para os “recantos dos lugares”, para os grotões mais e mais fundos, até desaparecerem, até serem tragados pela terra ou pelo avanço modernizador e impiedoso. A fala do ex-jagunço não aponta para qualquer possibilidade de conciliação, apenas de negação e afastamento. “Sertão é isto: o senhor empurra para trás, mas de repente ele volta a rodear o senhor dos lados. Sertão é quando menos se espera; digo”. (ROSA, 2001a, p. 302). Em não se podendo empurrar de todo “aquela gente”, livrar a vista de suas misérias e “feiezas”, a solução é o movimento, a fuga, ou o “jornadeio de jagunço”, que comparece ao homem sertanejo como uma espécie de “tábua de salvação” capaz de livrá-lo, ainda que provisoriamente, da degradação. “[A] regra é assim: ou o senhor bendito governa o sertão, ou o sertão maldito vos governa...” (ROSA, 2001a, p. 511). Ao voltar-se para o povo miserável, o nojo que cresce em Riobaldo volta-se, talvez, para si mesmo, para a possibilidade muito forte que havia de que ele próprio fizesse parte daquela massa de loucos, fedidos e enfermos, não fosse a travessia empreendida e a superação que lhe permitiu colocar-se seguramente à distância.

Em que pese o amor e o encanto pelo sertão e sua gente, Guimarães Rosa não deixa de apontar as contradições da terra e do povo, não escapa à sua atenção que ali, no seu “espaço sagrado”, também o homem se perdia, também o ambiente era, não raro, cruel, voraz, tragando almas, arrastando homens rumo aos seus caminhos sinuosos, tomando-lhes o juízo¹⁶, a força, o corpo, a existência, a ponto de ser rejeitado, marginalizado mesmo entre seus semelhantes. Não se deixando cegar pelo apego e o deslumbramento que o chão de origem lhe impunha, Rosa

¹⁶ “Fatalidade atroz que a mente esmaga!”, já bradara Castro Alves (*Navio Negreiro*, canto VI), denunciando os padecimentos daqueles que, aprisionados, animalizados, eram trazidos ao Brasil para derramar seu sangue e sua semente, contribuindo para a formação do país e de sua “raça triste”, como definira Paulo Prado. Nos versos de Castro Alves, o navio negreiro inicialmente visto de longe, sob uma ótica sublime, quando bem observado, denuncia uma terrível fatalidade, da qual não se pode escapar. Ao mesmo tempo, é visível a incapacidade de compreensão de quem observa a cena, como se o conhecimento (a mente) fosse esmagado, na medida em que a miséria do outro (reconhecido como humano) parece ser uma impossibilidade, algo que escapa a qualquer explicação. Desde a origem, a propósito, é marcante a ambivalência de nosso país, espécie de “paraíso perdido”, por um lado, mas que sempre guardou uma face cruel e esmagadora, por outro; terra em que se lutou bravamente pela independência e soberania, mas cujo desenvolvimento deu-se à custa da escravidão e do aviltamento de seu semelhante. Vistos sob este prisma, o sertão de Rosa e suas personagens são apenas um microcosmo, um recorte emblemático do país em cujo seio encantamento e loucura disputam o mesmo espaço, separados apenas por um tênue fio que, a qualquer momento, no sertão ou nos grandes centros, pode romper-se.

expõe-lhe as chagas e amplia as possibilidades de leitura da obra que, para além do registro saudoso de seres e paisagens que lhe eram caros, volta-se à reflexão de questões maiores, comuns a outras terras, a outros homens. O “taumaturgo sertanejo¹⁷”, cidadão mineiro, de Codisburgo, cidade que ele próprio definira, emocionado, em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, três dias antes de falecer, como

[...] pequenina terra sertaneja, trás montanhas, no meio de Minas Gerais. Só quase lugar, mas tão de repente bonito; lá se desencerra a Gruta do Maquiné, milmaravilha, a das Fadas; e o próprio campo, com vasqueiros cochos de sal ao gado bravo, entre gentis morros ou sob os demais de estrelas [...], a que o fundador chamou “*o Burgo do Coração*”. Só quase coração – pois onde chuva e sol e o claro do ar e o enquadro cedo revelam ser o espaço do mundo primeiro que tudo aberto ao supraordenado: influem, quando menos, uma noção mágica do universo. (EM MEMÓRIA, 1968, p. 57)

era, também, cidadão do mundo, conhecedor de outros cenários, de outros idiomas, de questões outras que envolvem o “homem humano” para além do espaço de sua terra natal, como bem lembrou Afonso Arinos de Melo Franco, ao saudá-lo na Academia:

Escritor ligado à terra, às limitações temporais e espaciais de uma certa terra brasileira, não sois, no entanto, um escritor regional, ou antes, o vosso regionalismo é uma forma de expressão do espírito universal que anima a vossa obra, e, daí, sua repercussão mundial. (EM MEMÓRIA, 1968, p. 93)

Homem que conheceu de perto a dor, a guerra e a morte¹⁸, não lhe foi difícil ampliar a matéria sertaneja e trazer a matéria humana para as páginas daquela que muitos consideram sua obra máxima. Pelas mãos hábeis do autor, a temática do sertão avulta ao longo do livro, servindo de mote para tratar do mundo, dos homens e da existência.

1.1 Os homens e a violência

Da mesma forma que as andanças pelo sertão forneceram a Guimarães Rosa a matéria para criar o que viria a ser a geografia da obra, também na composição das personagens, o autor

¹⁷ Assim o chamou Austregésilo de Athayde, em seu “discurso de adeus a Guimarães Rosa” (EM MEMÓRIA, 1968, p. 110)

¹⁸ Mais uma vez, é interessante reportarmo-nos a entrevista concedida a Günter Lorenz, em que Rosa comenta os diversos estágios de sua vida, de sua formação: “[...] fui médico, rebelde, soldado. Foram etapas importantes de minha vida, e, a rigor, esta sucessão constitui um paradoxo. Como médico conheci o valor místico do sofrimento; como rebelde, o valor da consciência; como soldado, o valor da proximidade da morte...” (ROSA *apud* LORENZ, 1991, p. 67)

faria um largo aproveitamento das suas peregrinações, dos diferentes homens e mulheres que fora encontrando pelo caminho. Assim, embora em *Grande Sertão: Veredas* sobressaíam jagunços e fazendeiros, movem-se em torno destes figuras de menor vulto, mas não de menor importância para Rosa, que cuida de trazê-las ao longo da obra, dando-lhes, igualmente, lugar em sua rememoração e participação, ainda que secundária, no corpo do romance. Em sua galeria de personagens encontramos, pois, não apenas opulentos coronéis, como o Coronel Adalvino, “forte político, com muitos soldados fardados no meio centro, comando do Tenente Reis Leme, que depois ficou capitão” (ROSA, 2001a, p. 35), ou o Coronel Horácio de Matos, que deu proteção a Titão Passos, quando este, “perseguido por uma soldadesca, tivera de se escapar para a Bahia” (ROSA, 2001a, p. 82), bem como “o coronel João Duque – o pai da coragem (ROSA, 2001a, p. 183)”, ou ainda “o grande fazendeiro coronel Digno de Abreu, que mandou, seus, trinta e tantos capangas, também, por Luís de Abreuzinho comandados, que era dele filho-natural” (ROSA, 2001a, p. 317) e mesmo o “fazendeiro Senhor Coronel Selorico Mendes, do São Gregório” (ROSA, 2001a, p. 432), supostamente o pai de Riobaldo, ou destemidos jagunços, cujos nomes aparecem na lista que, embora longa, merece leitura mais apurada:

“*Zé Bebelo*, nosso chefe, indo à frente, e que não sediava folga nem cansaço; o *Reinaldo* – que era Diadorim: sabendo deste, o senhor sabe minha vida; o *Alaripe*, que era de ferro e de ouro, e de carne e osso, e de minha melhor estimação; *Marcelino Pampa*, segundo em chefe, cumpridor de tudo e senhor de muito respeito; *João Concliz*, que com o *Sesfredo* porfiava, assoviando imitado de toda qualidade de pássaros, este nunca se esquecia de nada; o *Quipes*, sujeito ligeiro, capaz de abrir num dia suas quinze léguas, cavalos que haja; *Joaquim Beiju*, rastreador, de todos esses sertões dos Gerais sabente; o *Tipote*, que achava os lugares d’água, feito boi generalista ou buriti em broto de semente; o *Suzarte*, outro rastreador, feito cão cachorro ensinado, boa pessoa; o *Quêque*, que sempre tinha saudade de sua rocinha antiga, desejo dele era tornar a ter um pedacinho de terra plantadeira; o *Marimbondo*, faquista, perigoso nos repentes quando bebia um tanto de mais; o *Acauã*, um roxo esquipático, só de se olhar para ele se via o vulto da guerra; o *Mão-de-Lixa*, porreteiro, nunca largava um bom cacete, que nas mãos dele era a pior arma; *Freitas Macho*, grão-mogolense, contava ao senhor qualquer patranha que prouvesse, e assim descrevia, o senhor acabava acreditando que fosse verdade; o *Conceição*, guardava numa sacola todo retrato de mulher que ia achando, até recortado de folhinha ou de jornal; *José Gervásio*, caçador muito bom; *José Jitirana*, filho dum lugar que se chamava a Capelinha-do-Chumbo: esse sempre dizia que eu era muito parecido com um tio dele, Timóteo chamado; o *Preto Mangaba*, da Cachoeira-do-Choro, dizia-se que entendia de toda mandraca; *João Vaqueiro*, amigo em tanto, o senhor já sabe; o *Coscorão*, que tinha sido carreiro de muito ofício, mas constante que era canhoto; o *Jacaré*, cozinheiro nosso; *Cavalcânti*, competente sujeito, só que muito soberbo – se ofendia com qualquer brincadeira ou palavra; o *Feliciano*, caolho; o *Marruaz*, homem desmarcado de forçoso: capaz de segurar as duas pernas dum poldro; *Guima*, que ganhava em todo jogo de baralho, era do sertão do Abaeté; *Jiribibe*, quase menino, filho de todos no afetual paternal; o *Moçambicão* – um negro enorme, pai e mãe dele tinham sido escravos nas lavras; *Jesualdo*, rapaz cordato – a ele fiquei devendo, sem me lembrar de pagar, quantia de dezoito mil-réis; o *Jequitinhão*, antigo capataz arrieiro, que só se

dizia por ditados; o *Nélson*, que me pedia para escrever carta, para ele mandar para a mãe, em não sei onde moradora; *Dimas Doido*, que doido mesmo não era, só valente e esquentado; o *Sidurino*, tudo o que ele falava divertia a gente; *Pacamã-de-Prasas*, que queria qualquer dia ir cumprir promessa, de acender velas e ajoelhar adiante, no São Bom Jesus da Lapa; *Rasga-em-Baixo*, caolho também, com movimentos desencontrados, dizia que nunca tinha conhecido mãe nem pai; o *Fafafa*, sempre cheirando a suor de cavalo, se deitava no chão e o cavalo vinha cheirar a cara dele; *Jõe Bexiguento*, sobrenomeado “Alparcatas”, deste qual o senhor, recital, já sabe; um *José Quitério*: comia de tudo, até calango, gafanhoto, cobra; um infeliz *Treciziano*; o irmão de um, *José Félix*; o *Liberato*; o *Osmundo*. E os urucuianos que Zé Bebelo tinha trazido: aquele *Pantaleão*, um *Salústio* João, os outros. E – que ia me esquecendo – *Raimundo Lê*, puçanguara, entendido de curar qualquer doença, e *Quim Queiroz*, que da munição dava conta, e o *Justino*, ferrador e alveitar. A mais, que nos dedos conto: o *Pitolô*, *José Micuim*, *Zé Onça*, *Zé Paquera*, *Pedro Pintado*, *Pedro Afonso*, *Zé Vital*, *João Bugre*, *Pereirão*, o *Jalapa*, *Zé Beçudo*, *Nestor*. E *Diodolfo*, o *Duzentos*, *João Vereda*, *Felisberto*, o *Testa-em-Pé*, *Remigildo*, o *Jósio*, *Domingos Trançado*, *Leocádio*, *Pau-na-Cobra*, *Simião*, *Zé Geralista*, o *Trigoso*, o *Cajueiro*, *Nhô Faísca*, o *Araruta*, *Durval Foguista*, *Chico Vosso*, *Acrísio* e o *Tuscaninho Caramé*. Amostro, para o senhor ver que eu me alembro. Afora algum de que eu me esqueci – isto é: mais muitos...”. (ROSA, 2001a, p. 334-336)

No “jornadeio de jagunço”, aqueles homens deixam para trás, ainda que temporariamente, o “estatuto de misérias”, a condição de massa sem valia, para elevarem-se à categoria de guerreiros respeitáveis, destemidos e temidos. Note-se que, ao assumir a condição jagunça, cada um daqueles homens, que em meio ao sertão era apenas mais um candidato à penúria e ao aviltamento, sobressai-se, reconhecida a sua especialidade e sua contribuição junto ao grupo. Não se furtam, é bem verdade, à mesma contínua caminhada, que povo e gado empreendem pelo sertão afora, mas fazem-no quase gloriosamente, feito soldados bravos, com certo *status* que os diferencia do povinho pobre, muito embora seja esta a sua real condição, como Riobaldo irá notar ao longo de sua travessia.

Ao elencar os antigos companheiros, o ex-jagunço presta-lhes de certa forma homenagem, guardando a memória de cada um, atribuindo-lhes algum peso e importância, garantindo que tenham seus nomes e sua existência devidamente preservados. A descrição das características, inclinações e/ou história de vida daqueles homens, ainda que sucinta, cuida de resguardá-los do anonimato e do esquecimento, inquietação que atinge Riobaldo ainda na fazenda de “seo” Ornelas quando, incrédulo, percebe que Zé Bebelo, o homem a quem tanto admirava, não era conhecido, não se sabia dos seus feitos, da sua ousadia, inteligência e coragem, como se simplesmente não houvesse existido. “Ao que – isso era um fato possível? Ele não sabia. De Zé Bebelo, nem do Ricardão, nem do Hermógenes, ele não sabia nem a preposição. Mas, então, tudo naquela parte dos Gerais era ilusão de haver e não se saber.” (ROSA, 2001a, p. 474). A

“desidealização jagunça” que já se anunciara na fazenda do “seo” Habão tomava corpo, confirmava-se ante a pouca importância que assumiam aqueles “bravos guerreiros” todos, grandes homens, grandes chefes, de tanto valor e de muitas proezas que, de repente, caíam esquecidos, como se não houvesse existido a guerra sangrenta, como se tudo não passasse de fantasia... É para ressaltar e preservar o valor dos homens e das façanhas, para certificar aos outros e a si mesmo de sua existência, portanto, que Riobaldo mantém e reconta um a um os muitos nomes.

Além disso, ao lembrar um por um dos companheiros de outrora, dá mostras ao interlocutor de possuir, também ele, o ex-chefe *Urutú-Branco*, uma das muitas aptidões que percebera e apreciava em Zé Bebelo. Este, conforme observou Riobaldo, tão logo assumiu a chefia do bando, “[a]prendeu os nomes, de um em um, e em que lugar nascido, resumo da vida, quantos combates, e que gostos tinha, qualquer ofício de habilidade.” (ROSA, 2001a, p. 107). Quando Riobaldo toma-lhe o poder e o mando, assumindo em seu lugar o posto de chefe, coloca em prática a lição assimilada: “Tantos e tantos, eu sabia o nome e o defeito maior de cada um daqueles homens, e tantos seus braços e tantos rifles e coragens. Aí eu mandava.” (ROSA, 2001a, p. 455). Astuto e bom observador, entendera que para manter o controle era necessário conhecer bem os homens que atuavam sob suas ordens, principalmente para prevenir possíveis traições. Neste aspecto, aliás, cumpre notar que, diferentemente dos demais, ele se acautelara com relação a Hermógenes e Ricardão, “farejara” a maldade daqueles e, embora censurado por Diadorim, acalentara desde cedo desconfiança acerca de ambos: “Quem sabe Joca Ramiro, na lei da caminhada, não estava esquecido de conhecer os homens, deixando de farear o mudar do tempo?” (ROSA, 2001a, p. 195). Sua suspeita, como se verifica depois, não era incorreta. Joca Ramiro parecia mesmo não conhecer bem aqueles que ele mantinha ao seu lado como “fiéis” seguidores. Ele não suspeitou, ou subestimou suas más intenções, e acabou por ser traído e assassinado¹⁹.

¹⁹ Podemos, também, cogitar outras hipóteses de leitura como, por exemplo, considerar que Joca Ramiro conhecesse seus homens, mas acreditasse, de modo um tanto soberbo, que seria capaz de controlá-los. Igualmente, é possível supor que ele previsse que um dia viria a ser traído, mas aceitasse o risco como um passo necessário para o fim da jagunçagem. Ao aceitarmos esta última hipótese, estaríamos adotando a perspectiva cristã do “sacrifício necessário”, que parece bastante plausível, aliás, se levarmos em conta a descrição messiânica de que se vale o autor para caracterizar o “acima de todos” Joca Ramiro, “imperador em três alturas”, de certa forma o “Pai” traído e assassinado por aqueles que se recusam a aceitar a nova lei que ele impõe ao promover o julgamento de Zé Bebelo e que, após o crime, passam a ser perseguidos como os “Judas”, cuja morte, ao contrário do líder, não se dá em caráter sacrificial, mas como meio de expiação da sua culpa, de vez que derramaram o sangue do “Rei”. Esta é mais uma entre as possibilidades que, como se observa, são diversas e não se pretende, por certo, esgotar aqui.

Na rememoração de Riobaldo, cada um daqueles homens é particularizado, individualizado, seja por características físicas, por traços de personalidade e/ou por algum fato que mostra distinção, singularidade. Ao fazê-lo, parece que há, entre outras, a intenção de mostrar-se “humano”, sensível aos homens que comandava, percebendo-os como seres únicos e não apenas como “braços d’armas”, massa compacta sem nome e sem importância maior além da função guerreira. Poderíamos mesmo pensar que há certa dissimulação na atitude do narrador que pretende, na verdade, mostrar-se superior a Joca Ramiro que, como chefe, a julgar pela observação de Riobaldo, não enxergava de fato seus comandados, “estava esquecido de conhecer os homens”, via-os apenas como jagunços, entendendo-se aí um tipo uniforme, sem quaisquer traços, ações ou pensamentos próprios, erro que acabou por ser-lhe fatal, enquanto o chefe *Urutú-Branco* diferentemente, atento aos fatos e às pessoas, conhecendo um a um os seus homens, foi capaz de manobrar-lhes de modo a garantir não apenas seu auxílio, mas a própria segurança e vitória sobre os inimigos, façanha que os demais não lograram alcançar.

Com efeito, entre o rol de personagens que transitam pela narrativa, podemos perceber que as descrições, oriundas da observação atenta, ultrapassam o aspecto exterior para adentrar no modo de agir, de pensar, de se deslocar e conviver com os demais. Da mesma forma, embora a maior parte da história narrada diga respeito às ações e aos episódios em meio à jagunçagem, o olhar de Riobaldo capta outros tipos, além de jagunços e coronéis, deslocando-se do ambiente das fazendas ou dos acampamentos, das confusões e perseguições políticas, das lutas por poder e mando. Neste deslocamento, apreende (e ressalta para o interlocutor e para o leitor) outros elementos, igualmente integrados ao espaço sertanejo, apartados, todavia, da “guerra” e suas questões. Entre estes, encontramos comerciantes como o alemão Vupes, por exemplo, que

era estranha, alemão, o senhor sabe: clareado, constituído forte, com os olhos azuis, esporte de alto, leandrado, rosaltar – indivíduo, mesmo. Pessoa boa. Homem sistemático, salutar na alegria séria. Hê, hê, **com toda a confusão de política e brigas, por aí, e ele não somava com nenhuma coisa**: viajava sensato, e ia desempenhando seu negócio dele no sertão – que era o de trazer e vender de tudo para os fazendeiros: arados, enxadas, debulhadora, facão de aço, ferramentas rôgers e roscofes, latas de formicida, arsênico e creolinas; e até papa-vento, desses moinhos-de-vento de sungar água, com torre, ele tomava empreitada de armar. **Conservava em si um estatuto tão diverso de proceder**, que todos a ele respeitavam. (ROSA, 2001a, p. 86-87. *Grifos meus*)

Itinerante, assim como os jagunços, vive em constante deslocamento, não se fixa a lugar algum, mas diferentemente daqueles, não se apega a nenhum lado da disputa instaurada no sertão. Sem vincular-se ao mando de qualquer poderoso, “viajava sensato” desenvolvendo o comércio,

afastado de “toda a confusão de políticas e brigas”, não ameaçando e não atraindo para si qualquer ameaça, conservando “em si um estatuto diverso de proceder”, diferente dos demais sertanejos que, agregados ou capangas de coronéis, acabavam por se envolver quase que inevitavelmente em desavenças, lutas e mortes. Sem se vincular a qualquer fazendeiro, mas, ao mesmo tempo, abastecendo as fazendas com ferramentas e suprimentos necessários, faz-se útil e respeitado por todos, garante a livre circulação e o ganho que lhe permite ascender e, finalmente, estabelecer-se – “Diz-se que vive até hoje, mas abastado, na capital – e que é dono de venda grande, loja, conforme prosperou.” (ROSA, 2001a, p. 87) –, abandonando a mercancia ambulante para tornar-se comerciante fixo, assim como “seo” Assis Wababa, “negociante forte, [...] dono da venda *O Primeiro Barateiro da Primavera de São José* [...] armazém grande, casa grande, “seo” Assis Wababa de tudo comerciava.” (ROSA, 2001a, p. 130).

A mobilidade, praticamente obrigatória no sertão, é, como já se viu, um meio para escapar da degradação a que muitos homens sucumbem, e, no que diz respeito ao comerciante Vupes, se mostra como solução favorável à ascensão, como também se dará com Riobaldo, caso em que é ainda mais evidente a importância do deslocamento, do trânsito social, político e geográfico a que é submetido e lhe permite elevar-se como homem. É através da travessia empreendida pelo sertão que ele tomará contato com os mais diversos indivíduos, cenários e situações, estabelecendo o aprendizado e as relações sociais e políticas necessárias não apenas para a sua sobrevivência, mas para a superação da condição inferior que experimenta no estágio inicial de sua vida, conforme será analisado ao longo deste estudo. Por ora, todavia, concentremo-nos na análise dos outros tipos que comparecem na fala do ex-jagunço, entre os quais ainda há menção de alguns vaqueiros – “Vaqueiros? Ao antes – a um, ao Chapadão do Urucuia – aonde tanto boi berra... Ou o mais longe: vaqueiros do Brejo-Verde e do Córrego do Quebra-Quinaus...” (ROSA, 2001a, p. 47) –, bem como andarilhos, doidos, cegos, miseráveis, benzedeiros, enfim, diferentes indivíduos que, de alguma maneira, encontram-se atados ao mesmo fio condutor, empenhados, cada um a seu modo, na luta pela sobrevivência, pela permanência em meio aos descaminhos e infortúnios do sertão e suas veredas.

Dos vaqueiros, Rosa já se ocupara em *Sagarana* (“Burrinho Pedrês”, “Minha Gente”) e, com mais fôlego, em *Corpo de Baile*, conjunto de novelas em que o leitor pode apreender, em detalhes, a constituição do *cowboy* sertanejo, seu cotidiano, o modo de falar, os “causos”, o jeito de andar, as habilidades, as crenças, os costumes que o autor foi, ao longo da vida,

“coleccionando” através da observação, do contato e da amizade com vaqueiros “de carne e osso”, como José Mariano da Silva, em cuja companhia o autor viajou pelo pantanal mato-grossense, em 1947, viagem da qual resultou “Com o Vaqueiro Mariano”, publicado no mesmo ano, no *Correio da Manhã*²⁰; ou, ainda, Manuelzão (Manuel Nardy) e Zito (João Henrique da Silva Ribeiro), que Rosa acompanhou em viagem pelo sertão mineiro, em 1952²¹ e imortalizou em suas obras, o primeiro como protagonista de “Uma Estória de Amor”²², e o segundo como personagem em *Tutaméia*. Ao exaltar o vaqueiro, o autor toma parte em uma espécie de tradição literária em prol da recuperação e consagração daquele “herói”, a exemplo de alguns de nossos mais afamados escritores, traçando até mesmo a sua “genealogia”, como se pode verificar em *Ave, palavra*, no capítulo intitulado “Pé-Duro, Chapéu-de-Couro”:

Assim a apanhou **Alencar** – a figura afirmativa do boieiro sertanejo – passando-a na arte como **avatar romântico**, daí **tomado, bem ou mal, por outros**, à maneira regional ou realista, mas **indesviado da sugestão sã de epopéia**, porquanto sua presença – esportiva, equestre, viril, virtualmente marcial – influi esse tom maior romanceável, aqui como nos países de perto, de vulto pecuário análogo, valendo ver em exemplos, tais o “*rodeo*” e a “*vaqueria general*” no “Doña Bárbara”, como respondem, em si e no *modus* novelístico de seu emprego, aos mesmos episódios postos pelos nossos autores: **sentido de refletir, no herói que a supera, a violência da natureza circundante.**

*

Todavia, foi **Euclides** quem tirou à luz o vaqueiro, em primeiro plano e como o essencial do quadro – não mais mero paisagístico, mas ecológico – onde ele exerce a sua existência e pelas próprias dimensões funcionais sobressai. Em *Os Sertões*, o mestiço limpo adestrado na guarda dos bovinos assomou, inteiro, e ocupou em relevo o centro do livro, com (*sic*) se de sua superfície, já estatuado, dissesse de se desprender. E as páginas, essas, rodaram voz, **ensinando-nos o vaqueiro, sua estampa intensa, seu código e currículo, sua humanidade, sua história rude.** (ROSA, 1970, p. 124-125. *Grifos meus*)

Observador de seu meio e de sua gente, Guimarães Rosa se mostra, igualmente, leitor atento da tradição. Em outros termos, ele aprende pela experiência direta do olhar sobre o sertão, como também com os modos de representação do sertão anteriores a ele. Conhece o vaqueiro alencariano, constituído como “avatar romântico”, ou seja, um tipo criado para encarnar os

²⁰ Conforme Paulo Rónai, “foi publicado pela primeira vez no nº de 25 de novembro de 1947 do *Correio da Manhã*, e pela segunda como volume das Edições Hipocampo, Niterói, 1952, ilustrado por Darel Valença Lins, numa edição fora do comércio, para assinantes, em 110 exemplares numerados e assinados pelo Autor.” (in: “Nota Introdutória”. ROSA, 1985, p. 8). Posteriormente, foi incluído no livro póstumo *Estas estórias*.

²¹ Manuel Nardy era o capataz da tropa que reuniu oito vaqueiros e trezentas cabeças de gado; Zito era o cozinheiro da comitiva, além de guia e “colaborador” de Rosa, abastecendo-o com informações de toda ordem, satisfazendo-lhe a curiosidade acerca dos bichos, plantas e lugares com que iam se deparando ao longo da viagem, informações que, como se sabe, o escritor ia anotando nas famosas cadernetas que levava penduradas ao pescoço.

²² Presente no livro *Corpo de Baile* que, mais tarde, foi desmembrado em três volumes, tendo o primeiro passado a se chamar *Manuelzão e Miguilim*.

valores idealizados do romantismo, preservando o traço épico, o “tom maior romanceável”, que é próprio do “vulto pecuário”, do herói que, tanto entre nós quanto na literatura de países vizinhos, supera a natureza indômita que o cerca. Sucedendo ao tipo de feições heróicas criado por Alencar como modelo romântico pleno de vigor e coragem, examina o de Euclides que, como bem observa, foi quem trouxe a lume uma nova dimensão representativa do vaqueiro, evidenciando, ao lado dos valores e da conduta, também a humanidade e a rudeza de sua história. Deve-se notar, entretanto, que, se por um lado cuida de reforçar-lhe o valor e o reconhecimento literário ao longo dos tempos, é o próprio Rosa quem anuncia o fim da estirpe:

Daí, porém, se encerrava o círculo.

De então tinha de ser como se os últimos vaqueiros reais houvessem morrido no assalto final a Canudos. Sabiam-se, mas distanciados, no espaço menos que no tempo, que nem mitificados, diluídos.

O que ressurtira, flôo de repuxo, propondo-se voto pragmático, revirou no liso de lago literário. (ROSA, 1970, p. 125)

Não por acaso, enquanto em *Corpo de Baile*, a exemplo de *Os Sertões*, o vaqueiro ocuparia “em relevo o centro do livro”, ou seja, a representação do universo daqueles indivíduos atingiria pelas mãos de Rosa, por assim dizer, o ápice, em *Grande Sertão: Veredas*, diferentemente, a fala de Riobaldo deixa-nos a impressão de um tipo em extinção, figura que, assim como o sertão, já não preservava seus traços, estava há muito e irremediavelmente “demudada”: “os vaqueiros duvidam de vir no comércio vestidos de roupa inteira de couro, acham que traje de gibão é feio e capiau”. (ROSA, 2001a, p. 42). Atingidos pela modernização dos costumes, passaram a rejeitar o vestuário que, originalmente, vinha a ser praticamente parte deles, caracterizando-os, distinguindo-os e, principalmente, resguardando-os da paisagem rude, como já Euclides da Cunha observara:

Envolto no gibão de couro curtido, de bode ou de vaqueta; apertado no colete também de couro; calçando as perneiras, de couro curtido ainda, muito justas, cosidas às pernas e subindo até as virilhas, articuladas em joelheiras de sola; e resguardados os pés e as mãos pelas luvas e guarda-pés de pele de veado – é como a forma grosseira de um campeador medieval desgarrado em nosso tempo. [...] Vestidos doutro modo não romperiam, incólumes, as caatingas e os pedregais cortantes. (CUNHA, 2003, p.119)

Os próprios jagunços, no momento em que Riobaldo narra ao visitante da cidade, já há muito estão despojados da aura²³ de bravos guerreiros, fiéis cavaleiros do sertão: “[...] o senhor

²³ Como se verifica, posteriormente, através do jagunço do conto “Famigerado”, de *Primeiras estórias* (1962), que é de certo modo rebaixado através do jogo de palavras do “doutor”, cuja explicação acerca do vocábulo que serve de título ao conto é revestida de malícia, escarnecendo, ainda que de forma dissimulada, da ignorância do outro, um

vem, veio tarde. Tempos foram, os costumes demudaram. Quase que, de legítimo leal, pouco sobra, nem não sobra mais nada. Os bandos bons de valentões repartiram seu fim; muito que foi jagunço, por aí pena, pede esmola.” (ROSA, 2001a, p 41-42).

Conforme a narrativa avança, entretanto, mergulhado no seu emaranhado de lembranças, Riobaldo traz à tona o passado e suas personagens, conduzindo o interlocutor (e o leitor) ao apogeu das façanhas jagunças, em que, entre surpreendidos, horrorizados ou mesmo fascinados, somos apresentados a um universo estranho, distante e, não raro, incompreensível para o leitor urbano, pouco afeito à história da região sertaneja, especialmente daquele sertão concebido por Guimarães Rosa, bastante próximo das lendas medievais como já nossos melhores críticos cuidaram de apontar, especialmente Manuel Cavalcanti Proença e Antonio Candido²⁴. Com efeito, o universo rosiano que vai se delineando a partir da fala do ex-jagunço, conduz o interlocutor e o leitor a um mundo à parte, cercado de mistérios, aventuras e desatinos, tomado por tipos humanos arcaicos, “reperdidos”, abandonados à própria sorte. Apartados da lei, à margem da urbanidade e da racionalidade, despontam ante nossos olhos bandos armados com a naturalidade de guerreiros remanescentes das novelas de cavalaria, aventurando-se na defesa de seus “senhores”, detentores de amplos “reinos”, cuja real condição é a de homens vinculados à agricultura e à pecuária, detentores de fazendas e gados, mas que se convertem, no desenrolar da

jagunço que já não se reveste dos traços heróicos de *Grande Sertão: Veredas*, sujeitando-se, ingênuo e indefeso à zombaria e o regozijo soberbo do homem culto. Como lembra José Miguel Wisnik, “[a] violência potencial do jagunço é transformada pela manobra verbal do letrado em “tese para alto rir”, glosa cômica de um caso pitorescamente insólito, “famoso assunto”.” (WISNIK, 2002, p.177). O ensaísta ainda acrescenta que “[n]o confronto especular entre doutor e jagunço, aquele simula espelhar-se neste, através do artifício dúplice da ironia, para vencê-lo pela astúcia evasiva, fazendo-o espelhar-se nas palavras daquele (“eu queria... era ser famigerado – bem famigerado”).” (WISNIK, 2002, p. 186). O jogo de dissimulação e ironia que tende a desarmar e/ou diminuir o jagunço iletrado também é identificado por Ana Paula Pacheco, que observa que “[d]urante a “explicação” (“– Famigerado é inóxico, é célebre, notório, notável...”), o sertanejo, que chegou por cima, dedilhando armas, já está subjugado.” (PACHECO, 2009, p. 134). Despido da aura heróica dos jagunços de outrora, o valentão do conto de *Primeiras estórias*, vulnerável e vexado, é rendido em uma luta desigual, para a qual suas armas de nada valem, uma vez que a batalha se dá no campo das letras, para o qual não fora formado. “Com humildade e vergonha da própria ignorância”, aponta Ana Paula, “Damázio se desculpa (“– ‘Vosmecê mal não veja em minha grossaria no não entender.”) e insiste para que o doutor explique se é nome ofensivo ou caçoável (de volta o médico responde: “Vilta nenhuma, nenhum doesto”), afinal pede para que traduza “em fala de pobre”.” (PACHECO, 2009, p. 134), confirmando a completa falta de entendimento, que o outro já antevira e da qual se vale para o golpe final: “O doutor responde que “famigerado” é “importante”, merecedor de respeito, garantindo em seguida, sob o vezo da inacessível ironia, que o que ele queria ser naquele momento era “famigerado – bem famigerado, o mais que pudesse!...”. **A expressão da própria violência – que não vai as vias de fato, porque “famigerado” é o outro e não ele – não esconde o gozo verbal, a vingança simbólica apoiada na “falta de cultura” do jagunço.**” (PACHECO, 2009, p. 134-135. *Grifo meu*). O desfecho aponta para novos tempos, para uma nova ordem instaurada no sertão, em que a arma mais eficaz já não é uma *parabellum* ou uma *winchester*, mas, sim, a astúcia.

²⁴ Ver PROENÇA, M. Cavalcanti. Don Riobaldo do Urucuia, Cavaleiro dos Campos Gerais. In: _____. *Trilhas do Grande Sertão*. Rio de Janeiro: MEC, 1958, p. 13-29; CANDIDO, Antonio. O Homem dos Avestos. In: COUTINHO, Eduardo F. (org.). *Guimarães Rosa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, p. 294-309.

narrativa, em grandes chefes, de descrição aproximada a de reis e fidalgos em geral, como é o caso de Joca Ramiro, a quem Riobaldo refere-se como “grande homem príncipe!” (ROSA, 2001a, p. 33), que “era um imperador em três alturas! Joca Ramiro sabia o se ser, governava; nem o nome dele não podia à toa se babujar. (ROSA, 2001a, p. 195), e também “Medeiro Vaz – o *Rei dos Gerais...*” (ROSA, 2001a, p. 80), ou, ainda, Sô Candelário, que “galopava na frente de todos. Se ia – feito o rei dos ventos”. (ROSA, 2001a, p. 258). Ao longo da história, vão se substituindo os valores agrícolas daqueles homens por valores ligados à aristocracia e, especialmente, à guerra, como a liderança, a força, a coragem e a ousadia, entre outros. Neste aspecto, Antonio Candido aponta, em “O Homem dos Avessos”, que

se houve no Norte de Minas bandos permanentes tão vultosos quanto os que aqui aparecem, a sua ética e a sua organização não teriam talvez o caráter elaborado que o romancista lhes dá. De fato, percebemos que assim como acontece em relação ao meio, há um homem fantástico a recobrir ou entremear o sertanejo real; há duas humanidades que se comunicam livremente, pois os jagunços são e não são reais. Sobre o fato concreto e verificável da jagunçagem, elabora-se um romance de Cavalaria, e a unidade profunda do livro se realiza quando a ação lendária se articula com o espaço mágico. (CANDIDO, 1991, p. 301)

Não é sem motivo, pois, que a violência das ações continuamente se dilui ante nossos olhos e atos de barbárie afiguram-se como movimentos heróicos ou artes de guerra que, em vários momentos, deixam de nos horrorizar, para causar êxtase e arrebatamento. Embevecidos, ou antes, iludidos pela “camuflagem” lendária e mítica com que Rosa reveste as páginas de *Grande Sertão: Veredas*, aliado ao lirismo com que constrói o texto, “poetizando” a linguagem²⁵, aceitamos “naturalmente” a bestialidade com que se conduzem as batalhas. A propósito, no artigo intitulado “Homens Provisórios: Coronelismo e Jagunçagem em *Grande Sertão: Veredas*”, Sandra Guardini Vasconcelos comenta que

[a] aura da cavalaria, fruto da difusão e permanência da **História de Carlos Magno e dos doze pares de França** no imaginário sertanejo, encobre, até certo ponto, a sanha sanguinária dos jagunços e empresta um sentido ambivalente às suas ações, misto de abuso da força e de generosidade cavaleiresca. (VASCONCELOS, 2002, p. 329)

Também José Antonio Pasta Jr., analisando a recepção do livro, segue a mesma orientação e observa que “quem quiser de fato ler o *Grande sertão* guardando fidelidade à demanda do livro, terá de lê-lo ao mesmo tempo com o isolamento e a distância que supõe o

²⁵ Há que se notar a observação do próprio Rosa que, em correspondência com seu tradutor alemão, Curt Meyer-Clason (2003, p. 114), escreveu que “o livro é tanto um romance, quanto um poema grande, também. É poesia (ou pretende ser, pelo menos)”.

romance moderno e com o fusionamento e a *participação* que, no limite, só conhecem o mito e o rito”. (PASTA JR., 1999, p. 62). Na medida em que intentamos a leitura e nos embrenhamos por entre as páginas, expomo-nos à “absorção em um mundo que simultaneamente nos constitui e nos abole, baralhando os limites que nos separam dele.” (PASTA JR., 1999, p. 65).

Pode-se mesmo considerar que, despido do véu fabular, talvez o romance não resistisse à leitura de espíritos mais sensíveis e tampouco alcançasse a recepção enlevada que cultivou ao longo de décadas, haja vista a brutalidade, a crueza e sanguinolência de muitas passagens que, não fosse o efeito encantatório urdido pelo autor, seriam simplesmente indigestas, para dizer o mínimo, ainda que saibamos, por inúmeros episódios da “vida real”, o quão bruto e sanguinário o ser “humano” é capaz de se demonstrar. Nesse aspecto, aliás, mais uma vez valemo-nos de Candido que, analisando o comportamento dos jagunços, comenta justamente que

a conduta real os aproxima bastante do cavaleiro como realmente existiu, e que foi, afinal de contas, um jagunço ao seu modo, desempenhando função parecida numa sociedade sem poder central forte, baseada, como a do Sertão, na competição dos grupos rurais. Os castelões praticavam normalmente a extorsão e o saque, tendo também como critério não a qualidade do ato, mas a distinção entre amigo e inimigo. Cavaleiros salteadores não faltaram, chegando em certos casos, como o dos *Raubritter* alemães, a constituir problema social dos mais graves. Nem é de espantar que um velho jagunço aposentado, no livro, lembre com saudosa volúpia a esfolia dos soldados presos, com faca cega, depois de castrados. Uma das “flores da Cavalaria”, Ricardo Coração de Leão, mandou certa vez a Felipe Augusto, com quem estava de luta, quinze cavaleiros, franceses prisioneiros, amarrados em fila, de olhos vasados (*sic*) e o guia apenas caolho. O rei de França respondeu mandando quatorze cavaleiros ingleses nas mesmas condições, mas conduzidos por uma mulher, – o que foi reputado “boa traça”, golpe de finura e superioridade. (CANDIDO, 1991, p. 302)

No Brasil, a violência e a atrocidade marcam nossa história desde o berço²⁶, não se limitando aos grupos marginais, arredados da lei, mas concentrando-se (e muitas vezes em maior escala) também entre os grupos “legalizados”, imbuídos de autoridade, praticantes da “violência autorizada”, legalmente amparada e, portanto, aceita, sob pretexto de “um bem maior”, que é a tranqüilidade da nação, das “pessoas de bem”, que confiam no poder da “justiça” e, assim, não questionam os métodos empregados. Observe-se, a este respeito, um episódio atroz de nossa história, que Euclides da Cunha trouxe à luz em *Os Sertões*:

²⁶ Basta lembrarmos a sanha dos desbravadores e as atrocidades cometidas no período colonial e em outros marcos históricos de nossa terra, envolvendo guerras sangrentas inclusive entre “irmãos”, que se enfrentaram inúmeras vezes em revoltas internas, em nome do bem-estar da nação. A exploração do homem, a base escravocrata do país, cujos efeitos ainda sofremos, parece constituir, aliás, a principal fonte de onde emana a violência ao longo dos tempos, violência esta naturalizada e cotidiana, que se estabeleceu como padrão de conduta do Brasil colônia, arrastando-se até praticamente o fim do Império.

Chegando à primeira canhada encoberta, realizava-se uma cena vulgar. Os soldados impunham invariavelmente à vítima um viva à República, que era poucas vezes satisfeito. Era o prólogo invariável de uma cena cruel. Agarravam-na pelos cabelos, dobrando-lhe a cabeça, esgargalando-lhe o pescoço; e, francamente exposta a garganta, degolavam-na. Não raro a **sofreguidão do assassino** repulsava esses preparativos lúgubres. O processo era, então, mais expedito: varavam-na, prestes, a facão. Um golpe único, entrando pelo baixo ventre. Um destripamento rápido... Tínhamos valentes que **ansiavam por essas cobardias repugnantes**, tácita e explicitamente sancionadas pelos chefes militares. Apesar de três séculos de atraso, os sertanejos não lhes levavam a palma no estadear idênticas barbaridades. (CUNHA, 2003, p. 493. *Grifos meus*)

Trata-se do episódio da degola, acontecimento torpe, chocante e, no entanto, como o próprio autor afirma, “essas cobardias repugnantes, tácita e explicitamente [eram] sancionadas pelos chefes militares”. Se excluíssemos às alusões aos militares, poder-se-ia mesmo pensar em uma ação de “bandidos”. Todavia, não se trata da ação de algum bando, mas, sim, da “violência autorizada”, já referida, que dispensa justificativa, eis que cometida “em nome da lei”²⁷. Em *Grande Sertão: Veredas* a prática também é mencionada, mas, diferente do episódio real descrito por Euclides, em que o gozo pela violência, o sadismo e a perversão são explícitos, na ficção, Riobaldo, jagunço, mesmo inserido no ambiente da “dansação e desordem”, mostra-se compadecido e inconformado ante a possibilidade do jovem prisioneiro sofrer tal “condenação”:

Ah, mas o que eu antes não contei: o do preso. [...] chegaram os bebelos – uns trinta? Tiroteamos na suspensão deles, os quantos que matamos, matamos, os mais fugiram sem após. Um ficou preso. Nem tinha nenhum ferimento. – “Que é que vão fazer com ele?” – eu perguntei. Será que iam matar? – “É verdade, acho que sim. Pois, amigo, a gente tem lá meios para guardar prisioneiro vivo? Se degola é da banda da direita para a esquerda...” – o que o Fafafa me respondendo. No que dizia, ele tinha razão. Mas, quem seria que ia cumprir de dar o fim n’aquele **pobre moço?** [...] Vendo como levavam o **rapaz**, como ele caminhava normal, seguindo para aquilo com seus dois pés. **Essa injustiça não podia ser!** [...] Aquilo que lavorava em minha cabeça – ah, mas, aí, quem é que eu vi? O rapaz, aquele, o preso, vivo e exato. Também montado num cavalo. Assim o que me contaram: que não ia morrer, não, iam matar não, **Sô Candelário tinha favorecido perdão a ele, por causa de sua mocidade.** – “Ele é baiano, para a Bahia volta, vamos levar mais adiante, para se soltar, para lá...” (ROSA, 2001a, p. 256-257. *Grifos meus*)

²⁷ Vale lembrar o “método” de Zé Bebelo, conforme narrado por Riobaldo, e o temor que despertava: “Acabando um combate, saía esgalopado, revólver ainda em mão, perseguir quem achasse, só aos brados: – “Viva a lei! Viva a lei!...” – e era o pipoco-paco. Ou: – “Paz! Paz!” – gritava também; e bala: se entregaram mais dois. – “Viva a lei! Viva a lei!...” Há-de-o, que quilate, que lei, alguém soubesse? Tanto aquilo, sucinto, a fama correu. Dou-lhe qual: que, uma vez, ele corria a cavalo, por exercício, e um veredeiro que isto viu se assustou, pulou de joelhos na estrada, requerendo: – “Não faz *vivalei* em mim não, môr-de-Deus, seu Zebebel’, por perdão...”” (ROSA, 2001a, p. 93-94). O que não resta claro é se o medo ali representado se dá apenas em relação à cena presente ou se trata de recordação de Canudos e seu brutal desenlace.

O autor, magistralmente, distorce a realidade e recria a situação atroz com um toque de simpatia e ponderação que não se percebe na cena descrita por Euclides da Cunha. Se em *Os Sertões* resta claro o prazer e a sofreguidão com que os militares executavam a ação bárbara²⁸, na cena formulada pelas mãos hábeis de Guimarães Rosa, diferentemente, somos levados a concluir, de acordo com a explicação do jagunço Fafafa, que a matança dos prisioneiros não se dava exatamente por “gosto”, mas por não ter meios de mantê-los entre os seus, os quais já dispunham de poucos recursos para a própria manutenção em meio às batalhas no sertão. Não obstante, levando em conta a pouca idade do rapaz, ainda que se tratasse de um “bebelo”, inimigo, portanto, Sô Candelário acaba por encontrar uma solução menos cruel, que é a de soltá-lo em sua terra natal, poupando-lhe a vida, solução esta bastante diversa da realidade da qual Euclides da Cunha foi testemunha e, posteriormente, veio a denunciar.

É claro que, apesar de Rosa diluir “magicamente” a selvageria, à primeira vista, ao primeiro contato com as lembranças do velho narrador e seu percurso na jagunçagem, guerrear e matar ainda parecem ser as únicas ações que impulsionam a sociedade sertaneja, sejam os homens políticos, fazendeiros, ou simples jagunços. Com exceção de Riobaldo, que no decorrer da narrativa demonstra, em vários momentos, choque e aversão pela selvageria entre os bandos, aos demais tudo se passa como meio “natural” e imprescindível para a sobrevivência. Há que se considerar, todavia, que aqueles homens, cuja brutalidade causa-nos horror, nada mais faziam do que desempenhar de forma crua e exacerbada o papel para o qual, geração após geração, foram educados os varões, desde muito cedo exigidos, ou, antes, condenados a comprovar através da força e da violência a sua virilidade, desenvolvendo o espírito bélico como atestado de masculinidade, o que contribuía, não raras vezes, para formar homens cruéis, que se regozijavam com a barbárie e o sofrimento. Gilberto Freyre, ao analisar a educação dos meninos, observa que não apenas os pais toleravam como até mesmo estimulavam as maldades dos filhos, como se depreende do relato do Padre Lopes Gama, que ele reproduz:

“Pelos nossos mattos (com poucas, e honrosas exceções) é lastimosa a educação dos meninos. Ali o primeiro divertimento que se lhes dá é uma faquinha de ponta; e assim

²⁸ A violência e a maldade vindas daqueles que guardam o poder constituído e deveriam, por regra, manter a ordem e a justiça, reaparecem, também, na fala de Riobaldo, quando relata ao interlocutor o seu encontro com o delegado Jazevedão, homem cruel que abusava, flagrantemente, de sua autoridade: “esse Jazevedão, quando prendia alguém, a primeira quieta coisa que procedia era que vinha entrando, sem ter que dizer, fingia umas pressas, e ia pisava em cima dos pés descalços dos coitados. E que nessas ocasiões dava gargalhadas, dava... [...] as barbaridades que esse delegado fez e aconteceu, o senhor nem tem calo em coração para poder me escutar.” (ROSA, 2001a, p. 34-35)

como no século da cavalleria andante os paes de bom tom armavam cavaleiros os seus filhos, apenas estes começavam a ensaiar os passos, e os beatos vestiam de fradinhos os seus pequenos, assim muitos dos nossos matutos armam cavaleiros da faca aos seus filhinhos, logo que estes podem enfiar-se em uma ceroulinha.” E acrescentava o padre-mestre sobre a educação do menino filho do senhor de engenho: “ali o menino é um perseguidor cruel das innocentes avesinhas, espiolhando-lhes os ninhos, e não podendo com a clavina, já têm gabos de insigne escupeteiro. Desd’os tenros annos avesam-se as creanças ao sangue, á matança e á crueldade; porque tomar por divertimento o tirar a vida a animaesinhos, que nos não offendem, antes nos regosijam, e concorrem para louvar as obras do Creador, é em meu humilde entender formar o coração para a barbaridade e a crueza. (FREYRE, 1966, p. 516-517)

As práticas, ainda que chocantes, descritas ao longo de *Grande Sertão: Veredas*, corroboram, pois, as afirmativas de Freyre acerca dos vícios educacionais a que eram submetidos os meninos, fossem eles filhos de “matutos” ou “sinhozinhos” de engenho. Não faltam, a propósito, exemplos em nossa literatura a esse respeito. Já Machado de Assis trazia a lume um modelo do menino criado sem limites, experimentando o sadismo desde muito cedo, bem ilustrado por Brás Cubas, o “menino diabo” que se comprazia com a aflição impingida por ele próprio aos escravos, sem que qualquer reprimenda paterna mais séria lhe fosse endereçada.

Desde os cinco anos merecera eu a alcunha de “menino diabo”; e verdadeiramente não era outra coisa; fui dos mais malignos do meu tempo, arguto, indiscreto, traquinas e voluntarioso. Por exemplo, um dia quebrei a cabeça de uma escrava, porque me negara uma colher de doce de coco que estava fazendo, e, não contente com o malefício, dei um punhado de cinza ao tacho, e, não satisfeito da travessura, fui dizer à minha mãe que a escrava é que estragara o doce “por pirraça”; e eu tinha apenas seis anos. Prudêncio, um moleque de casa, era o meu cavalo de todos os dias; punha as mãos no chão, recebia um cordel nos queixos, à guisa de freio, eu trepava-lhe ao dorso, com uma varinha na mão, fustigava-o, dava mil voltas a um e outro lado, e ele obedecia – algumas vezes gemendo –, mas obedecia sem dizer palavra, ou, quando muito, um “ai, nhonhô!”, ao que eu retorquia: “Cala a boca, besta!”. Esconder os chapéus das visitas, deitar rabos de papel a pessoas graves, puchar pelo rabicho das cabeleiras, dar beliscões nos braços das matronas, e outras muitas façanhas desse jaez, eram mostras de um gênio indócil, mas devo crer que eram também expressões de um espírito robusto, porque meu pai tinha-me em grande admiração; e se às vezes me repreendia à vista de gente, fazia-o por simples formalidade: em particular dava-me beijos. (MACHADO DE ASSIS, 2010, p. 47-48)

Se a infância desregrada não importou em um homem cruel e violento, contribuiu, todavia, para moldar o adulto afeito à injustiça, como o próprio narrador noticia: “[...] afeiçoei-me à contemplação da injustiça humana, inclinei-me a atenuá-la, a explicá-la, a classificá-la por partes, a entendê-la, não segundo um padrão rígido, mas ao sabor das circunstâncias e lugares.” (MACHADO DE ASSIS, 2010, p. 48). Há que se notar que o sadismo, a violência e a falta de limites ali verificados não apenas não se reduzem à criação literária, como também não se restringem aos homens do sertão. Euclides da Cunha cuida de demonstrá-los entre os homens “civilizados”, ainda quando aqueles se encontram no ambiente citadino, sob as vistas da lei e dos

seus pares, como no episódio descrito em *Os Sertões* sobre um jornalista a quem alguns oficiais decidem aplicar a própria “justiça”, ignorando qualquer ditame legal ou instância superior:

Foi em 1884, **no Rio de Janeiro**. Um jornalista, ou melhor, um alucinado, criara, agindo libérrimo graças à frouxidão das leis repressivas, escândalo permanente de insultos intoleráveis na corte do antigo Império; e tendo respingado sobre o Exército parte das alusões indecorosas, que por igual abrangiam todas as classes, do último cidadão ao monarca, foi infelizmente resolvido por alguns oficiais, como supremo recurso, **a justiça fulminante e desesperadora do linchamento**.

Assim se fez. E entre os subalternos encarregados de executar a sentença - **em plena rua, em pleno dia, diante da justiça armada pelos Comblains de toda a força policial em armas** - figurava, **mais graduado, o capitão Moreira César, ainda moço**, à volta dos trinta anos, e tendo já em seus assentamentos, averbados, merecidos elogios por várias comissões exemplarmente cumpridas. E foi **o mais afoito, o mais impiedoso, o primeiro talvez no esfaquear pelas costas a vítima**, exatamente na ocasião em que ela, num carro, sentado ao lado de autoridade superior do próprio Exército, se acolhera ao patrocínio imediato das leis... (CUNHA, 2003, p. 268. *Grifos meus*)

Como explicar que no núcleo urbano, na corte, formem-se meninos, posteriormente homens, cruéis e sem limites, tal como acontece no sertão? Como entender a explosão da violência primitiva e desmedida, mesmo entre aqueles com acesso ao ensino e à ordem? Parece-nos que a causa reside na sociedade escravocrata em cujo seio a violência se assentou como prática “natural” de poder e de domínio sobre o outro, tanto no campo quanto na cidade. No caso do “menino diabo” de Machado, a criança nada mais faz do que mimetizar a ação dos adultos; a “prática séria” converte-se em brinquedo, ao mesmo tempo em que fortalece o aprendizado do comportamento adulto. Seria o caso de Moreira César? Provavelmente. O seu comportamento, como o dos demais oficiais, é resultante de uma sociedade que ao longo de séculos não apenas tolerou como, de algum modo, revestiu de legalidade a brutalidade e o controle sobre os demais. Transmitida de geração em geração, a selvageria independe de espaço, de região ou de estrato social, da mesma forma que não se limita a indivíduos isolados, mas atinge, quando e onde menos se espera, populações inteiras, como se deu em outro episódio mencionado por Euclides:

“Já era tarde e a excitação do povo aumentava na proporção de sua massa sempre crescente; assim nesta indignação lembraram-se dos jornais monarquistas, e todos por um, em um ímpeto de desabafo, foram às redações e tipografias dos jornais *Gazeta da Tarde*, *Liberdade* e *Apóstolo*, e, apesar de ter a polícia corrido para evitar qualquer assalto a esses jornais, não chegou a tempo de evitá-lo, pois a multidão aos gritos de viva a República e à memória de Floriano Peixoto invadiu aqueles estabelecimentos e destruiu-os por completo, queimando tudo”.

“Então começaram a quebrar e inutilizar tudo quanto encontraram, atirando, depois, os objetos, livros, papéis, quadros, móveis, utensílios, tabuletas, divisões etc., para a rua de onde foram logo conduzidos para o largo de S. Francisco de Paula, onde formaram uma grande fogueira, ficando outros em montes de destroços na mesma rua do Ouvidor ”. (CUNHA, 2003, p. 323)

A truculência descrita não se passa nos confins do sertão, mas em plena cidade do Rio de Janeiro, na Rua do Ouvidor, cenário imortalizado pela pena de Machado e outros escritores, centro das vitrines de lojas elegantes que abasteciam a sociedade burguesa, naquele momento tomado de assalto por uma massa ensandecida que, no caso em tela, não se trata de mera criação ficcional, mas de episódio real, noticiado pelo *Jornal do Brasil*, fonte da qual Euclides da Cunha extrai e reproduz a informação. Em meio à paisagem urbana e “civilizada” rompe a fúria da multidão sem controle, que em muito se assemelha aos acontecimentos ocorridos em Canudos ou àqueles criados e recriados em nossa literatura.

Na ficção rosiana, desde o primeiro livro, nos deparamos com personagens cruéis e desregradas, como em “A hora e a vez de Augusto Matraga”, o último conto de *Sagarana*, que narra a trajetória de Augusto Esteves, o Nhô Augusto, homem autoritário, desmedido e violento — “Duro, doido e sem detença, como um bicho grande do mato.” (ROSA, 2001b, p. 368) —, cuja origem da tirania, assim como Brás Cubas, de Machado, que “se afeiçoara à contemplação da injustiça humana”, também encontra explicação na infância desregrada: “Fora assim desde menino, uma meninice à louca e à larga, de filho único de pai pancrácio. [...] Agora, com a morte do Coronel Afonso, tudo piorara, ainda mais. [...] Mais estúrdio, estouvado e sem regra, estava ficando Nhô Augusto.” (ROSA, 2001b, p. 369).

Embora nem todos os meninos educados no seio da família patriarcal terminassem os seus dias como homens cruéis e autoritários, certamente não lhes faltou a preparação bélica que, ao que tudo indica, era parte do aprendizado masculino e, de certa forma, um “mal necessário” para garantir, em caso de guerra ou ataque, a própria defesa, bem como a defesa da família e das propriedades que porventura possuísse. Em *Grande Sertão: Veredas*, não por acaso, tão logo é recebido na casa do padrinho Selorico Mendes, Riobaldo, que até então fora criado em ambiente feminino, sob os ternos cuidados da mãe Bigri, a fim de tomar parte no mundo viril, é iniciado no aprendizado de armas brancas e armas de fogo, aparatos indispensáveis à formação masculina.

Queria que eu aprendesse a atirar bem, e manejar porrete e faca. Me deu logo um punhal, me deu uma garrucha e uma granadeira. Mais tarde, me deu até um facão enterçado, que tinha mandado forjar para próprio, quase do tamanho de espada e em formato de folha de gravatá. (ROSA, 2001a, p. 128-129)

O episódio em questão é praticamente um rito de passagem, ou movimento iniciático, que se afina com as práticas descritas pelo Padre Lopes Gama, citado por Freyre, e que é reforçado

por Guimarães Rosa ao longo da obra. Em outro trecho do livro relatado por Riobaldo novamente nos deparamos com uma espécie de rito de iniciação, no qual a violência aparece como indício de maturidade, senão vejamos:

Mire veja: um rapazinho, no Nazaré, foi desfeitoado, e matou um homem. Matou, correu em casa. Sabe o que o pai dele temperou? – “Filho, isso é a tua maioridade. Na velhice, já tenho defesa, de quem me vingue...” Bolas, ora. Senhor vê, o senhor sabe. Sertão é o penal, criminal. Sertão é onde homem tem de ter a dura nuca e mão quadrada. (ROSA, 2001a, p. 126)

Naquela sociedade em que vigora a “lei” da força e da faca, em que Deus — e até mesmo o *demo* — para tomar parte tem de estar armado, a valentia e a habilidade no uso das armas não apenas atestam virilidade como também se fazem necessárias à sobrevivência e à manutenção do respeito por parte da sociedade sertaneja. Independentemente da posição ocupada, o valor de um homem é medido pela sua capacidade de guerrear, de lidar com os animais, e, principalmente, pela manifesta coragem. Note-se, por exemplo, a descrição de Riobaldo acerca de Zé Bebelo:

Ah, Zé Bebelo era o do duro – sete punhais de sete aços, trouxados numa bainha só! Atirava e tanto com qualquer quilate de arma, sempre certa a pontaria, laçava e campeava feito um todo vaqueiro, amansava animal de maior brabeza – burro grande ou cavalo; duelava de faca, nos espíritos solertes de onça acuada, sem parar de pôr; e medo, ou cada parente de medo, ele cuspiava em riba e desconhecia. Contavam: ele entrava de cheio, pessoalmente, e botava paz em qualquer rutuba. Ô homem couro-n’água, enfrentador! Dava os urros. E mesmo, para ele, parecia não ter nada impossível. (ROSA, 2001a, p. 146)

É com admiração, quase devoção, que descreve as qualidades do outro, qualidades estas que, em meio à violência circundante, assumem a proporção de virtudes heróicas, conforme Riobaldo reconhece e louva. Walnice Galvão, a propósito, em seu livro *As formas do falso*, observa a valentia como condição necessária à sobrevivência:

Destituído de formas organizatórias e institucionais que regulamentem suas relações com os demais homens, os conflitos, por mínimos que sejam, só podem ser resolvidos mediante a violência. “Em seu mundo vazio de coisas e falta de regulamentação, a capacidade de preservar a própria pessoa contra qualquer violação aparece como a única maneira de ser: conservar intocada a independência e ter a coragem necessária para defendê-la, são condições de que o caipira não pode abrir mão, sob pena de perder-se. A valentia constitui-se, pois, como o valor maior de suas vidas.” (GALVÃO, 1972, p. 39)

Em *Grande Sertão: Veredas*, com efeito, não é apenas a violência acumulada, “aperfeiçoada” desde a infância, que deforma os homens e empurra-os para conflitos e desmandos. A ferocidade, não raro, desperta nos “homens de bem” devido a fatores externos, que

de alguma forma atingem-nos, ou aos seus, desestruturando o cotidiano, ameaçando a vida regrada, exigindo medidas enérgicas como resposta, tal como se dá com Medeiro Vaz que,

[q]uando moço, de antepassados de posses, [...] recebera grande fazenda. Podia gerir e ficar estadonho. Mas vieram as guerras e os desmandos de jagunços – tudo era morte e roubo, e desrespeito carnal das mulheres casadas e donzelas, foi impossível qualquer sossego, desde em quando aquele imundo de loucura subiu as serras e se espalhou nos gerais. Então Medeiro Vaz, ao fim de forte pensar, reconheceu o dever dele: largou tudo, se desfez do que abarcava, em terras e gados, se livrou leve como que quisesse voltar a seu só nascimento. Não tinha bocas de pessoa, não sustinha herdeiros forçados. No derradeiro, fez o fez – por suas mãos pôs fogo na distinta casa-de-fazenda, fazendão sido de pai, avô, bisavô – espiou até o voejo das cinzas; lá hoje é arvoredos. Ao que, aí foi aonde a mãe estava enterrada – um cemiteriozinho em beira do cerrado – então desmanchou cerca, espalhou as pedras: pronto, de alívios agora se testava, ninguém podia descobrir, para remexer com desonra, o lugar onde se conseguiam os ossos dos parentes. Daí, relimpo de tudo, escorrido dono de si, ele montou em ginete, com cachos d’armas, reuniu chusma de gente corajada, rapaziagem dos campos, e saiu por esse rumo em roda, para impor a justiça. (ROSA, 2001a, p. 60)

O exercício da “justiça com as próprias mãos”, a inserção no meio hostil e violento da jagunçagem surge, neste caso, como movimento de defesa – própria e da comunidade – ante a inércia do poder público que desatende a sua função preventiva e/ou coercitiva e deixa o sertão à mercê dos “desmandos de jagunços” que matam, roubam, estupram, sem que ninguém lhes detenha. Ainda que soe contraditório, a prática da violência, subentendida na “imposição” da justiça, apresenta-se como única medida cabível e eficaz para conter a selvageria que vitima a população sertaneja. O emprego da mesma brutalidade que, ao fim e ao cabo, se pretende exterminar, aliás, não é novidade na ficção rosiana e não comparece pela primeira vez em *Grande Sertão: Veredas*. Em “A Hora e a Vez de Augusto Matraga” a redenção de Augusto Esteves, o protagonista, é alcançada justamente pela prática da violência, para defender, porém, um velho pai, cuja família está ameaçada de morte pelo afamado Joãozinho Bem-Bem, que busca vingança pela morte de um jovem jagunço de seu bando, vítima de um dos filhos do velho homem. Uma vez que Joãozinho Bem-Bem não cede ante os rogos do velho, Nhô Augusto, apesar da admiração e simpatia pelo chefe jagunço (cuja reciprocidade resta clara no conto), irá se voltar contra este, em defesa do pai suplicante, impedindo a vingança, salvando o velho e a família e, garantindo, com aura de mártir, a salvação da própria alma.

A oportunidade, a “hora e vez” de Nhô Augusto, consiste em fazer o bem, e com isto assegurar a salvação da alma, por meio da violência destruidora, do ato de jagunço matador, que ele reprimira duramente até então, com medo de perdê-la. O tiroteio e o duelo a faca, durante o qual mata Joãozinho (*sic*) Bem-Bem e é por ele morto (como, em *Grande sertão*, Hermógenes e Diadorim), surge ao modo de um prêmio de Deus. (CANDIDO, 1970, p. 152)

Todavia, casos como o de Medeiro Vaz ou mesmo de Augusto Matraga, que acabam por agir em busca de ordem, justiça ou redenção, tomando as ações violentas como simples meios para obrar uma “missão” maior, não são regra. O que de fato é regra no sertão é a existência de bandos armados, especialmente atuando a favor da manutenção do poder político de um coronel. Walnice Galvão, nesse sentido, esclarece que

[é] tradição brasileira secular a presença de uma força armada a serviço de um proprietário rural, grupo de função defensiva e ofensiva, presente dentro da propriedade, para garantir limites, mas igualmente importante por seu desempenho em eleições, seja pelo número de votos que representa, seja pelos votos que pode conseguir por intimidação ou mediante fraude. O braço armado serve para prevenir conflitos e para resolvê-los; a violência é uma prática rotineira, orientando o comportamento dos seres humanos em todos os níveis. (GALVÃO, 1972, p. 21).

Da mesma forma, Sandra Vasconcelos, ao empreender o exame do fenômeno do coronelismo e da jagunçagem, reafirma a existência daquela prática, do “braço armado” na manutenção do poder dos coronéis. A análise de Sandra traz à luz, ainda, pontos relevantes no que concerne à diferença entre jagunços e cangaceiros, conforme se pode observar:

A manutenção desse poder dependia, em grande parte, da reunião, em torno do coronel, de um grupo de homens que formavam uma espécie de guarda pessoal. Esses capangas não só “pertenciam” ao chefe político como habitavam suas terras, não sendo nem independentes nem errantes. Nesse sentido, se diferenciavam dos cangaceiros, em geral pequenos proprietários rurais que, abandonando família, bens e uma vida comum, optavam por uma existência errante e independente, muitas vezes motivados por desejo de vingança ou simples atração pela aventura. (VASCONCELOS, 2002, p. 325)

Na obra de Rosa, por sua vez, conforme observa Candido, o jagunço “é um tipo híbrido entre capanga e homem de guerra. O verbo que os personagens empregam para descrever a sua atividade é “guerrear”, qualificando-se a si mesmos de “guerreiros”” (CANDIDO, 1991, p. 300). Em “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”, os “cacundeiros” do Major Consilva, que por ordem sua espancam e marcam a ferro Augusto Esteves, o Nhô Augusto, aproximam-se da descrição trazida por Sandra Vasconcelos: são capangas, guardas pessoais a serviço de seu “senhor”, guardando suas terras e sua pessoa. No mesmo conto, entretanto, deparamo-nos com o bando de Joãozinho Bem-Bem, que, correspondendo à descrição trazida por Candido²⁹, em lugar de um grupo de capangas comuns, apresenta-se sob aparência mais próxima da noção de “guerreiros”:

²⁹ Retomada, por sua vez, por Walnice Galvão: “O jagunço não é um assassino: ele é um soldado numa guerra; o jagunço não mata: ele guerreia; o jagunço não rouba: ele saqueia e pilha.” (GALVÃO, 1972, p. 18).

Vindos do norte, da fronteira velha-de-guerra, bem montados, bem enroupados, bem apessoados, chegaram uns oito homens, que de longe se via que eram valentões: primeiro surgiu um, dianteiro, escoteiro, que percorreu, de ponta a ponta, o povoado, pedindo água à porta de uma casa, pedindo pousada em outra, espiando muito para tudo e fazendo pergunta e pergunta: depois, então, apareceram os outros, equipados com um despropósito de armas — carabinas, novinhas quase; garruchas, de um e dois canos; revólveres de boas marcas; facas, punhais, quicés de cabos esculpidos; porretes e facões, — e transportando um excesso de breves nos pescoços.

O bando desfilou em formação espaçada, o chefe no meio. E o chefe — o mais forte e o mais alto de todos, com um lenço azul enrolado no chapéu de couro, com dentes brancos limados em acume, de olhar dominador e tosse rosnada, mas sorriso bonito e mansinho de moça — era o homem mais afamado dos dois sertões do rio: célebre do Jequitinhonha à Serra das Araras, da beira do Jequitaí à barra do Verde Grande, do Rio Gavião até nos Montes Claros, de Carinhanha até Paracatu; maior do que Antônio Dó ou Indalécio; o arranca-toco, o treme-terra, o come-brasa, o pega-à-unha, o fecha-treta, o tira-prosa, o parte-ferro, o rompe-racha, o rompe-e-arrasa: Seu Joãozinho Bem-Bem. (ROSA, 2001b, p. 389)

Desde *Sagarana*, resta evidente não apenas a atuação de jagunços, seja como “guerreiros”, seja como capangas a serviço dos políticos e coronéis, como a perversidade e a falta de limites de muitos daqueles que eram verdadeiros “exércitos”, de ações truculentas e desmedidas, cujas cruezas e desmandos, são expostas por Zé Bebelo, em *Grande Sertão: Veredas*, atentando para a urgência de detê-los, de acabar com aquele costume³⁰:

– “Sei seja de se anuir que sempre haja vergonha de jagunços, a sobre-corja? Deixa, que, daqui a uns meses, neste nosso Norte não se vai ver mais um qualquer chefe encomendar para as eleições as turmas de sacripantes, desentrando da justiça, só para tudo destruírem, do civilizado e legal!” [...] A gente devia mesmo de reprovar os usos de bando em armas invadir cidades, arrasar o comércio, saquear na sebaça, barrear com estrumes humanos as paredes da casa do juiz-de-direito, escramuçar o promotor amontado à força numa má égua, de cara para trás, com lata amarrada na cauda, e ainda a cambada dando morras e aí soltando os foguetes! Até não arrombavam pipas de cachaça diante de igreja, ou isso de se expor padre sacerdote nu no olho da rua, e ofender as donzelas e as famílias, gozar senhoras casadas, por muitos homens, o marido obrigado a ver? Ao quando falava, com fogo que puxava de si, Zé Bebelo tinha de se esbarrar, ia até na varanda ou na janela, a apitar o apito, ditar as boas ordens. Daí, mais renovado, voltava para perto de mim, repunha: – “Ah, cujo vou, siô Baldo, vou. Só eu que sou capaz de fazer e acontecer. Sendo porque fui eu só que nasci para tanto!” (ROSA, 2001a, p. 147)

É de se notar que, mesmo reprovando as desordens jagunças, foi justamente em um dos mais afamados chefes de bando³¹ que Zé Bebelo encontrou seu exemplo e inspiração:

³⁰ Essa a acusação que pesa, aliás, sobre Zé Bebelo por ocasião de seu “juízo” na Fazenda Sempre Verde: “– “O senhor veio querendo desnortear, desencaminhar os sertanejos de seu costume velho de lei...”” (ROSA, 2001a, p. 276), aponta Joca Ramiro.

³¹ Como já se observou neste trabalho, ainda em *Sagarana*, no conto “A Hora e a Vez de Augusto Matraga” o leitor toma contato, pela primeira vez, com Joãozinho Bem-Bem, cuja fama é retomada em *Grande Sertão: Veredas* não apenas destacando a admiração de Zé Bebelo, mas, também, como modelo de conduta seguido por Diadorim, explicando, assim, seu comportamento assexuado, que destoava flagrantemente dos demais jagunços. Além disso,

– “O único homem-jagunço que eu podia acatar, siô Baldo, já está falecido... [...]” Esse que já tinha morrido, que ele falava, era **Joãozinho Bem-Bem**, das Aroeiras, de redondeante fama. Se dizia, tinha estudado a vida dele, nos pormenores, com tanta devoção especial, que até um apelido em si se apôs: *Zé Bebelo*; causa que, de nome, em verdade, era José Rebelo Adro Antunes. (ROSA, 2001a, p. 146. *Grifo meu*)

Não por acaso, ele mesmo acaba se tornando jagunço, chefe dos homens que iniciara perseguindo. Quando preso pelos “ramiros”, Zé Bebelo é duplamente obsequiado: o grande líder lhe concede julgamento, contrário às práticas jagunças, e, além disso, lhe poupa da morte, determinando apenas o desterro como condenação. Como paga pela “cortesia”, Zé Bebelo, cujo projeto inicial era acostrar até o último dos jagunços, volta para o sertão para perseguir somente Hermógenes e Ricardão, os “Judas” que, à traição, matam Joca Ramiro.

Por diversos – e muitas vezes inexplicáveis – que sejam os motivos, os homens do sertão estão constantemente às voltas com a violência, seja praticando-a, seja defendendo a si e aos companheiros de infortúnio. Mesmo entre os “homens bons”, Riobaldo observa que é corriqueira a prática da brutalidade e do desmando: “até Só Candelário, que se prezava de bondoso, mandava, mesmo em tempo de paz, que seus homens saíssem fossem, para estropelias, prática da vida.” (ROSA, 2001a, p. 186). O constante lutar, penar e assistir ao exercício quase que diário de desatinos e bestialidades, a invariável ameaça que paira sobre o ambiente sertanejo, acaba por inserir os homens em um ciclo infundável, em que a ferocidade desperta, se estabelece e faz discípulos.

Não há dúvida, entretanto, que o exemplo de violência mais fortemente marcado na obra rosiana é Hermógenes, o representante maior da crueldade que, ao contrário de outras personagens, não depende de conflito, ameaça, ou agressão iminente para despertar. “Ele gostava de matar, por seu miúdo regozijo. Nem contava valentias, vivia dizendo que não era mau” (ROSA, 2001a, p. 186). No seu caso, não se trata de violência aprendida ou acumulada, mas sim de ferocidade inata³², parte do seu ser, um ser que beira ao primitivismo, detentor de uma

por ciúmes, Diadorim utilizava a história de Joãozinho Bem-Bem para tentar convencer Riobaldo a manter-se afastado das mulheres: “Diadorim dava como exemplo a regra de ferro de Joãozinho Bem-Bem – o sempre sem mulher, mas valente em qualquer praça” (ROSA, 2001a, p. 208).

³² Como no menino Valtêi, cuja violência e sadismo espantaram Riobaldo: “[p]ois essezinho, essezim, desde que algum entendimento alumiou nele, feito mostrou o que é: pedido madrasto, azedo queimador, gostoso de ruim de dentro do fundo das espécies de sua natureza. [...] O que esse menino babeja vendo, é sangrarem galinha ou esfaquear porco. – “Eu gosto de matar...” – uma ocasião ele pequenino me disse. Abriu em mim um susto; porque: passarinho que se debruça – o vôo já está pronto!” (ROSA, 2001a, p. 29), ou, ainda, na personagem Maria Mutema, muito embora esta, a exemplo de Nhô Augusto, do conto “A Hora e a Vez de Augusto Matraga, de *Sagarana*, se

violência ancestral, de uma bestialidade que não conhece controle nem culpa, simplesmente existe, desde os tempos mais remotos, sem consciência, sem limite, indiferente a qualquer regra civilizatória. “[S]ua selvageria pura [...] representa mais do que um banal sadismo, sendo verdadeiro “estado de lei”, afirma Kathrin Rosenfield, acrescentando que “[o] “estado de lei” de destruição, de guerra e de ódio é a figura poética do mal como violência primordial e hostilidade real. Seu princípio é o da descarga total e ilimitada das pulsões primitivas.” (ROSENFELD, 2006, p. 292). Com efeito, Riobaldo descreve Hermógenes como o “arrenegado, senhoraço, destemido. Rúim, mas inteirado, legítimo, para toda certeza, **a maldade pura**”. (ROSA, 2001a, p. 425. *Grifo meu*); é uma figura maligna, de perturbadora aparência, beirando à monstruosidade, que seu olhar capta a primeira vez em que estabelecem contato, nas terras de Selorico Mendes:

Hermógenes – homem sem anjo-da-guarda. [...] Pouco, pouco, fui receando. O Hermógenes: ele estava de costas, mas umas costas desconformes, a cacunda amontoava, com o chapéu raso em cima, mas chapéu redondo de couro, que se que uma cabaça na cabeça. Aquele homem se arrepanhava de não ter pescoço. As calças dele como que se enrugavam demais da conta, enfolipavam em dobrados. As pernas, muito abertas; mas, quando ele caminhou uns passos, se arrastava – me pareceu – que nem queria levantar os pés do chão. [...] Naquela hora, eu estava querendo que ele não virasse a cara. Virou. A sombra do chapéu dava até em quase na boca, enegrecendo. (ROSA, 2001a, p. 132-133)

Descrição que contrasta, claramente, com a recordação de Joca Ramiro, de “porte lizado, passo ligeiro, as botas russianas, a risada, os bigodes, o olhar bom e mandante, a testa muita, o topete de cabelos anelados, pretos, brilhando. Como que brilhava ele todo. Porque Joca Ramiro era mesmo assim sobre os homens, ele tinha uma luz, rei da natureza”. (ROSA, 2001a, p. 54). Enquanto este “brilhava”, “tinha uma luz”, Hermógenes restava encoberto pela sombra, “enegrecido”. Anos mais tarde, ao vislumbrar pela primeira vez o acampamento de Hermógenes, mais uma vez o olhar de Riobaldo irá captar a marca do mal naquele, cujo “acampo” em tudo lembra a iniquidade e o desatino, a tal ponto chocante, que só mesmo ao inferno se poderia comparar: “Ah, lá era um cafarnaum. Moxinife de más gentes, tudo na deslei da jagunçagem bargada. [...] Às primeiras horas, conferi que era o inferno.” (ROSA, 2001a, p. 174).

O bando chefiado por Hermógenes, o comportamento de seus homens e as más ações que logram cometer, destoam visivelmente dos demais chefes, como “Medeiro Vaz [que] não maltratava ninguém sem necessidade justa, não tomava nada à força, nem consentia em desatinos

redima ao final, depois de expostos e perdoados os seus pecados: “pela arrependida humildade que ela principiou, em tão pronunciado sofrer, alguns diziam que Maria Mutema estava ficando santa.” (ROSA, 2001a, p. 243)

de seus homens” (ROSA, 2001a, p. 72), enquanto “os Hermógenes e os cardões roubavam, defloravam demais, determinavam sebaça em qualquer povoal à-toa, renitiam feito peste.” (ROSA, 2001a, p. 72-73). Não é sem razão, pois, que Riobaldo estranha o fato de Joca Ramiro ter a seu serviço homem de tão diversa natureza: “Por que era que Joca Ramiro, sendo chefe tão subido, de nobres costumes, consentia em ter como seu alferes um sujeito feito esse Hermógenes, remarcado no mal?” (ROSA, 2001a, p. 187). E é Diadorim quem lhe responde: “O Hermógenes é duro, mas **leal de toda confiança**. Você acha que a gente corta carne é com quicé, ou é com colher-de-pau?” (idem. *Grifo meu*). Ao contrário de Riobaldo, que constantemente se horroriza com as cruezas praticadas por homens como aquele, Diadorim não contempla qualquer motivo para choque ou condenação. “Você queria homens bem-comportados bonzinhos, para com eles a gente dar combate a Zé Bebelo e aos cachorros do Governo?!” (ROSA, 2001a, p. 187-188), ainda pergunta. A exemplo de outros jagunços, entende a violência como meio natural de defesa, que não se choca com as suas práticas, em que só não se admite a traição, o pior dos crimes, único que, a exemplo das sociedades guerreiras da Idade Média³³, não logra perdão, como já deixara claro o chefe jagunço Joãozinho Bem-Bem, em “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”: “É a regra... Senão, até quem é mais que havia de querer obedecer a um homem que não vinga gente sua, morta de traição? ... É a regra. Posso até livrar de *sebaça*, às vezes, mas não posso perdoar isto não...” (ROSA, 2001b, p. 408).

Enquanto a lealdade restava intocada, nada havia que se reprovar; somente a partir da quebra de confiança, não apenas por matar Joca Ramiro, mas por matá-lo à traição³⁴, é que Hermógenes se tornará objeto do ódio de Diadorim, que passará a caçá-lo sem trégua,

³³ José Roberto Mello lembra que “[a] felonía era o pior crime no mundo feudal: a traição cometida por um vassalo contra a fidelidade jurada”. (MELLO, 1992, p. 107)

³⁴ É forçoso notar que, neste caso, a traição é uma questão de ponto de vista, senão vejamos: a razão que enseja a perseguição a Hermógenes e Ricardão é, com efeito, terem assassinado à *traição* o líder Joca Ramiro; entretanto, ao que tudo indica, o assassinato se deu pelo mesmo motivo – traição –, eis que, ao renderem Zé Bebelo, que “a pago do Governo” embrenhara-se no sertão para caçá-los, Joca Ramiro não apenas lhe concede julgamento, inovação que destoava dos costumes jagunços, como acaba por absolvê-lo. A absolvição, assim como o próprio julgamento, é considerada por Hermógenes ato de traição, eis que, de acordo com o seu entendimento, a “caçada” empreendida por Zé Bebelo é motivo suficiente para “acusação de morte”. Ao livrá-lo da execução, portanto, ao “demudar os costumes velhos de lei”, Joca Ramiro de certo modo traíra os seus, que nele depositavam confiança – assim deve ter pensado Hermógenes que, por esse entendimento, guiara, possivelmente, o extermínio daquele. Da mesma forma pensara o outro “Judas”, Ricardão, que em meio ao julgamento, relembra, inclusive, a Joca Ramiro a responsabilidade que tinham com “seu Sul de Oliveira, doutor Mirabô de Melo, o velho Nico Estácio, compadre Nhô Lajes e coronel Caetano Cordeiro...”, que estavam “agüentando acossamento do Governo, tiveram de sair de suas terras e fazendas, no que produziram uma grande quebra” (ROSA, 2001a, p. 284) e que Joca Ramiro, com sua decisão, também *traía*, eis que aqueles abasteciam seus jagunços com armas, munições e outros “trens”, justamente para se verem livres das perseguições do Governo, para as quais Zé Bebelo contribuía, saindo ileso a partir do julgamento. Visto sob diferentes ângulos e motivações, quem é traidor de quem?

encaminhando-se para o desfecho trágico, em que cumpre a vingança pela morte do pai e extirpa o mal do sertão, mas aniquila toda e qualquer possibilidade de realização amorosa e feminina.

1.2 As mulheres

A existência feminina é praticamente impensável naquele ambiente em que tudo e todos parecem apontar unicamente para as ações masculinas e bélicas, para o exercício da brutalidade. “O sertão enquanto universo da virilidade férrea e sangrenta parece ser fundamentalmente hostil à feminidade e, ao mesmo tempo, à vida” (ROSENFELD, 2006, p. 271). O espaço sertanejo, contudo, não era habitado apenas por homens, destemidos guerreiros. Também as mulheres nasciam, cresciam e circulavam por entre aquelas trilhas, ainda que em condições decididamente adversas. Diferentemente dos meninos, preparados e mesmo estimulados a exercitar a audácia e a desfrutar a liberdade, as meninas eram educadas para portar-se com discrição e parcimônia, não se divisando qualquer possibilidade de igualdade na relação entre homens e mulheres. Ao contrário, prevalecia o domínio masculino, reservando-se às mulheres um papel secundário, que lhes obrigava à obediência e submissão, servindo ao homem, incondicionalmente, fosse ele pai, marido, irmão, filho ou mero jagunço errante a reclamar-lhes o corpo. Como aponta Freyre, à menina — futura mulher — criada em ambiente patriarcal,

negou-se tudo que de leve parecesse independência. Até levantar a voz na presença dos mais velhos. Tinha-se horror e castigava-se a beliscão a menina respondona e saliente; adoravam-se as acanhadas, de ar humilde. O ar humilde que as filhas de Maria ainda conservam nas procissões e nos exercícios devotos da Semana Santa, as meninas outrora conservavam o ano inteiro. (FREYRE, 1966, p. 587)

Enquanto os meninos tornavam-se aptos a “guerrear”, a desafiar o mundo e seus habitantes, aprendiam as meninas que deviam resignar-se, aceitando de forma incontestes os papéis e espaços que lhes eram reservados. Suzi F. Sperber (1982, p. 94), com relação ao sertão rosiano, lembra que “a mulher poderá ocupar um só de dois espaços: o espaço doméstico e o mundo”. Assim, deparamo-nos, de um lado, com as mulheres da elite rural, do “espaço doméstico”, mantidas nas fazendas sob controle³⁵ e vigilância, devidamente resguardadas e, de

³⁵ Destaco, neste sentido, duas aparentes exceções com que nos deparamos ao longo de *Grande Sertão: Veredas*, em que é possível verificar certa autonomia feminina: uma fazendeira, mencionada pelo urucuiano Diodato Nariz, “— Ah, senhor sim, nas beiras... Roças do rio São Marcos, senhor sim, no Esparramado... Fazenda duma Dona

outro, as mulheres de classes sociais mais baixas, ou as mulheres “do mundo”, que, embora não tivessem tão marcado sobre si o peso das convenções sociais e do domínio patriarcal, não estavam, todavia, completamente livres do jugo masculino.

As “mocinhas de fazenda”, “moças-de-família”, dentre as quais Otacília é um exemplo bastante ilustrativo, aguardavam, castas e puras, o momento do matrimônio, da união legal e sacralizada, através da qual passavam da tutela paterna à tutela do marido.

Otacília não estava noiva de ninguém. E ia gostar de mim? De **moça-de-família** eu pouco entendesse. [...] O que uma mocinha assim governa, sem precisão de armas e golpes, **guardada** macia e fina **em sua casa-grande**, sorrindo santinha no alto da alpendrada... (ROSA, 2001a, p. 209. *Grifo meu*)

Otacília estava **guardada protegida**, na casa alta da Fazenda Santa Catarina, **junto com o pai e a mãe, com a família**, lá naquele lugar para mim melhor, mais longe neste mundo. (ROSA, 2001a, p. 505. *Grifo meu*)

Já as outras mulheres, pertencentes à “plebe sertaneja”, aparentemente, gozavam de liberdade para escolher seus parceiros, para satisfazer a própria vontade como melhor lhes aprouvesse, como Nhorinhá, “namorã, que recebia todos” (ROSA, 2001a, p. 535), “casada com muitos, e que sempre amanheceu flor” (ROSA, 2001a, p. 541), ou a “mulher casada filha do Malinácio [que] era bonita, sacudida” (ROSA, 2001a, p. 157) e, aproveitando-se de uma ausência do marido, dormiu com Riobaldo. Todavia, naquele ambiente desregrado, em que imperava, não raro, a selvageria, não é de estranhar que a liberdade das mulheres constantemente se chocasse com a vontade dos bandos jagunços que, sem terra e sem lei, invadiam, saqueavam e serviam-se das mulheres como animais, obedecendo apenas aos próprios instintos. O sertão é “um mundo fora dos eixos – universo do gozo perverso e da derrisão das leis e da justiça” (ROSENFIELD, 2006, p. 265), no qual as mulheres estão à mercê dos “desmandos de jagunços”, homens

Mogiana...” Cabras dessa Dona Mogiana? Eram. Tinham sido.” (ROSA, 2001a, p. 514); e as “mulheres-damas” do Verde-Alecrim, donas de terras e plantações a quem “os moradores e suas famílias serviam [...], com muita harmonia de ser e todos os préstimos, obsequiando e respeitando” (ROSA, 2001a, p. 542). Em ambos os casos, as mulheres têm os próprios recursos, as fazendas lhe pertencem, possuem plantações e homens ao seu serviço. O poder econômico, nestes casos, assegura-lhes o respeito e a dignidade, sem necessitarem, ao que tudo indica, submeterem-se ao mando ou à dependência de algum homem. Deve-se notar, a propósito, que Gilberto Freyre, em *Sobrados e Mucambos*, comenta que “através de toda a época patriarcal – época de mulheres franzinas o dia inteiro dentro de casa, [...] houve mulheres, sobretudo senhoras de engenho, em quem explodiu uma energia social, e não simplesmente doméstica, maior que a do comum dos homens.” (FREYRE, 1981, p. 94-95). Essas mulheres, de acordo com Freyre, “[m]ostraram-se capazes de exercer o mando patriarcal quase com o mesmo vigor dos homens. Às vezes com maior energia do que os maridos já mortos ou ainda vivos porém dominados, excepcionalmente, por elas.” (FREYRE, 1981, p. 95).

desregrados, animalizados, sem rumo e sem apego, que desconheciam o afeto e sabiam apenas “de raparigas que tinham sido simples somente; essas senvergonhagens” (ROSA, 2001a, p. 249).

Talvez devêssemos mesmo perguntar por qual eixo gira esse *mundo sertanejo*, em que a rarefação do Estado dá margem para que irrompam, sem reservas, as forças da natureza, para o bem ou para o mal, acentuando os instintos primitivos que, não raro, derramam-se em “gozo perverso”, atendendo apenas ao desejo primitivo e violento, sem qualquer freio ou culpa. O sertão é um paraíso de natureza exuberante, em que o homem pode se reencontrar, como também um inferno sem limites, em que teme se perder. No limiar entre natureza e cultura, debate-se o homem, enquanto padecem as mulheres, vítimas do desejo e da ameaça, objetos de que se serve o varão, livre e impunemente, reforçando a carapaça viril, masculina e violenta com que se reveste desde a meninice; fêmeas de que se aparta o guerreiro supersticioso, que teme perder a energia e a coragem. A exceção de Riobaldo, o que menos se vislumbra entre os jagunços de *Grande Sertão: Veredas* é algum resquício de amor ou ternura por qualquer mulher. Evidencia-se, ao contrário, uma espécie de aversão, afastamento ou indiferença:

De um lado, há os jagunços como Hermógenes que, por princípio, não gostam de mulheres – “Eh. Apreceia, não. Só se não gosta...” [...] De outro lado, além desta violenta exclusão e separação entre os jagunços e mulheres, há uma incompatibilidade mais sutil. Nota-se, com efeito, que nenhum dos grandes chefes é jamais representado como chefe de família, como esposo responsável pela vida de mulher e filhos. Todos estes homens aparecem apenas como progenitores de filhos ilegítimos ou secretos, se não é que se destacam como defensores de uma castidade guerreira que desvia todas as forças para o combate. Medeiro Vaz abandona a vida sedentária e queima sua fazenda, Zé Bebelo segue o exemplo de Joãozinho Bem-Bem – o lema “sempre sem mulher e valente em qualquer combate” (ROSENFELD, 1992, p. 46).

Em meio às lutas e privações, após longos e penosos dias e noites cavalcando sem rumo, ou em direção à danação, muitos sentiam falta de mulheres, careciam de, apreciavam, mas apenas para o deleite “de olhos e mãos [...], só o trivial do momento” (ROSA, 2001a, p. 115), o se fartar “p’ra o renovame de sua cama ou rede” (ROSA, 2001a, p. 462) somente. Neste caso, não davam qualquer importância à vontade da mulher, tomando mesmo à força, arrastando, estuprando, deflorando, o que fosse. O próprio Riobaldo, embora censure as “bestidades”, também tomou parte nas violações, conforme ele mesmo trata de confessar:

A primeira, que foi, bonita moça, eu estava com ela somente. Tanto gritava, que xingava, tanto me mordida, e as unhas tinha. Ao cabo, que pude, a moça – fechados os olhos – não bulia; não fosse o coração dela rebater no meu peito, eu entrevia medo. [...] Mas, depois, num sítio perto da Serra Nova, foi uma outra, a moreninha miúda, e essa se sujeitou fria estendida, para mim ficou de pedras e terra. (ROSA, 2001a, p. 188-189)

Em seu discurso, como se pode observar, não existem quaisquer vestígios de culpa ou arrependimento, muito embora ele afirme posteriormente que, salvo os referidos episódios, nunca mais abusou de mulher. O motivo que o levou a refrear os impulsos, entretanto, liga-se muito mais à vaidade do que propriamente à consciência: “Ah, era que nem eu nos medonhos fosse – e, o senhor crê? – a mocinha me agüentava era num rezar, tempos além” (ROSA, 2001a, p. 189). Ele não demonstra culpa pela violência cometida, mas sim desconforto pelo fato da moça não ter sentido prazer em seus braços, por não tê-la rendida e entregue à sedução. “O que eu queria era ver a satisfação [...] pelo meu ser. Feito com a Rosa‘uarda, sempre formosa, a filha de Assis Wababa [...]. Feito com aquela moça Nhorinhá, filha de Ana Duzuza.” (idem).

Deve-se notar, todavia, que mesmo mergulhado naquele universo de barbáries e despropósitos, também cometendo as suas falhas, “Riobaldo surge como o único para quem o mundo feminino tem um interesse intrínseco – um segredo e uma atração maravilhosa que conferem à mulher uma dignidade marcante e independente dos interesses jagunços.” (ROSENFELD, 2006, p. 272). De pai ignorado, é no universo feminino, cercado pelos cuidados e pela bondade da mãe, “a *Bigrê*”, que se inicia a sua formação e, não por acaso, resta claro, ao longo da obra, a importância dos afetos femininos em meio a sua trajetória e aprimoramento. Ele lembra cada uma das mulheres que passaram por sua vida, resgatando de algum modo suas características e/ou os sentimentos que lhe despertaram, ressaltando-lhes a importância, por menor que seja. Essas mulheres, cada uma ao seu modo, são determinantes no percurso de Riobaldo e acompanham seu pensamento ao longo de toda a travessia, devolvendo-lhe, em certa medida, a doçura e a afeição que experimentara ao lado da mãe. Essa ligação com o feminino explica, por sua vez, o estranhamento e o desejo de afastamento dos acampamentos jagunços e do comportamento bestial de alguns homens – “A minha terra era longe dali, no restante do mundo” (ROSA, 2001a, p. 370). Almejando ares mais próximos da urbanidade e da cortesia, freqüentemente põe-se a pensar em largar a jagunçagem e assentar-se como “homem de bem”, embora não deixe de mimosear seus homens, quando chefe, autorizando a “diversão”, a fim de sanar a “sincera precisão de mulher” (ROSA, 2001a, p. 539):

Nesses dias, moderei minha inclinação. Baixei ordens severianas: que todos pudessem se divertir saudavelmente, com as mulheres bem dispostas, não deixando no vai-vigário; **mas não obrassem brutalidades com os pais e irmãos e maridos delas**, consoante que eles ficassem cordatos. Estatuto meu era esse. Por que destruir vida, à-toa, à-toa, de homem são trabalhador? (ROSA, 2001a, p. 540. *Grifo meu*).

Não é difícil observar que o relato não depõe contra o estupro, não cuida sequer que se trate de brutalidade – esta referida apenas com relação aos homens que, desde que “ficassem cordatos”, não deveriam sofrer à-toa. Até quando impõe algumas regras, em oposição a outros chefes de bando, entre os quais a selvageria impera, as disposições de Riobaldo se voltam para a manutenção da ordem masculina, para que não haja violência desnecessária entre os homens, mas seu “estatuto” pouca ou nenhuma importância dá às mulheres, às suas vontades, necessidades e sentimentos. Embora destoe, de fato, da maioria dos homens que transitam ao longo da obra, mostrando-se envolvido e dependente da ternura e dos afetos femininos, seu discurso e suas ações estão pautados pela necessidade de se mostrar tão “correto” e firme quanto os chefes que o antecederam e, assim, ainda que demonstre certa sensibilidade não percebida nos demais, uma vez inserido na jagunçagem e fruto da tradição sertanejo-patriarcal, guarda ainda valores que se mostram intoleráveis talvez para o leitor urbano/citadino. Mesmo na fazenda de “seo” Ornelas, cujos cuidados e hábitos civilizados desconcertam e, ao mesmo tempo, agradam Riobaldo, que “não estava com gosto de aperrear ninguém” (ROSA, 2001a, p. 468), a neta do anfitrião leva o jagunço a titubear por um instante, tentado por sua beleza: “a boniteza dela esteve em minhas carnes” (ROSA, 2001a, p. 472). Ele chega mesmo a conceber o assassinio do avô e o abuso da menina, mas acaba, afinal, desistindo do intento e proferindo um discurso elegante:

“Menina, tu há de ter noivo correto, bem apessoado e trabalhador, quando for hora, conforme tu merece e eu rendo praça, que votos faço... Não vou estar por aqui, no dia, para festejar. Mas, em todo tempo, vocês, carecendo, podem mandar chamar minha proteção, que está prometida – igual eu fosse padrinho legítimo em bodas!” (ROSA, 2001a, p. 473).

Saudado como chefe, sentado à cabeceira da mesa, servido pelas mulheres da casa, e, de certa forma, “vexado” pelos hábitos do anfitrião, ele preferiu ensaiar “ares nobres” e demonstrar superioridade, em lugar de proceder como outros homens rudes que dificilmente seriam recebidos com tamanha distinção e cortesia naquela fazenda, outro belo exemplo do ambiente patriarcal da elite sertaneja, em que esposa, filhas e netas restavam resguardadas, bem cuidadas e devidamente contidas, “senhoras e donzelas [...], garantidas em suas honras e prendas, e com toda cortesia social” (ROSA, 2001a, p. 469), limitando-se a servir os homens, sem intrometer-se em seus assuntos, dirigindo a palavra apenas ao menino que acompanhava o bando jagunço, conforme observa Riobaldo: “com o Guirigó, as senhoras e moças conversavam e brejeiravam, como que só com ele, por criança, elas perdessem o acanhamento de falar” (ROSA, 2001a, p. 470).

A construção das principais personagens femininas em *Grande Sertão: Veredas* não destoa dos padrões típicos da sociedade patriarcal, sejam mundanas ou “sinhazinhas”, atendendo todas aos exemplos de comportamento pré-estabelecidos. Benedito Nunes, em “O Amor na Obra de Guimarães Rosa”, ao analisar as relações amorosas que se destacam no livro, lembra que

[o] jagunço Riobaldo [...] conhece três espécies diferentes de amor: o enlevo por Otacília, moça encontrada na Fazenda Santa Catarina, a flamejante e dúbia paixão pelo amigo Diadorim, e a recordação voluptuosa de Nhorinhá, prostituta, filha daquela Ana Duzuza, e versada em artes mágicas. São três amores, três paixões qualitativamente diversas, que chegam por vezes a interpenetrar-se. (NUNES, 1991, p. 144)

Nunes analisa a tríade amorosa de *Grande Sertão: Veredas* ao lado de outras personagens femininas elaboradas por Rosa em *Corpo de Baile* e *Primeiras estórias*, buscando demonstrar em seu estudo “que a tematização do amor, na obra de Guimarães Rosa, repousa principalmente [na] idéia mestra do platonismo, colocada, porém, numa perspectiva mística heterodoxa” que, de acordo com a análise levada a cabo pelo autor, “se harmoniza com a tradição hermética e alquímica, fonte de toda uma rica simbologia amorosa, que exprime, em linguagem mítico-poética, situada no extremo limite do profano com o sagrado, a conversão do amor humano em amor divino, do erótico em místico.” Sua conclusão é que esta “seria a síntese da visão erótica da vida entranhada na criação literária de Guimarães Rosa.” (NUNES, 1991, p. 146).

Luiz Roncari, por sua vez, retoma em outros termos a tríade amorosa examinada por Nunes e traça um paralelo com os padrões vigentes no patriarcalismo. Conforme o autor de *O Brasil de Rosa*, os amores vivenciados por Riobaldo

[...] não são tão distintos dos modelos dominantes na sociedade patriarcal brasileira e praticados amplamente desde os tempos coloniais: Nhorinhá, a mulher da vida sexual, como eram as índias, as mucamas das senzalas, as prostitutas ou as pobres bonitas sustentadas como amantes; Otacília, a mulher da prole oficial e das alianças familiares, condenada a transformar-se um dia na mulher “resignada” ou na “santa”, [...] e Diadorim, o amor do quartel, o amor do amigo, transgressivo, com traços tanto de homossexualismo como de misoginia, nascido da atração pela superioridade máscula, social ou intelectual, e cultivado pelo convívio. Esses são os paradigmas do patriarcalismo brasileiro, e os do *Grande sertão* não têm muita coisa de original. (RONCARI, 2004, p. 257)

Diadorim, andrógina, que abafa a feminilidade e “guerreia” pelo sertão feito jagunço, não encontra lugar nos modelos tipicamente femininos, eis que “se opunha, por um lado, à promiscuidade sexual de Nhorinhá e, por outro, à domesticidade e elevação de Otacília” (RONCARI, 2004, p. 238), mas não destoa de certo modelo vigente na sociedade patriarcal,

masculino, todavia, para o qual desde cedo é formada, exercitando o destemor e a virilidade como nem mesmo Riobaldo demonstrar-se-ia capaz.

– “Que é que a gente sente, quando se tem medo?” – ele indagou, mas não estava remoqueando; não pude ter raiva. – “Você nunca teve medo?” – foi o que me veio, de dizer. Ele respondeu: – “Costumo não...” – e, passado o tempo dum suspiro: – “Meu pai disse que não se deve de ter...” Ao que meio pasmei. Ainda ele terminou: – “...Meu pai é o homem mais valente deste mundo.” (ROSA, 2001a, p. 121)

“Sou diferente de todo o mundo. Meu pai disse que eu careço de ser diferente, muito diferente...” (ROSA, 2001a, p. 125)

Aquilo lufou! De rempe, tudo foi um ão e um cão, mas, o que havia de haver, eu já sabia... Oap!: o assoprado de um refugão, e Diadorim entrava de encontro no Fancho-Bode, arrumou mão nele, meteu um sopapo: – um safado nas queixadas e uma sobarbada – e calçou com o pé, se fez em fúria. Deu com o Fancho-Bode todo no chão, e já se curvou em cima: e o punhal parou ponta diantinho da goela do dito, bem encostado no gogó, da parte de riba, para se cravar deslizado com bom apoio, e o pico em pele, de belisco, para avisar do gosto de uma boa-morte; era só se soltar, que, pelo peso, um fato se dava. [...] – “Coca, bronco!” – Diadorim mandou o Fancho se levantasse: que puxasse também a faca, viesse melhor se desempenhar! Mas o Fancho-Bode se riu, amistoso safado, como tudo tivesse constado só duma brincadeira: – “Oxente! Homem tu é, manovelho, patrício!” Estava escabreado. (ROSA, 2001a, p. 175-176)

Ao ferreiro, as facas, vermelhas, no embrulhável. A faca a faca, eles se cortaram até os suspensórios. ... *O diabo na rua, no meio do redemunho...* Assim, ah – mirei e vi – o claro claramente: ai Diadorim cravar e sangrar o Hermógenes... Ah, cravou – no vão – e ressurtiu o alto esguicho de sangue: porfiou para bem matar! (ROSA, 2001a, p. 611)

Sua a imagem, como se pode notar, está constantemente ligada a um símbolo fálico, a faca, que marca a energia viril, a ousadia e a coragem. Diferentemente de Riobaldo, exímio atirador, mas que pode, todavia, alvejar o inimigo de longe, sem sequer ser visto, o manejo da faca exige o enfrentamento “homem a homem”, direto, sem titubeio. “Homem é rosto a rosto; jagunço também: é no quem-com-quem” (ROSA, 2001a, p. 175-176). A luta com arma branca, neste caso, acaba por destacar a audácia e o valor guerreiro, como é possível verificar, por exemplo, na cena em que Zé Bebelo é cercado, antes do julgamento:

O que vi foi Zé Bebelo aparecendo, de repente, garnisé. O que ele tinha numa mão, era o punhal; na outra uma garrucha grande, fogo-central. Mas descarregou a garrucha, atirando no chão, perto dos pés dele, mesmo. Arrancou poeira. Por trás daquela poeira ele reapareceu, dava pensamento assim – apumado, teso; de briga. Lampejou com o punhal, e esperou. **Ele mesmo estava querendo morrer à brava**, depressamente. (ROSA, 2001a, p. 269. *Grifo meu*)

Zé Bebelo está cercado, na mira dos homens (muitos) de Joca Ramiro, praticamente sem chance de defesa, e, no entanto, desfaz-se da garrucha e da munição, preferindo “morrer a brava”, isto é, em luta de faca, “rosto a rosto” com o inimigo, como fará Diadorim ao final, enfrentando

Hermógenes “feito homem”, bravamente. Com efeito, embora nascida mulher, é quem melhor irá desempenhar ao longo da obra o papel de guerreiro destemido e audaz, única pessoa capaz de afrontar o diabólico Hermógenes e varrê-lo para sempre do sertão. Apesar do corpo feminino, que apenas por ocasião de sua morte se dá a conhecer, pode-se dizer que subsiste em Diadorim a melhor realização do ideal *masculino*. Como já foi referido, as características daquela sociedade guerreira e violenta sugerem um determinado modelo de conduta. Esse modelo “natural” corresponde mais propriamente aos homens, uma vez que pressupõe força física, capacidade de controlar, subjugar e, não raro, matar, bem como liberdade e destreza para circular (viajar, cavalgar, lutar, entre outros), além de domínio sobre as mulheres. Com exceção do último³⁶, todos os demais são valores pelos quais se reconhece, ao menos aparentemente, Diadorim como homem – “o único homem que a coragem dele nunca piscava” (ROSA, 2001a, p. 444).

Abdicando da realização amorosa em prol da vingança, acaba, afinal, por ser a grande representante da justiça³⁷, cumprindo a missão que, antes de tudo, era continuar a obra do pai, Joca Ramiro, limpar o sertão, e, ao fim e ao cabo, vingar sua morte injusta e desleal. Presa ao projeto paterno, mesmo após a sua morte, quando toma para si a vingança contra Hermógenes, não se verifica, com efeito, a possibilidade de escapar à ordem de “ser diferente” para entrar em uma relação plena com Riobaldo ou qualquer outro. Desafiando a natureza e desatendendo ao papel feminino, torna-se “marginal no meio em que vive” (SPERBER, 1982, p. 94), não restando-lhe lugar possível no mundo. José Hildebrando Dacanal, a propósito, argumenta que

nada mais lhe restava senão morrer, pois revelar-se em vida como mulher tornava-se tão inviável como inútil já que não possuía mais identidade e não estava mais em condições de equacionar o drama resultante do conflito entre sua função biológica, que exigia um complemento masculino, e sua função *desviada*, que a impedira de encontrá-lo. Riobaldo, sua única e última esperança, empalmará o poder e seguia, sem intermediários, rumo a seu próprio destino, que, como ele há muito vinha percebendo, acabaria necessariamente na Fazenda Santa Catarina, no casamento com Otacília. (DACANAL, 2009, p. 396-397)

Jaime Ginzburg, por sua vez, estabelece uma relação de semelhança, de aproximação entre a figura do Hermógenes e o caráter destoante de Diadorim. Ginzburg ressalta que

³⁶ Com relação a este, como já mencionado antes, o comportamento de Diadorim encontra amparo na “regra de ferro” de Joãozinho Bem-Bem, que se privava de mulheres para não enfraquecer. Rosa, a propósito, esclarece ao seu tradutor alemão que se trata “de crença ou prática de alguns jagunços, que praticam a castidade, para não se debilitarem ou não perderem a força anímica e a coragem. [...] Não se trata de gostar ou não de mulheres, ou de falta de virilidade [...]. Ao contrário, o que o jagunço pretende é ser um Parsifal, um homem forte, mais forte que os outros, acima e independente das atrações debilitantes do sexo.” (ROSA, 2003, p. 369-370).

³⁷ Como perfeita encarnação de guerreira medieval, haja vista que, como lembra José Roberto Mello, “vingança e justiça são sinônimos na Idade Média.” (MELLO, 1992, p. 74).

[n]ão casualmente, a morte do [...] Hermógenes coincide com a de Diadorim; imagneticamente, está apresentada aí a idéia de que o ritual de expiação supõe livrar-se do que ameaça a ordem. Em um sentido muito diferente da traição de Hermógenes, Diadorim também ameaça a ordem – perturba os princípios de condução da vida afetiva dominantes nas condições em que vive Riobaldo. (GINZBURG, 1995, p. 71)

O sacrifício de Diadorim não apenas livra o sertão de Hermógenes e sua “maldade pura”, como, de certa forma, liberta Riobaldo que, desencantado, doido, adoecido, se abstém finalmente do mal e da jagunçagem, para encontrar o conforto de paz e religiosidade nos braços de Otacília – “De mim, pessoa, vivo para minha mulher, que tudo modo-melhor merece, e para a devoção” (ROSA, 2001a, p. 40) –, moça pura e delicada que lhe garante não apenas a redenção, como também a ascensão através do casamento, o sossego aliado ao *status* de fazendeiro, dono de terras. Em sua companhia, Riobaldo deixa de existir como jagunço para dar lugar ao homem de família, amoroso e temente a Deus. Em franco contraste com Diadorim, enigmática, ambígua, “neblina”, Otacília é uma moça tranqüila, sem segredos, sem ódios. “Otacília, o senhor verá, quando eu lhe contar – ela eu conheci em conjuntos suaves, *tudo dado e clareado*, suspendendo, se diz: quando os anjos e o vôo em volta, quase, quase” (ROSA, 2001a, p. 156. *Grifo meu*). Ao passo que Diadorim oculta, falseia, perturba, em Otacília os sentimentos são manifestos, límpidos, “tudo dado e clareado”, sem enigmas, oferecendo abertamente a Riobaldo o que aquela lhe negava. “Moça que *dava amor por mim*, existia nas Serras dos Gerais – Buritis Altos, cabeceira de vereda – na Fazenda Santa Catarina” (ROSA, 2001a, p. 67. *Grifo meu*).

É a própria Diadorim, a propósito, ciente da impossibilidade de se realizar como mulher ao lado de Riobaldo e atenta às aspirações deste, quem acaba por conduzi-lo aos braços de Otacília, despertando o carinho e o gostar do jagunço, ressaltando o que, talvez, fosse seu sonho escondido, mas que parecia prever que outra viria a concretizar.

– “... Você se casa, Riobaldo, com a moça da Santa Catarina. Vocês vão casar, sei de mim, se sei; ela é bonita, reconheço, gentil moça paçã, peço a Deus que ela te tenha sempre muito amor... Estou vendo vocês dois juntos, tão juntos, prendido nos cabelos dela um botão de bogari. Ah, o que as mulheres tanto se vestem: camisa de cassa branca, com muitas rendas... A noiva, com o alvo véu de filó...” (ROSA, 2001a, p. 393)

Já idealizada no pensamento de Riobaldo, a “moça da Santa Catarina” cresce, então, em seus devaneios, conforme avança o contar de Diadorim, “devagarinho”, “de sonsom”, como se o hipnotizasse, afastando de sua mente toda a crueza do sertão, para guiá-lo ao ambiente quase onírico do lar regido pelas delicadas mãos de Otacília, cercado por ternos cuidados.

Diadorim mesmo repassava carinho naquela fala³⁸. Melar mel de flor. E me embebia – o que **estava me ensinando a gostar da minha Otacília**. Era? Agora falava devagarinho, de sonsom, feito se imaginasse sempre, a si mesmo uma estória recontasse. Altas borboletas num desvoejar. Como se eu nem estivesse ali ao pé. Ele falava de Otacília. Dela vivendo o razoável de cada dia, no estar. Otacília penteando compridos cabelos e perfumando com óleo de sete-amores, para que minhas mãos gostassem deles mais. E Otacília tomando conta da casa, de nossos filhos, que decerto íamos ter. Otacília no quarto, rezando ajoelhada diante de imagem, e já aprontada para a noite, em camisola fina de ló. Otacília indo por meu braço às festas da cidade, vaidosa de se feliz e de tudo, em seu vestido novo de molmol. Ao tanto, deusdadamente ele discorresse. (ROSA, 2001a, p. 393-394. *Grifo meu*).

Diadorim ensinava-o a apreciar a mulher, os dotes e os cuidados femininos, lançando-o no aprendizado amoroso, que ia muito além dos afagos e deleites que experimentara com as outras mulheres. O jagunço, que adolescente tinha vivenciado no Curralinho a iniciação sexual, era conduzido naquele momento a experimentar a iniciação amorosa, que envolvia, além do prazer, a contemplação, misturando a realização carnal e afetiva que, sob o manto do casamento, com as bênçãos legais e religiosas, garantia a satisfação sem comprometer a ordem moral e social. Embora tenha sido a moça turca Rosa’uarda quem ensinou a Riobaldo “as primeiras bandalheiras, e as completas”, (ROSA, 2001a, p. 130), sua grande iniciadora, de fato, é Diadorim, que cedo lhe desperta os primeiros impulsos sensuais: “O menino tinha me dado a mão para descer o barranco. Era uma mão bonita, macia e quente, agora eu estava vergonhoso, perturbado.” (ROSA, 2001a, p. 119). Riobaldo sente tal atração pela beleza da mão, pela maciez e calor do contato, que se envergonha, sente uma perturbação que irá acompanhá-lo sempre que estiver com Diadorim, anos depois, e experimentar o mais leve contato.

E o menino pôs a mão na minha. Encostava e ficava fazendo parte melhor da minha pele, no profundo, desse a minhas carnes alguma coisa. Era uma mão branca, com os dedos dela delicados. – “Você também é animoso...” – me disse. Amanheci minha aurora. Mas a vergonha que eu sentia agora era de outra qualidade. (ROSA, 2001a, p. 123)

Jaime Ginzburg (1995, p. 65) observa, oportunamente, que “[o] toque de mão [...] faz com que Riobaldo atente para o próprio corpo – “minha pele”, “minhas carnes” [...]”. Muito cedo,

³⁸ Ao longo das discussões com o Prof. Antonio Sanseverino, enquanto a dissertação avançava, a citação em tela suscitou diferentes possibilidades de leitura. Poderíamos dizer que Diadorim vê em Otacília uma possibilidade de realização com Riobaldo que está vedada para ele/ela, hipótese que me inclino a aceitar como mais provável. Ao mesmo tempo, de modo ambivalente, também se pode dizer que vê em Otacília uma possibilidade de realização amorosa masculina, igualmente vedada para ele/ela. Uma vez que se considere a última hipótese, a questão da homossexualidade, normalmente tomada em relação a Riobaldo, deslizaria para Diadorim, para quem Otacília representaria não uma rival, mas um objeto de desejo sem possibilidade de realização. Encerramos a discussão, mas não encerramos as dúvidas e hipóteses: o que significa, afinal, a fala carinhosa de Diadorim: desejo por Riobaldo projetando-se em Otacília? Desejo por Otacília projetando-se em Riobaldo? “Tudo é e não é”, diria o nosso narrador.

Diadorim lhe faz despertar para as belezas e mistérios da natureza, como também lhe aguça os sentidos. “Ainda menino (a), enfeitiça Riobaldo ao desvendar-lhe um mundo antes ignorado, repleto de cores, sons e perfumes, dominado pela graça e o encanto das flores e das aves” (ALVES, 2008, p. 18.), bem como pleno de sedução e perigos que aos poucos se fazem notar.

Foi o menino quem me mostrou. E chamou minha atenção para o mato da beira, em pé, paredão, feito à régua regulado. – “As flores...” – ele prezou. No alto, eram muitas flores, **subitamente vermelhas**, de olho-de-boi e de outras trepadeiras, e as roxas, do mucunã, que é um feijão bravo; (...) Um pássaro cantou. Nhambú? E periquitos, bandos, passavam voando por cima de nós. Não me esqueço de nada, o senhor vê. Aquele menino, como eu ia poder deslembrar? Um papagaio **vermelho**: —“Arara for?” — ele me disse. (ROSA, 2001a, p. 120. *Grifos meus*)

Manfred Lurker, no *Dicionário de Simbologia*, lembra que vermelho “é a cor da vida, da paixão e do amor: a noiva romana aparecia envolta no *flammeum* para o casamento”. Acrescenta, também, que “[n]a Bíblia, é a cor do pecado e da penitência; a grande meretriz Babilônia, símbolo dos poderes adversários de Deus, vestia-se em púrpura e escarlate...”. (LURKER, 1997, p. 747). Essa dubiedade na interpretação da cor, que remete à vida, ao amor e ao prazer, mas também aponta para o pecado e o sofrimento, marca, não por acaso, o primeiro encontro de Riobaldo com Diadorim, misto de medo e deleite, em que todos os seus sentidos são acionados, despertando para a beleza, o afeto, o desejo, mas também para o desconhecido, feio e perigoso, ambigüidade que já na travessia empreendida pelos dois ao longo do rio pode ser verificada:

Saiba o senhor, o de-janeiro é de águas claras. [...] Mas, com pouco, chegávamos no do-Chico. O senhor surja: é de repente, aquela terrível água de largura: imensidade. Medo maior que se tem, é de vir canoando num ribeirãozinho, e dar, sem espera, no corpo dum rio grande. Até pelo mudar. A feiúra com que o São Francisco puxa, se moendo todo barrento **vermelho**, recebe para si o de-janeiro, quase só um rego verde só. (ROSA, 2001a, p. 120-121).

Há que se notar, igualmente, o valor simbólico relacionado ao elemento *água*. De acordo com Lurker (1997, p. 6), “a água é equiparada ao caos e à matéria primeva por não possuir forma”³⁹, interpretação “que muito bem se aplica à personagem Diadorim, cuja “forma” não

³⁹ Da mesma forma, “tem uma relação especial com a lua (Divindades Lunares), ambas são símbolo de vida, morte e renascimento.” (LURKER, 1997, p. 6), interpretação que pode ser ampliada para a travessia iniciática empreendida por Riobaldo, que passa não apenas de uma margem a outra do rio, mas “da preexistência para a existência, com a aquisição da capacidade contemplativa”, conforme lembra José Carlos Garbuglio (1972, p. 65). O autor ainda destaca que “as águas turvas e barrentas do São Francisco invertem as prerrogativas tradicionais quando simbolizam a perda da pureza inicial e mostram a contaminação do homem pelas forças obscuras que o passam a dominar” (GARBUGLIO, 1972, p. 59). Com efeito, através de Diadorim, Riobaldo abandona seu estágio inicial de alheamento e toma conhecimento do mundo e de si mesmo, como se fosse, em certa medida, “Adão a descobrir-se nu pela primeira vez.” (ALVES, 2008, p. 20, n.3). Lembremo-nos que o *Gênesis*, no capítulo 3, trata do momento em que

resta clara, marcada que é pela indefinição, pela androginia” (ALVES, 2008, p. 19). Além disso, na travessia em que vão de uma margem a outra, o rio é simbolicamente marcado pela alternância do claro e do escuro, do calmo e do violento, símbolos que se repetem de certo modo quando descem da canoa. Enquanto estão sentados a contemplar o rio e a natureza a sua volta, os dois são tomados de assalto pela presença de um mulato, maior e mais velho que, espreitando-os, insinua que é de natureza sexual o encontro de ambos, convidando-se a tomar parte. Enquanto Riobaldo argumenta o contrário, entre indignado e atemorizado, Diadorim, calma e decidida, para surpresa sua, revela um caráter ambíguo que oscila entre a sensualidade e a maneira feminina com que finge aceitar a proposta do mulato – “o que eu menos esperava, ouvi a bonita voz do menino dizer: – “Você, meu nego? Está certo, chega aqui...” A fala, o jeito dele, imitavam de mulher.” (ROSA, 2001, p. 124) – e a “macheza” e violência com que fere e repele o mesmo:

Ah, tem lances, esses – se riscam tão depressa, olhar da gente não acompanha. Urutu dá e já deu o bote? Só foi assim. Mulato pulou para trás, ô de um grito, gemido urro. Varou o mato, em fuga, se ouvia aquela corredoura. O menino abanava a faquinha nua na mão, e nem se ria. Tinha embebido ferro na côxa do mulato, a ponta rasgando fundo. A lâmina estava escorrida de sangue ruim. Mas o menino não se alufá do lugar. E limpou a faca no capim, com todo o capricho. – “Quicé que corta...” – foi só o que disse, a si dizendo. (ROSA, 2001a, p. 124)

Tanto a travessia do rio quanto o episódio com o mulato revestem-se de símbolos que apontam para a ambivalência e fornecem pistas sobre Diadorim. Todos os elementos que sobressaem naquela importante passagem na vida de Riobaldo se interligam e funcionam como chave de compreensão para a personagem que marcará sua vida e seu destino, enfeitando e desorientando, despertando seu desejo e seu amor e, da mesma forma, negando-se a qualquer possibilidade de realização amorosa, falseando, ocultando. Da mesma forma, deve-se atentar para a cor dos olhos de Diadorim, ressaltada por diversas vezes ao longo da narrativa:

Que vontade era de pôr meus dedos, de leve, o leve, nos meigos olhos dele, ocultando, para não ter de tolerar de ver assim o chamado, até que ponto esses olhos, sempre havendo, **aquela beleza verde, me adoecido**, tão impossível. (ROSA, 2001a, p. 62. *Grifo meu*)

Adão, seduzido por Eva, experimenta o fruto da árvore da vida e alcança o conhecimento do bem e do mal. Deus, contudo, havia-lhes proibido de tocar naquele fruto e, em razão de sua desobediência, expulsa-os do Paraíso, condenando-os a uma vida de sofrimentos. No caso de Riobaldo dá-se praticamente o mesmo movimento: Diadorim o seduz, fascina, conduz ao conhecimento do bem e do mal e acaba, igualmente, por arrastá-lo para a condenação do amor impossível, dos horrores da jagunçagem em prol da vingança pela morte de Joca Ramiro e toda uma gama de sofrimentos que lhe acompanham ao longo de sua trajetória.

Naqueles olhos e tanto de Diadorim, **o verde mudava sempre**, como a água de todos os rios em seus lugares ensombrados. Aquele verde, arenoso, mas tão moço, tinha muita velhice, muita velhice, querendo me contar coisas que a idéia da gente não dá para se entender – e acho que é por isso que a gente morre. (ROSA, 2001a, p. 305. *Grifo meu*)

O senhor saiba – Diadorim: que, **bastava ele me olhar com os olhos verdes** tão em sonhos, e, por mesmo de minha vergonha, escondido de mim mesmo eu gostava do cheiro dele, do existir dele, do morno que a mão dele passava para a minha mão. (ROSA, 2001a, p. 505. *Grifo meu*)

Os olhos – vislumbre meu – que cresciam sem beira, dum **verde dos outros verdes**, como o de nenhum pasto. (ROSA, 2001a, p. 511. *Grifo meu*)

Assim como a cor vermelha, já analisada, a cor verde é plena de sugestões simbólicas. Cor dos olhos de Diadorim, evocados pelo narrador em várias passagens, o verde é a “cor da expectativa, da Esperança, do estar a caminho” (LURKER, 1997, p. 747), como também, cor que remete ao veneno e à morte. Basta lembrar que o basilisco, serpente fabulosa, cujo olhar era capaz de matar, possuía olhos verdes. Além disso, “na crença popular e na literatura (J. Gotthelf, *A Aranha Negra*), o diabo aparece muitas vezes como ‘o verde’” (LURKER, 1997, p. 747). Para Riobaldo, de fato, o verde dos olhos de Diadorim acena como um chamado, uma atração irresistível e inexplicável, bastava “olhar com os olhos verdes” e ele restava “adoecido”, enfeitiçado⁴⁰. É tão desconcertante, entretanto, aquele olhar, tão arrasador e inconciliável o sentimento provocado, que Riobaldo chega a suspeitar de sua origem, adivinhando-se vítima de uma paixão demoníaca, de uma força maligna e irresistível, que ele tenta de alguma forma compreender. “Então, o senhor me responda: o amor assim pode vir do demo? Poderá?! Pode vir de um-que-não-existe?” (ROSA, 2001a, p. 155), questiona transtornado, para, logo em seguida, afirmar que é preferível não saber a resposta, sob pena de aumentar sua confusão. Neste sentido, Benedito Nunes afirma que

Diadorim infunde-lhe uma paixão equívoca, vizinha do estado de confusão e encantamento atribuído ao Maligno ou ao poder do Destino [...] O encantamento por Diadorim, que perdura durante o périplo da busca do traidor Hermógenes, assassino de Joca Ramires e encarnação do Diabo, só desaparece quando, no final do romance, ao ser liquidado o autor da felonía, o amigo de tão finas feições, morto em combate, revela-se tal qual era, mulher-moça, que vivera travestida de homem, e cuja sedução emanava de seu ambíguo modo de ser [...]. (NUNES, 1991, p. 145)

⁴⁰ Vale lembrar que antes de Rosa e sua “feiticeira” Diadorim, pelo menos dois reconhecidos autores já se haviam utilizado em suas obras da temática dos olhos fascinantes, sedutores e capazes de desconcertar. Gonçalves Dias rendendo-se a um par de olhos verdes como os de Diadorim, cantou: “São uns olhos verdes, verdes, / Uns olhos de verde-mar, / Quando o tempo vai bonança; / Uns olhos cor de esperança / Uns olhos por que morri; / Que, ai de mi! / Nem já sei qual fiquei sendo / Depois que os vi! (Olhos verdes. In: *Cantos*, 3a. ed., 1857); Machado de Assis, por sua vez, imortalizou o par de “olhos de cigana oblíqua e dissimulada” de Capitu, a famosa personagem por quem Bentinho se perdia em *Dom Casmurro* (1889).

Deve-se notar, ainda, que o caráter demoníaco que Riobaldo antevê em Diadorim⁴¹ e a desorientação que lhe desperta, assemelham-se à sensação experimentada em relação a Hermógenes, que mistura temor, aversão, mas também fascínio e atração, conforme será oportunamente analisado. “Muito diferente desse estado de encantamento, de sedução diabólica, é o amor por Nhorinhá, simples e natural” (NUNES, 1991, p. 145), sentimento

que nasceu de um abraço voluptuoso e foi crescendo na memória de Riobaldo, em torno da recordação do prazer sensível que ela lhe proporcionara, até converter-se numa forte paixão, secretamente cultivada e estranhamente parecida com o sentimento mais puro, quase desencarnado e beatífico que a imagem etérea de Otacília nele produzia. (idem)

Em meio aos desmazelos da jornada, e a constante inquietação que Diadorim lhe provoca, e que lhe põe em um estado entre doença e loucura, Riobaldo encontra conforto no seio generoso da voluptuosa “militriz” (ROSA, 2001a, p. 541), cuja lembrança, sempre marcada pela alegria, ele viria a compreender, anos mais tarde, que era amor. A “prostitutriz”, símbolo da luxúria, do amor carnal, da sensualidade e da paixão, se dá ao jagunço com tal abandono, que a relação ultrapassa os limites do gozo físico, da comunhão carnal, e toma a forma de união sagrada⁴², próxima ao rito do casamento, conforme Riobaldo lembra. “Recebeu meu carinho no cetim do pêlo – alegria que foi, feito casamento esponsal” (ROSA, 2001a, p.49). O encontro com ela, antes mesmo do apelo erótico, guarda a marca do acolhimento – “*Recebeu* meu carinho...” – do abrigo feminino que o jagunço perdera ao longo da jornada, e de cuja falta se ressentia, enquanto atravessa o sertão, povoado de bárbaros distanciados e avessos à ternura das mulheres. Ao contrário dos outros jagunços, Riobaldo não contempla na prostituta apenas a mera satisfação

⁴¹ Bastante interessante, neste aspecto, o comentário de Maria Nazareth Alvim de Barros que, em seu livro *As Deusas, as bruxas e a Igreja: séculos de perseguição*, afirma que “[o] demoníaco feminino, nos tempos em que a religião da Mãe predominava, dizia respeito ao poder da mulher de captar e absorver o princípio viril, transcendente ou mágico”. A autora explica que “[é] da natureza do feminino escravizar, acorrentar, dominar o princípio viril, pela sedução que ele sempre exerceu no imaginário masculino”. De acordo com Barros, havia a crença de que “[o] caráter demoníaco da mulher [...] sugava do homem seu poder viril, o que ao mesmo tempo o seduzia, incitando-o a agir, e o paralisava, pelo medo de ser tragado.” (BARROS, 2001, p. 37). Parece que Rosa considerou essa crença ao compor a personagem Diadorim, haja vista a face demoníaca sugerida por Riobaldo e o sentimento que ela lhe desperta, que, não por acaso, deixa-o constantemente perturbado ante a sedução e a repulsa que a inexplicável atração pelo companheiro de armas lhe provoca.

⁴² Vale observar o comentário de Maria Nazareth Alvim de Barros acerca da prostituição sagrada: “Em muitas civilizações”, explica Barros, “os rituais, os sacrifícios, os sacramentos e, principalmente, o sexo foram empregados com o fim de atualizar, no tempo e no espaço, a presença real da divindade, transmitindo ao ser humano suas influências benéficas. [...] Esses rituais recebiam o nome de prostituição sagrada.” (BARROS, 2001, p. 28). Creio que essa análise auxilia na compreensão da prostituta elaborada por Rosa que, de fato, não se liga ao caráter depreciativo que lhe confere a cultura judaico-cristã, aproximando-se muito mais das características da “prostituta sagrada”.

física, mas, também, uma espécie de ascensão espiritual, para além da carne e dos sentidos. Conforme observa Kathrin Rosenfield (2006, p. 285), aliás,

a lógica narrativa não parece distinguir entre o amor das meretrizes (amor carnal) e o amor da virgem e futura esposa (amor espiritual e sublimado). Essas duas facetas do amor conjugam-se, ao contrário, na metáfora da “alegria esponsal” – metáfora que une em um só termo a sensação do bem-estar físico e a harmonia espiritual que marcam o encontro com Nhorinhá. Na “alegria esponsal” que Riobaldo conhece graças à ternura generosa da prostituta, as determinações concretas do amor – a realidade carnal de um, de outro o reconhecimento da mulher enquanto parceira numa troca de gozo erótico – confundem-se, transformando o ato físico em um evento sublime e pleno.

Representando o amor consumado, o amor da carne, o sentimento por Nhorinhá vai sendo construído ao longo da obra, igualmente, como um amor terno, quase ingênuo, observável pelo cuidado, pela delicadeza com que Riobaldo evoca a personagem, com carinho e deferência incomuns, que os outros jagunços não reservam às mulheres, especialmente às de sua categoria. Em que pese a condição “rebaixada” da moça, nas lembranças de Riobaldo ela assume um caráter elevado⁴³, quase tanto quanto Otacília. A aproximação entre as duas, aliás, apesar da diferença social, se faz muito forte no pensamento de Riobaldo, contrapondo-se ambas, igualmente, a Diadorim, no que tange à entrega amorosa e à realização (ou a possibilidade de) sexual. Nhorinhá, prostituta, se entrega sexualmente porque faz parte de seu ofício, é o seu meio de vida, por assim dizer. Otacília, uma vez casada, também irá fazê-lo, não apenas por constituir-se “dever matrimonial”, mas porque a relação que se estabelece entre Riobaldo e ela não é, como em muitos casamentos na sociedade patriarcal, apenas um arranjo social, mas consequência, ao que tudo indica, de uma relação amorosa, cujas possibilidades e desejos implicados crescem na mente do ex-jagunço, conforme avança sua jornada. Há que se notar, ainda, que Riobaldo casa-se com Otacília, ao final, mas bem poderia tê-lo feito com Nhorinhá, como ele chega a cogitar.

Tivesse querido ir lá ver, nesse Riacho-das-Almas, em trinta e cinco léguas – e o caminho passava pelo São Josezinho da Serra, onde assistia Nhorinhá, lugarejo ditoso. Segunda vez com Nhorinhá, sabível sei, então minha vida virava por entre outros morros, seguindo para diverso desemboque. Sinto que sei. **Eu havia de me casar feliz com Nhorinhá**, como o belo do azul; vir aquém-de. Maiores vezes, ainda fico pensando. (ROSA, 2001a, p. 537)

⁴³ Em que a admiração e o respeito não deixam margem para o escárnio ou o preconceito. Ao contrário, o “ofício” de Nhorinhá, é glorificado pelo jagunço: “– sempre a essas do mel eu dei louvor de meu agradecimento. Renego não, o que me é de doces usos: graças a Deus toda a vida tive estima a toda meretriz, mulheres que são as mais nossas irmãs, a gente precisa melhor delas, dessas belas bondades.” (ROSA, 2001a, p. 252).

Conforme lembra Kathrin Rosenfield, do ponto de vista de Riobaldo “as adúlteras, moças e meretrizes amadas no percurso de suas andanças, não são menos respeitáveis ou menos encantadoras do que a moça de família Otacília, protegida nos seus “territórios e buritizais”.” (ROSENFELD, 2006, p. 272). Não fazendo distinção entre as mulheres, portanto, não faz ele qualquer reparo da sua classe ou situação, atento apenas para o seu poder restaurador, protetor, como se cada mulher fosse uma espécie de divindade, capaz de aplacar com seus afetos a brutalidade dos sertanejos, ou, ao menos, atenuar-lhe os efeitos da vida desordenada e sangrenta.

No caso de Nhorinhá, mais do que amenizar os horrores da jagunçagem, as “bestidades” chocantes com as quais Riobaldo vai se deparando ao longo de sua travessia, o contato com a prostituta restaura-lhe, ao menos no “trivial do momento”, o corpo e a alma adoecidos pelas aflições e pelo amor irrealizável por Diadorim, que lhe amargam o peito. Enquanto “Diadorim era o ódio”, Nhorinhá era a própria representação do júbilo, do amor simples, sem culpas e sem titubeios, sem qualquer estranheza ou repulsa, desimpedido de tudo. Ao passo que Diadorim abafa a feminilidade, a “prostitutriz” distribui seus dotes generosamente, transbordando carinho e sensualidade, transformando o ato sexual em comunhão do corpo e da alma, verdadeiro rito espiritual, característica, aliás, inerente às prostitutas rosianas⁴⁴. Seu amor representa para Riobaldo “um pouquinho de saúde, um descanso na loucura” (ROSA, 2001a, p. 327), restabelecendo-o e amenizando a tristeza que “ia se pegando”⁴⁵ no jagunço, por conta do forte ódio de Diadorim. Interposta entre o amor irrealizado por Diadorim e o amor idealizado por Otacília, Nhorinhá é a representante do amor concreto, materializado, que acompanha Riobaldo não apenas como lembrança longínqua, mas como sensação física presente, marcante, “gosto bom ficado nos olhos e na boca”⁴⁶. A lembrança da prostituta e de sua acolhida soma-se às reminiscências da infância e revigora o jagunço, nos momentos de desânimo. Da mesma forma, a recordação do carinho feminino aumenta o estranhamento com o mundo da jagunçagem, aguçando o desejo de se integrar ao mundo civilizado, tomando parte na vida doméstica, longe de desmandos e excessos, precipitando a decisão que viria a tomar na fazenda Santa Catarina de se casar e assentar-se em paz.

⁴⁴ É Benedito Nunes que afirma que “a prostituta, que ganha um relevo excepcional na fabulação de Guimarães Rosa, tem papel saliente. Ela é sempre a fêmea que tem fogos no corpo, pronta a transmitir, generosamente, o impulso vital que fervilha em seu ser. [...] Nada há de pecaminoso nelas, como nada de sombrio perpassa no ato sexual, que o romancista valoriza...” (NUNES, 1991, p. 149).

⁴⁵ “E aquilo, forte que ele sentia, ia se pegando em mim – mas não como ódio, mais em mim virando tristeza” (ROSA, 2001a, p. 46).

⁴⁶ “Nhorinhá, gosto bom ficado em meus olhos e minha boca” (ROSA, 2001a, p. 116).

De fato, o amor de Otacília e o ambiente acolhedor da fazenda Santa Catarina restituíam o contato com o universo feminino e o mundo cortês, com o dia a dia ordenado, envolto em afazeres domésticos, em obrigações sociais, cercado pelo cuidado e pela afeição feminina, devotada, a mesma que experimentara pelas mãos da mãe Bigrí, com sua “bondade especial”, e da qual fora apartado, em meio à guerra dos bandos jagunços. O enlace com a moça possibilitava a ascensão à vida regrada e respeitável, beneficiando o ex-jagunço com as posses e o prestígio que a família dela possuía, razões que, aliadas aos predicados de Otacília, física e moralmente irretocável, impelem-no ao casamento.

[...] eu cacei melhor coragem, e pedi meu destino a Otacília. [...] Por breve – pensei – era que eu me despedia daquela abençoada fazenda Santa Catarina, excelentes produções. Não que eu acendesse em mim ambição de têres e havêres; queria era só mesma Otacília, minha vontade de amor. Mas, com um significado de paz, de amizade de todos, de sossegadas boas regras, eu pensava: nas rezas, nas roupagens, na festa, na mesa grande com comedorias e doces; e, no meio do solene, o sôr Amadeu, pai dela, que apartasse – destinado para nós dois – um buritizal em dote, conforme o uso dos antigos. (ROSA, 2001a, p. 213)

Entre outras vantagens, Otacília representa para Riobaldo uma oportunidade de resgate do amparo, da delicadeza e do conforto feminino apaziguador e generoso que perdera ao longo de sua errância e que Diadorim, por sua vez, renunciara, empenhada em seu “mandado de ódio”, sacrificando a feminilidade e abafando a meiguice que o companheiro adivinhava, mas que ela lhe negava, sempre às voltas com batalhas, morte e destruição – “tempo de descanso, em que eu mais amizade queria, Diadorim só falava nos extremos do assunto. Matar, matar, sangue manda sangue” (ROSA, 2001a, p. 46).

Enquanto a moça da fazenda Santa Catarina é entregue, disponibilizando seu amor e seu destino, Diadorim é “o adiável”, “o do depois”, postergando firmemente a aceitação dos afetos, dos mimos que Riobaldo lhe oferece, lembrando sempre de antes vingar, cumprir o “mandado de ódio”, para só então, só depois, recebê-lo – “Aí guarda outra vez, por um tempo. Até em quando se tenha terminado de cumprir a vingança por Joca Ramiro. Nesse dia, então, eu recebo...” (ROSA, 2001a, p. 390). Mas se Diadorim titubeia, protela, Otacília é decidida, a “firme presença”, que sabe e deixa saber o que tenciona para si e para sua vida, como resta claro no episódio em que Riobaldo avista a flor branca, que “parecia um lírio”, e que, nas portas das casas de fazenda em que há moças casadoiras, “de propósito plantam, para resposta e pergunta” (ROSA, 2001a, p. 206), costume desconhecido do jagunço que, curioso, indaga o nome da flor.

– “*Casa-comigo...*” – Otacília baixinho me atendeu. E, no dizer, tirou de mim os olhos; mas o tiritozinho de sua voz eu guardei e recebi, porque era de sentimento. Ou não era? Daquele curto lisim de dúvidas foi que minou meu maisquerer. E o nome da flor era o dito, tal, se chamava – mas para os namorados respondido somente. (ROSA, 2001a, p. 206).

Otacília traz consigo a chance do amor sem máculas, da união legítima e sacramentada, para a qual ela, “moça-de-família” que é, foi talhada. Ela, que vive plenamente o papel feminino e luta por ele, aceita com tranqüilidade a lógica da sociedade patriarcal, mostrando-se disposta e disponível, receptiva ao amor de Riobaldo que, conforme ele pressente, no instante em que pela primeira vez a vê, tratava-se do amor destinado, “demarcado”.

[...] mesmo com a confusão e os latidos de muitos cachorros, eu divulguei, qual que uma luz de candeia mal deixava, a doçura de uma moça, no enquadro da janela, lá dentro. Moça de carinha redonda, entre compridos cabelos. E, o que mais foi, foi um sorriso. Isso chegasse? Às vezes chega, às vezes. Artes que morte e amor têm paragens demarcadas. No escuro. Mas senti: me senti. (ROSA, 2001a, p. 173-174)

Pura e recatada, Otacília também era “moça direta e opiniosa, sensata mas de muita ação” (ROSA, 2001a, p. 209). Não por acaso, é a escolhida de Riobaldo. Possuía tudo o que já se mencionou – beleza, respeito, posses – e ainda mostrava-se disposta a lutar por seu amor e sua salvação, diversamente de Diadorim, guerreira, empenhada, com fortes predicados, mas atada ao projeto de vingança, no qual Riobaldo mais se incluía como um instrumento do que propriamente um companheiro para a vida toda, conforme ele passara a aspirar. Além disso, a moça da fazenda Santa Catarina não apenas lhe oportunizaria a união legal e respeitável, como, tanto quanto Diadorim, possuía força e determinação – “Otacília sendo forte como a paz, feito aqueles largos remansos do Urucuaia, mas que é rio de braveza” (ROSA, 2001a, p. 327). Uma vez que Diadorim hesita até o instante fatal, e o amor por Nhorinhá, tal como sua carta⁴⁷, demora a chegar até Riobaldo, é Otacília, afinal, quem se mostra a melhor escolha. “Eu fui, com o coração feliz, por Otacília eu estava apaixonado. Conforme me casei, não podia ter feito coisa melhor, como até hoje ela é minha muito companheira”. (ROSA, 2001a, p. 619).

Finda a sangrenta travessia, acabado o “feitiço” que o punha atado a Diadorim, Riobaldo poderá, ao lado de Otacília, finalmente abandonar o seu “demarcado de jagunço”, para converter-se em homem devoto e abastado proprietário de terras, conquistando o respeito e o *status* que

⁴⁷ “[...] carta simples, pedindo notícias e dando lembranças, escrita, acho que, por outra alheia mão. [...] Escreveu, mandou a carta. Mas a carta gastou uns oito anos para me chegar; quando eu recebi, eu já estava casado.” (ROSA, 2001a, p. 115)

almejava. Após empreender verdadeira Cruzada, conquista ao final a fama de chefe valoroso, merecedor do grande prêmio – a donzela pura e casta que, preservada nos limites da fazenda, aguardava ansiosa para entregar-lhe o seu amor. “Otacília. O prêmio feito esse eu merecia?” (ROSA, 2001a, p. 174).

Embora aparentemente distanciadas, diversas, as mulheres que integram a tríade amorosa de Riobaldo possuem semelhanças que, de algum modo, interligam-nas, para além do amor pelo jagunço. A comunhão entre elas fortifica-o, anima-o e impulsiona a sua trajetória.

Diadorim me veio, de meu não saber e querer. Diadorim – eu adivinhava. Sonhei mal? E em Otacília eu sempre muito pensei: tanto que eu via as baronesas amarasmeando no rio em vidro – Jericó, e os lírios todos, os lírios do brejo – copos-de-leite, lágrimas-de-moça, são-josés. Mas, Otacília, era como se para mim ela estivesse no camarim do Santíssimo. A Nhorinhá – nas Aroeirinhas – filha de Ana Dazusa. Ah, não era rejeitã... Ela quis me salvar? De dentro das águas mais clareadas, aí tem um sapo roncador. Nonada! A mais, com aquela grandeza, a singeleza: Nhorinhá puta e bela. E ela rebrilhava, para mim, feito itamotinga. (ROSA, 2001a, p. 326-327)

No coração e na memória do ex-jagunço as três mulheres surgem como se estivessem intimamente conectadas e, em certa medida, pode-se mesmo afirmar que seus destinos estão unidos, de vez que todas operam, à sua maneira, para um mesmo fim, que é conduzi-lo rumo ao conhecimento do mundo e de si mesmo. Como lembra Luiz Roncari, “Riobaldo vive os três paradigmas amorosos simultaneamente. Ele ama Nhorinhá, Diadorim e Otacília *ao mesmo tempo*⁴⁸ e não numa sucessão que o levasse pelo caminho da sublimação, ultrapassagem e transcendência.” (RONCARI, 2004, p. 257). De fato, mesmo ao final, quando já elegera Otacília para ser a sua esposa, o ex-jagunço não se desapega de seus outros amores, de suas outras mulheres, as quais ele sente necessidade de reencontrar, de manter junto a si, ainda que apenas através do lembrar e do contar.

A promoção de Riobaldo não se resume à personagem com quem, ao fim e ao cabo, ele desfruta dos “teres e haveres” materiais e espirituais, mas é resultado de um conjunto, que inclui a braveza de Diadorim, que lhe abriu as portas do conhecimento – para o bem ou para o mal –, a alegria de Nhorinhá, que lhe restaurou as forças e, de certa forma, promoveu seu reencontro com a energia feminina, bem como a devoção de Otacília, cujo amor e rezas resgataram o pactário para convertê-lo em “homem de bem”, vivendo para a paz e a devoção.

⁴⁸ Embora cada uma atenda a um papel distinto, correspondendo a um dos modelos dominantes no patriarcalismo brasileiro, como já observou o próprio Roncari (cf. mencionado à pág. 52 deste trabalho).

2 A TRAVESSIA DO HERÓI⁴⁹

O senhor... Mire veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou. Isso que me alegra, montão.
(ROSA, 2001a, p. 39)

Talvez não reste claro àquele que lê a obra pela primeira vez, em um misto de curiosidade, fascínio, ou qualquer outra emoção que o livro desperte – e as emoções despertadas são da mais variada ordem – e que lhe tolda, não raro, a percepção aguçada, mas uma leitura mais apurada permite-nos verificar que todo o relato de Riobaldo é modelado com o intuito de seduzir, encantar e/ou iludir o interlocutor que, embalado pelo canto da sereia sertaneja, habilmente executado pelo velho narrador, deixa-se levar por suas histórias, mergulhando, sem reservas, nas trilhas que ele vai delineando e, principalmente, conhecendo e compadecendo a sua dor pela perda do companheiro de armas Reinaldo/Diadorim. Sua narrativa, em meio ao caos e a danação das lutas jagunças, com direito a “sangue, suor e lágrimas”, parece, ao fim e ao cabo, apontar para uma história de amor (irrealizado) que, em meio à barbárie do sertão, converteu-se em tragédia e desencadeou o grande trauma daquele que, vítima da fatalidade e da maldade humana, perdeu o amigo/amor, razão do seu viver, vindo a adoecer, variando, desentendendo, até finalmente encontrar, nos braços da eleita Otacília, que “era toda exata, criatura de belezas” (ROSA, 2001a, p. 156), a chance de recomeçar, de renascer.

Sumariamente (ou grosseiramente) contada, a obra de Rosa seria mais uma dentre as tantas histórias de miséria e superação de um “pobre menino” brasileiro, que com empenho e coragem, sobreviveu, cresceu e venceu. Riobaldo seria, dessa forma, um herói em meio aos tantos mártires nascidos, aos montes, naquele sertão e no resto do Brasil, cuja trajetória e aspirações ele mesmo cuida de sintetizar: “Tanta gente – dá susto se saber – e nenhum se sossega:

⁴⁹ A palavra “herói” é normalmente entendida como “homem extraordinário por seus feitos guerreiros, seu valor ou sua magnanimidade” (Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa), ou, ainda, “semideus” (idem). Riobaldo, todavia, como bem lembra Roncari, “tem sua filiação e parentesco na literatura brasileira, lembra os heróis volúveis, de perfis baixos e traços satíricos ou picarescos, como Leonardo, Brás Cubas, Dom Casmurro, João Miramar, Serafim Ponte Grande e Macunaíma...” (RONCARI, 2004, p. 27)

todos nascendo, crescendo, se casando, querendo colocação de emprego, comida, saúde, riqueza, ser importante, querendo chuva e negócios bons...” (ROSA, 2001a, p. 31). Nenhum crime, nenhuma culpa. Riobaldo é o herói do sertão, coberto de merecidas glórias, vivendo em paz no range-rede. “Aqui a estória se acabou. / Aqui, a estória acabada. / Aqui a história acaba” (ROSA, 2001a, p. 616).

Apelando para o que podemos chamar de “estado de espírito favorável” do interlocutor, reforçado por sua habilidade narrativa, Riobaldo caminha na contramão do destino não apenas de seus muitos companheiros de jagunçagem, como também dos grandes chefes, que acabam por perecer ao longo das sangrentas batalhas. É essa surpreendente ascensão, em detrimento de todos os outros “pobres meninos”, que determina que voltemos à obra e refaçamos a leitura com um olhar mais apurado, desconfiado, para somente então vir a descobrir que o velho Riobaldo não atraiu por mero acaso as boas graças do destino, como prêmio por sua coragem e honradez, e que a sua narrativa – tão oscilante quanto a rede na qual embala a velhice – é maliciosamente articulada com o intuito de atrair o interlocutor, obtendo-lhe a aprovação e a simpatia, de modo a expiar as suas falhas e titubeios.

Uma olhadela mais atenta, e já é possível que se instaure a desconfiança acerca do caráter de Riobaldo; já não se sabe se ele é vítima, herói ou mero arrivista. “Enfim, cada um o que quer aprova, o senhor sabe: pão ou pães, é questão de opiniões...” (ROSA, 2001a, p. 24). Riobaldo agiu mal, cometeu crimes, traiu, falseou e se arranjou na vida à custa do sacrifício de Diadorim e dos demais companheiros? “O senhor ache e não ache. Tudo é e não é...” (ROSA, 2001a, p. 27”).

2.1 O pobre menino

Sabendo da infância de Riobaldo, conhecemos a história de muitos meninos pobres do sertão e do Brasil afora, frutos de relação casual e/ou momentânea, sem berço e sem laços, privados da estrutura familiar e legal, filhos ilegítimos, à margem da sociedade organizada.

Por mim, o que pensei, foi: que eu não tive pai; quer dizer isso, pois nem eu nunca soube autorizado o nome dele. Não me envergonho, por ser de escuro nascimento. Orfão de conhecença e de papéis legais, é o que a gente vê mais, nestes sertões. Homem viaja, arrancha, passa: muda de lugar e de mulher, algum filho é o perdurado. Quem é pobre, pouco se apega, é um giro-o-giro no vago dos gerais, que nem os pássaros de rios e lagoas. (ROSA, 2001a, p. 57-58).

Como tantos outros meninos espalhados pelo sertão, espúrios e soltos à sorte, sua criação, seu abrigo e seu sustento vieram unicamente da mãe, de quem pouco sabemos além da “bondade especial [que] tinha sido a de amor constando com a justiça” (ROSA, 2001a, p. 57) e a alcunha – “apenas a *Bigrí*, era como ela se chamava” (ROSA, 2001a, p. 126). Conhecemos, também, que é graças a uma promessa dela para que Riobaldo se curasse de uma doença que ele, ainda menino, depara-se pela primeira vez com Diadorim, encontro que marcaria para sempre a sua vida.

Pois tinha sido que eu acabava de sarar duma doença, e minha mãe feito promessa para eu cumprir quando ficasse bom: eu carecia de tirar esmola, até perfazer um tanto – metade para se pagar uma missa, em alguma igreja, metade para se pôr dentro duma cabaça bem tapada e breada, que se jogava no São Francisco, a fim de ir, Bahia abaixo, até esbarrar no Santuário do Santo Senhor Bom-Jesus da Lapa, que na beira do rio tudo pode. Ora, lugar de tirar esmola era no porto. Mãe me deu uma sacola. Eu ia, todos os dias. [...] Aí pois, de repente, vi um menino, encostado numa árvore, pitando cigarro. Menino mocinho, pouco menos do que eu, ou devia de regular minha idade. Ali estava, com um chapéu-de-couro, de sujigola baixada, e se ria para mim. (ROSA, 2001a, p. 117-118)

O encontro é marcante sob vários aspectos, como podemos depreender da narração de Riobaldo. Primeiramente, porque “o Menino” lhe descortina um universo novo e “encantado” que a sua percepção não alcançara até então. Da mesma forma, é quem faz despertar em Riobaldo os impulsos sensuais, conforme já mencionado. A atração que se estabelece naquele encontro, bem como o apelo erótico que emana do contato com “o Menino” e que jamais será esquecido, se repetirá quando adultos, com a mesma ou maior intensidade. Além disso, em meio aos perigos da travessia, no rio “barrento vermelho”, ou ante a ameaça do mulato lascivo, aquele “menino” dá mostras de coragem viril, como ele, Riobaldo, não conhecia, não possuía, enquanto no Menino/Reinaldo/Diadorim é manifesta e inquebrantável⁵⁰, como resta claro ao longo de toda a narrativa. Ainda, o modo decidido de se portar ou reagir, a voz e a “conversinha adulta e antiga”, a aparência geral do “menino”, bem como sua autonomia, são observados com admiração por Riobaldo que, mais e mais, deseja estar junto ao outro, “com um prazer de companhia” que não

⁵⁰ Desde a infância até a idade adulta Diadorim lembra a personagem de *João sem medo*, dos irmãos Grimm, muito embora no conto infantil a ausência de medo parta, aparentemente, da falta de compreensão de João em relação aos inimigos que enfrenta. O conto cultiva, assim, boa dose de humor, na medida em que há franco descompasso entre o sentimento normal perante assombrações e a reação desassombrada de João que, todavia, almeja alcançar o aprendizado do medo para saber como é o sentimento tão natural aos demais e desconhecido por ele. É curioso notar, ainda, que o modo de Riobaldo rememorar a primeira cena, a maneira como conta o episódio em que, ainda meninos, ele e Diadorim se encontram, se dá em consonância com um modelo de conto infantil.

havia sentido por outra pessoa, o que não o impede de notar, todavia, o abismo social entre ambos que, embora não o afaste, lhe provoca vergonha e acanhamento.

Escondido enrolei minha sacola, aí tanto, mesmo em fé de promessa, tive vergonha de estar esmolando. Mas ele apreciava o trabalho dos homens, chamando para eles meu olhar, com um jeito de siso. [...] A ser que tinha dinheiro de seu, comprou um quarto de queijo, e um pedaço de rapadura. Disse que ia passear em canoa. Não pediu licença ao tio dele. (ROSA, 2001a, p. 119)

Ele, o menino, era dessemelhante, já disse, não dava minúcia de pessoa outra nenhuma. Comparável um suave de ser, mas asseado e forte – assim se fosse um cheiro bom sem cheiro nenhum sensível – o senhor represente. As roupas mesmas não tinham nódoa nem amarrotado nenhum, não fuxicavam [...] e eu reparei, me acanhava, comparando como eram pobres as minhas roupas, junto das dele (ROSA, 2001a, p. 120-123)

A descrição que Riobaldo apresenta remete-nos, instantaneamente, a um príncipe e um mendigo. Diadorim distingue-se, desde cedo, pela completude e pelos traços nobres, que lembram uma figura principesca, altiva, bem vestida, dotada de beleza, coragem, determinação e caráter, enquanto Riobaldo é carente de tudo – de roupas, dinheiro, coragem e independência –, precariedade que se torna ainda mais explícita com a perda da mãe. A morte de Bigrí não apenas deixa-lhe a marca do desamparo, material e sentimental, como fornece a exata dimensão do quão desprovidos eram ele e a mãe, cujas únicas “propriedades” resumem-se a algumas quinquilharias.

De desde, até hoje em dia, a lembrança de minha mãe às vezes me exporta. Ela morreu, como a minha vida mudou para uma segunda parte. Amanheci mais. De herdado, fiquei com aquelas miserinhas – miséria quase inocente – que não podia fazer questão: lá larguei a outros o pote, a bacia, as esteiras, panela, chocolateira, uma caçarola bicuda e um alguidar; somente peguei minha rede, uma imagem de santo de pau, um caneco-de-asa pintado de flores, uma fivela grande com ornados, um cobertor de baeta e minha muda de roupa. (ROSA, 2001a, p. 127)

Se com a morte da mãe Riobaldo resta só e desamparado, é também a partir dela que uma nova fase se inicia em sua vida. Levado para a fazenda do padrinho Selorico Mendes, ele deixa as suas “miserinhas” e passa a desfrutar da “lordeza” dos moços de boa família, em meio ao conforto e as regalias de qualquer rapaz rico, com acesso, inclusive, à educação, privilégio reservado a poucos, normalmente filhos de fazendeiros abastados.

[...] eu não sabia ler. Então meu padrinho teve uma decisão: me enviou para o Currálinho, para ter escola e morar em casa de um amigo dele, Nhô Maroto, cujo Gervásio Lê de Ataíde era o verdadeiro nome social. Bom homem. Lá eu não carecia de trabalhar, de forma nenhuma, porque padrinho Selorico Mendes acertava com Nhô Maroto de pagar todo fim de ano o assentamento da tença e impêndio, até de botina e roupa que eu precisasse. Eu comia muito, a despesa não era pequena, e sempre gostei do bom e do melhor. (ROSA, 2001a, p. 129)

Riobaldo, que até então tomara contato apenas com os valores femininos do universo regido pela mãe, com sua “bondade especial” e “amor constando com a justiça”, vai ter acesso, na casa do padrinho, ao universo masculino e aos valores viris. Selorico Mendes proporciona-lhe o aprendizado das armas e o aprendizado das letras, enviando-lhe para estudar no Currallinho, onde ele exercita o tiro, a gramática, os cálculos e a geografia, além de ter acesso às primeiras experiências sexuais, com a moça Rosa’uarda. É também por intermédio do padrinho, quando volta do Currallinho, que tem contato, pela primeira vez, com Joca Ramiro e seus homens.

Certa madrugada, os cachorros todos latiram, no São Gregório, alguém estava batendo. Era mês de maio, em má lua, o frio fiava. [...] Assim que saí da cama e fui ver se era de se abrir, meu padrinho Selorico Mendes, com a lamparina na mão, já estava pondo para dentro da sala uns homens, que eram seis, todos de chapéu-grande e trajados de capotes e capas, arrastavam esporas. Ali entraram com uma aragem que me deu susto de possível reboldosa. Admirei: tantas armas. **Mas eles não eram caçadores. Ao que farejei: pé de guerra.** [...] Tinham encomendado o auxílio amigo dos jagunços, por uma questão política, logo entendi. Meu padrinho escutava, aprovando com a cabeça. Mas para quem ele sempre estava olhando, com uma admiração toda perturbosa, era para o chefe dos jagunços, o principal. E o senhor sabe quem era esse? Joca Ramiro! Só de ouvir o nome, eu parei, na maior suspensão. (ROSA, 2001a, p. 131-132. *Grifo meu*)

O contato com o “mundo dos homens” e seus valores amplia-se, estendendo-se ao aprendizado da guerra. Aquele encontro seria inesquecível para Riobaldo, não apenas pela novidade, susto e encantamento que aqueles “guerreiros” lhe despertam, mas porque sofreria, nas semanas seguintes, uma verdadeira imersão no universo das façanhas jagunças, cujas histórias o padrinho, grande apreciador de suas ações, conta e reconta, em pormenores, com tal admiração que causava enjôo. As armas, as táticas, a valentia daqueles homens, de toda aquela matéria se ocuparia nos próximos dias, povoando a imaginação do “afilhado” com artes e peripécias que, mais tarde, ele viria a conhecer de perto, quando tivesse o corpo e a alma mergulhados em lutas e perigos reais.

Embora reconhecidamente “somítico”, Selorico não poupa despesas para garantir a Riobaldo acesso à educação, conforto e proteção, cuidando para que nada lhe falte materialmente. Como ele próprio reconhece, o padrinho lhe proporcionava na fazenda São Gregório uma vida de “lordeza”. Todas as regalias de que desfrutava não suprem, contudo, a sua carência maior, na medida em que Selorico Mendes não o legitima, não o reconhece explícita ou legalmente, sequer menciona tal questão, que só vem à tona por vias tortas, mediante “indiretas” dos agregados da

fazenda, que chegam aos seus ouvidos causando humilhação tamanha que, não suportando a permanência na fazenda, foge transtornado, num misto de embaraço e desamparo.

[...] um dia – de tanto querer não pensar no princípio disso, acabei me esquecendo quem – me disseram que não era à toa que minhas feições copiavam retrato de Selorico Mendes. Que ele tinha sido meu pai! Afianço que, no escutar, em roda de mim o tonto houve – o mundo todo me desproduzia, numa grande desonra. Pareceu até que, de algum encoberto jeito, eu daquilo já sabia. Assim já tinha ouvido de outros, aos pedacinhos, ditos e indiretas, que eu desouvia. Perguntar a ele, fosse? Ah, eu não podia, não. Perguntar a mais pessoa nenhuma; chegava. Não desesquentei a cabeça. Ajuntei meus trens, minhas armas, selei um cavalo, fugi de lá. [...] Virei bem fugido. (ROSA, 2001a, p. 138-139).

A fuga de Riobaldo, todavia, não é decorrência unicamente da vergonha e da desonra que ele experimentara, mas também oculta uma intenção maior, que diz respeito à vontade de ser verdadeiramente acolhido pelo padrinho/pai, que esse se retratasse, assumisse sua falta. O desejo de Riobaldo é assim manifesto ao interlocutor/leitor: “De repente, eu sabia: o que eu estava querendo era isso mesmo. Ele viesse, me pedisse para voltar, me prometendo tudo, ah, até nos meus pés se ajoelhava” (ROSA, 2001a, p. 139-140). O que se depreende a partir de sua fala é que, apesar de nada lhe faltar em termos materiais, a falta de comprometimento de Selorico deixara-lhe um oco mal encoberto de ordem afetiva, que anos mais tarde se fazia notar, como se pode apurar em sua narração:

Dez vezes mais me desse, e não se valia. Eu não gostava dele, nem desgostava. [...] Nunca mais vi meu padrinho. Mas por isso ele não me desejou mal; nem entendo. [...] Agora, derradeiramente, destaco: quando velho, ele penou remorso por mim; eu, velho, a curtir arrependimento por ele. Acho que nós dois éramos mesmo pertencentes. (ROSA, 2001a, p. 131).

A fuga da fazenda acaba por marcar mais uma etapa na vida de Riobaldo que, a partir de então, vai seguir o próprio rumo e, graças à educação recebida do padrinho, que custeara seus estudos, tem a oportunidade de tornar-se “o moço professor”, posteriormente nomeado secretário, de Zé Bebelo: “E ele me apresentava com a honra de: Professor Riobaldo, secretário sendo” (ROSA, 2001a, p. 147). Não apenas tem restaurada a sua dignidade, assumindo uma posição social respeitável, como volta a desfrutar da vida confortável a que se havia acostumado na fazenda do padrinho e que, nas terras de Zé Bebelo, era tão boa quanto.

Mas, minha vida na fazenda, era ruim ou era boa? Se melhor era. Arre, eu estava feito um inhampas. Aí lordeei. Me acostumei com o fácil movimento, entrei de amizade com os capangas. [...] Nas folgas vagas, eu ia com os companheiros, obra de légua dali, no Leva, aonde estavam arranchadas as mulheres, mais de cinqüenta. [...] Não faltava esse

bom divertir. [...] Demais, de tudo ali se prazia fartura confortável! Abastada comida, armamento de primeira, monte de munição, roupas e calçados para os melhores. (ROSA, 2001a, p. 147-148).

Como na fazenda do padrinho, volta a desfrutar da “abastança” e da “lordeza”, mas, diversamente do que ocorrera lá, não é alvo de comentários, não se encontra em posição que, de algum modo, lhe possa trazer constrangimento. Ao contrário, se na fazenda de Selorico sua situação não era bem definida, dando margem ao falatório acerca da mancha de origem, na Nhanva, fazenda de Zé Bebelo, ele mantém posição de certa importância. Destacando-se dos demais capangas, Riobaldo é “o moço professor”, “secretário”, letrado e, portanto, gozando reconhecimento e certo prestígio, haja vista que é o responsável pelo aprendizado, pela iniciação de Zé Bebelo no mundo das letras. O conhecimento que detém, embora não seja muito, é suficiente para garantir-lhe honra e, especialmente, distinção. Entretanto, da mesma forma que ocorrera na fazenda do padrinho, em que experimentara um desgosto e saíra em fuga, também na Nhanva sua vida de “lordeza” e divertimentos será ameaçada pela realidade circundante. O que abala o contentamento de Riobaldo, desta vez, é o contato com a realidade das batalhas, com a luta e os desmandos em meio ao sertão, que até então conhecia apenas de ouvir. Na condição de secretário, acompanhando Zé Bebelo e seus homens que, a mando do governo, vão perseguir os jagunços, choca-se ante a truculência com que se depara, fugindo outra vez.

Fugi. De repente, eu vi que não podia mais, me governou um desgosto. Não sei se era porque eu reprovava aquilo: de se ir, com tanta maioria e largueza, matando e prendendo gente, na constante brutalidade. Debelei que descuidassem de mim, restei escondido retardado. Vim-me. Isso que, pelo ajustado, eu não carecia de fazer assim. Podia chegar perto de Zé Bebelo, desdizer: – “Desanimei, declaro de retornar para o Curalim...” Não podia? Mas, na hora mesma em que eu a decisão tomei, logo me deu um enfaro de Zé Bebelo, em trosgas, a conversação. Nem eu não estava para ter confiança nenhuma em ninguém. A bem: me fugi, e mais não pensei exato. (ROSA, 2001a, p. 151-152)

Tal como fizera na fazenda de Selorico Mendes, deixa-se guiar apenas pelos próprios sentimentos e, em lugar de conversar, como um homem maduro faria, age como menino, de forma irrefletida, tomado apenas pelo desgosto e pelo impulso, escondendo-se, apartando-se e, finalmente, fugindo. Mais uma vez, o “pobre menino” empreende uma fuga sem rumo e sem qualquer planejamento, deixando-se conduzir pela mão do destino, vagando, “remancheando” sem direção, até dormir com uma mulher com quem se depara pelo caminho, a filha do Malinácio. Esperando que a mulher o chamasse novamente, ele retarda um dia, ainda, na casa do pai dela onde, tomado de surpresa, reencontra os homens de Joca Ramiro e, junto com eles, “[o]

Menino, senhor sim, aquele do porto do de-Janeiro, daquilo que lhe contei, o que atravessou o rio comigo, numa bamba canoa, toda a vida. [...] Ele se chamava o Reinaldo.” (ROSA, 2001a, p. 154). Mais uma vez, o acaso cuida de juntá-los, dando novo rumo à vida de Riobaldo.

Se eu não tivesse passado por um lugar, uma mulher, a combinação daquela mulher acender a fogueira, eu nunca mais, nesta vida, tinha topado com o Menino? – era o que eu pensava. Veja o senhor: eu puxava essa idéia; e com ela em vez de me alegre ficar, por ter tido tanta sorte, eu sofria o meu. Sorte? O que Deus sabe, Deus sabe (ROSA, 2001a, p. 158)

Reconhecendo o amigo e sendo igualmente reconhecido, Riobaldo é convidado a tomar parte no bando de jagunços que o menino, então já moço, acompanhava e, a partir daquele encontro, empreende nova travessia, seguindo o rastro de Reinaldo/Diadorim, em cuja companhia iria exercitar o aprendizado do amor, da coragem e dos valores viris, ao mesmo tempo em que viria a conhecer a violência e o sofrimento.

2.2 Riobaldo *Tatarana*

Conduzido, ou antes, enfeitado por Reinaldo/Diadorim, Riobaldo se junta ao bando de jagunços de Joca Ramiro, seguindo pelo sertão afora a perseguir os homens de Zé Bebelo, de quem antes fora professor e secretário e que, naquele momento, assumia a posição de adversário. Sem admitir para si mesmo que se tratasse de traição, mas conhecendo as implicações do seu ato, Riobaldo cuida de ocultar as informações de que tinha conhecimento quanto aos métodos e armamentos que Zé Bebelo empregava. Silenciando, acredita-se livre da pecha de traidor, o pior designativo que poderia receber, considerado entre aqueles homens, de valores guerreiros e fundamentos medievais, o pior crime que se poderia cometer. Assassinato, usurpação, violação, tudo era tolerável ou passível de perdão naqueles confins, menos traição.

E o que Titão Passos queria saber era tudo que eu soubesse, a respeito de Zé Bebelo, das malasartes que ele usava em guerra, de seus aprovados costumes, suas forças e armamentos. Tudo o que eu falasse, podia ajudar. O saber de uns, a morte de outros. Para melhor pensar, fui mal-respondendo, me calando, falando o que era vasto. Como eu ia depor? Podia? Tudo o que eu mesmo quisesse. Mas, traição, não. (ROSA, 2001a, p. 166)

Lembrei que ainda tinha, guardada estreito comigo, aquela lista, de nomes e coisas, de Zé Bebelo, num caderno. Alguma valia aquilo tinha? Não sei, sabia não. Andando, peguei, oculto, rasguei em pedacinhos, aquei tudo no arrojo dum riacho. Aquelas águas

me lavavam. E, de tudo que a respeito do resto eu sabia, cacei em mim um esforço de me completo me esquecer. (ROSA, 2001a, p. 167)

Deve-se notar que Riobaldo conduz a narrativa de forma a captar a simpatia do interlocutor, transformando a sua falha de caráter em virtude, confessando abertamente que mudara de lado, mas afirmando, de forma categórica, que não havia traição. “Traição, não”. Apesar de abandonar Zé Bebelo sem maiores explicações e aliar-se aos seus inimigos, ele, o “muito bom moço”, não cometia deslealdade, antes, “protegia” Zé Bebelo, ocultando dos inimigos quaisquer informações que pudessem utilizar contra aquele e seus homens. Uma pequena distração e já o leitor desprevenido se solidariza e acredita que Riobaldo não tinha mesmo alternativa, senão seguir o rumo que a fatalidade ou a fortuna lhe apresentava, sem qualquer culpa ou dever maior, pois “a gente, isso sei, às vezes é só feito menino. Mal que em minha vida aprontei, foi numa certa meninice em sonhos – tudo corre e chega tão ligeiro –; será que há lume de responsabilidades?” (ROSA, 2001a, p. 41). Quase podemos crer que ele era mesmo apenas uma vítima do destino.

Não tarda muito, entretanto, para que o “pobre menino” se integre totalmente ao novo bando, conquistando lugar e importância. Demonstrando habilidade com as armas, exibindo a pontaria certa, torna-se conhecido como *Tatarana*, conforme ele mesmo explica: “por meu tiro me respeitavam, quiseram pôr apelido em mim: primeiro, *Cerzidor*, depois *Tatarana*, lagarta-de-fogo” (ROSA, 2001a, p. 178). Graças à boa mira, e à amizade de Diadorim, logo alcança o respeito e a confiança dos demais, assumindo posição de destaque, valorizado, posteriormente, até mesmo pelos chefes, como Sô Candelário,

Ocasão, então, Diadorim a ele me mostrou: – “Este é o meu amigo Riobaldo, chefe...” Aí, Sô Candelário me divisou, sempre me viu. Rir sorrir ele não sabia – mas sossegava um modo nos olhos, que tomavam um sério bom, por um seu instante, apagando de serem aqueles olhos encarniçados: e isso figurava de ser um riso. [...] – “Riobaldo, *Tatarana*, eu sei...” – ele falou – “Tu atira bem, tem o adestro d’armas...” (ROSA, 2001a, p. 259)

e até mesmo o “chefe dos chefes” Joca Ramiro:

“Este aqui é o Riobaldo, o senhor sabe? Meu amigo. A alcunha que alguns dizem é *Tatarana*...” Isto Diadorim disse. A tento, Joca Ramiro, tornando a me ver, fraseou: “*Tatarana*, pêlos bravos... Meu filho, você tem as marcas de conciso valente. *Riobaldo*... *Riobaldo*...” Disse mais: – “Espera. Acho que tenho um trem, para você...” Mandou vir o dito, e um cabra chamado João Frio foi lá nos cargueiros, e trouxe. Era um rifle reiúno, peguei: mosquetão de cavalaria. Com aquilo, Joca Ramiro me obsequiava! (ROSA, 2001a, p. 265-266)

Ao ser “obsequiado” pelo grande líder, Riobaldo passa a ser uma espécie de súdito/cavaleiro dele, ou seja, abandona a condição de órfão desamparado, desprovido de tudo, e passa a gozar de reconhecimento e, principalmente, pertencimento. Joca Ramiro, com o seu ritual de senhor feudal, punha fim ao vácuo deixado pelo padrinho/pai Selorico Mendes, que, muito embora tenha recebido Riobaldo e lhe dado “do bom e do melhor”, não regularizara sua situação, não assumira a paternidade, papel de certa forma cumprido, naquele momento, pelo “imperador em três alturas” e “pai de todos” Joca Ramiro. Em uma espécie de rito de passagem, o antes desprovido de sorte e renome Riobaldo passava a ser o respeitado *Tatarana*, bravo guerreiro do clã dos ramiros.

Finalmente, tinha o que precisava para ser feliz: reconhecimento, respeito, pertencimento e, de quebra, a companhia inseparável do amigo/amor Reinaldo/Diadorim. Apesar disso, ele vive em constante inquietude e descontentamento em sua jornada de lutas, sangue e estripulias, porquanto Diadorim, a tentação inexplicável e irrealizável, cuja identidade só se revela ao final da obra, mantém Riobaldo, ao mesmo tempo, em um estado de encantamento e perturbação, entre os prazeres do céu e os padecimentos e torturas do inferno, sem compreender (ou preferindo mesmo não entender) a mal contida fascinação pelo companheiro de armas.

Riobaldo olha, olha, torna a olhar, mas não entende, não consegue alcançar o como e o porquê de tamanho desatino por conta de um jagunço, de um “macho em roupas e armas”; e mais olha, e mais não entende; e mais se desassossega, uma vez que tudo o que vê diante de si é um guerreiro bravo, masculino no vestir e no guerrear (ALVES, 2008, p. 21)

Enquanto o eterno “maior abandonado, perdido, sem pai nem mãe”, vive em busca de afetos e amores, “Diadorim, andrógino e terrível como os anjos” (CÂNDIDO, 1977, p. 194), só pensa em sangue e vingança, negando a feminilidade, recusando as investidas do parceiro, ocultando a sua verdadeira condição, vivendo apenas para o matar-guerrear-matar, belicosa, viril, com uma constante sede de justiça, que acaba por desgostar Riobaldo, em parte pela paixão impossível e irrealizada, mas, sobretudo, porque Diadorim “era também um espelho para onde Riobaldo olhava e reconhecia tudo o que aspirava ser e não era.” (RONCARI, 2004, p. 204). Contemplar Diadorim, para além da inegável fascinação, é descobrir-lhe, dia a dia, as incontáveis virtudes, o porte, a firmeza, o poder de mando – “Ah, ele gostava de mandar, primeiro mandava suave, depois, visto que não fosse obedecido, com as sete-pedras. Aquela força de opinião dele

mais me prazia? Aposto que não”. (ROSA, 2001a, p. 165) –, contrastando com as próprias fraquezas das quais se ressentia, em um misto de amor e inveja. Luiz Roncari observa, ainda, que

foi Diadorim quem recordou a Riobaldo que seguiam modelos opostos e contrários ao normalmente esperado: “Em hora de desânimo, você lembra de sua mãe; eu lembro de meu pai...”. Diadorim, uma mulher, orientava-se pelo modelo paterno, masculino, sem ficarmos sabendo em nenhum momento por que se travestia de jagunço; e Riobaldo seguia o modelo materno, feminino, guiado pelos afetos, e vivia o vazio da falta do pai, o que o obrigava a busca-lo fora, entre os outros homens que cruzavam o seu caminho e que ele admirava, respeitava ou odiava. Por isso Diadorim e Riobaldo complementavam-se como metades opostas que se atraíam e repeliam, como um amor cuja efetivação deveria ser menos o resultado de uma escolha da vontade do que uma condenação: a atração pelo contrário. A reação de Riobaldo diante do que o amigo disse: “Não fale nesses Diadorim... Ficar calado é que é falar nos mortos...”. **Ele reage como se Diadorim tivesse tocado num de seus demônios recalçados, ou seja, num fato que o vinculava não a um tronco familiar que lhe dava tradição e valores a serem perseguidos, mas à camada dos pobres que proliferava na desordem do sertão.** (RONCARI, 2004, p. 61. *Grifo meu*).

Ao passo que Riobaldo era apenas o filho da Bigrí, “sem eira nem beira”, arrastado pelo destino e pelas rédeas dos outros, sem qualquer plano, estratégia ou convicção, Diadorim, descendente legítima do “acima de todos” Joca Ramiro⁵¹, orientava-se não somente pela sede de vingança, mas também pelo ideal de justiça, que perseguia sem se desviar, sem titubear, sempre firme em seus propósitos e opiniões. “Diadorim, sempre atencioso, esmarte, correto em seu bom proceder” (ROSA, 2001a, p. 202), encarnava todos os valores do herói cristão medieval: “bons atributos morais, porte, beleza física, além da linhagem (eis que descendente do chefe Joca Ramiro) e a inquestionável coragem” (ALVES, 2008, p. 25). Heróis da sua estirpe, entretanto, caminhavam para o fim, estavam condenados ao passado, destinados a permanecer em meio às lendas e aos romances. Não por acaso, afirmaria Riobaldo que “Joca Ramiro morreu como o decreto de uma lei nova” (ROSA, 2001a, p. 314). Já não havia lugar para heróis de valores tão rígidos, medievais, arcaicos. Para sobreviver ao sertão, para integrar-se ao país moderno e civilizado que avançava, pouco a pouco, era preciso mais que nobreza e valentia, era preciso ser “sofismado de ladino” (ROSA, 2001a, p. 30), como somente Riobaldo saberia ser.

⁵¹ Muito embora Diadorim, ao contrário de Riobaldo, não guarde a mancha de não saber quem é o pai, há que se considerar que também ela guarda em sua origem um caráter nebuloso, eis que desconhece a mãe. Não há, de fato, nenhuma pista ao longo do livro que remeta à origem materna de Diadorim e/ou à razão de ter sido criada apenas pelo pai, sob o mandado de “ser diferente, muito diferente”, extirpando a feminilidade desde a infância, assumindo aspecto e valores masculinos e, posteriormente, integrando-se ao bando jagunço.

2.3 O Urutú-Branco

Riobaldo, que “quase que nada sabia, mas desconfiava de muita coisa”, ao se tornar “cavaleiro” de Joca Ramiro, tornava-se, igualmente, um aprendiz na jagunçagem, vindo a conhecer com os grandes chefes o funcionamento do sistema dos jagunços, “sistema que tinha aprendido, as astúcias muito sérias” (ROSA, 2001a, p. 419). Observador, estudioso dos líderes, começa a perceber que, enquanto a jagunçada rasa matava e morria sem ter nada de seu, os chefes viviam, quase todos, entre o farto e o abastado, cobertos não apenas de glórias, mas também de vantagens materiais que iam angariando em suas andanças pelo sertão, conservando e até aumentando as riquezas que possuíam, não se desfazendo de nenhuma posse, de bem nenhum, senão o de terceiros. À exceção de Medeiro Vaz, que se despira de todos os bens e propriedades que possuía, varando sertão afora, em busca de ordem e justiça, os outros chefes pareciam bastante à vontade obtendo reconhecimento, prestígio e outras vantagens pessoais à custa dos soldados jagunços que se acabavam nas batalhas obtendo, não raras vezes, pouco mais que um punhado de farinha e um gole de cachaça. Até mesmo Joca Ramiro, como Riobaldo tomou conhecimento, “era rico, dono de muitas posses em terras, e se arranchava passando bem em casas de grandes fazendeiros e políticos, deles recebia dinheiro de munição e paga” (ROSA, 2001a, p. 193). Quanto mais observava, mais Riobaldo se dava conta que o espírito coletivo só existia enquanto existisse a guerra, e apenas para favorecer a uns poucos, estes empenhados em seus projetos individuais, manobrando a “jagunçada” em prol dos poucos nomeados líderes. Acabando a luta no sertão, cada um dos grandes chefes retornaria para as suas fazendas, enquanto os outros, reles jagunços, restariam soltos, no vago do mundo, espalhados feito poeira ao vento.

Enquanto Riobaldo apenas ouvia as histórias contadas pelo padrinho Selorico, grande admirador de Joca Ramiro e dos outros chefes, que se regozijava em relatar sua valentia e seus feitos, era ele como um menino a ouvir contos de fada, recheados de cavaleiros garbosos, acima do bem e do mal. A convivência em meio à realidade do sertão, contudo, vai desmanchando, aos poucos, o deslumbramento pueril e dando lugar ao aprendizado do mundo adulto, duro, despido de inocência ou benevolência. Conforme demonstra Willi Bolle, ocorre

uma desidealização da condição jagunça. Os elementos épicos e românticos, que incentivaram comparações com o mundo dos cavaleiros medievais, cedem lugar a uma visão desencantada e prosaica, em que a instituição da jagunçagem é vista no seu imbricamento com o problema social. (BOLLE, 2004, p. 112)

Na medida em que diminuem as suas fantasias, cresce em Riobaldo a ambição e o desejo de abandonar a condição ordinária de jagunço. De repente, ele começa a se dar conta que, apenas levado pelo destino, não seria nada mais do que um entre os muitos desvalidos, amontoados pelas ruas e pelos matos, maltrapilhos, famintos, dizimados pela pobreza ou pelas doenças, quando não pelas guerras jagunças – guerras que nem eram suas, mas dos chefes que, do alto de suas posições, utilizavam a gente miúda em proveito próprio, nos seus combates políticos que a massa deles sequer entendia. De acordo com Bolle, é na fazenda de “seô” Habão que mais claramente

aparece o caráter ilusório da existência de jagunço, que tinha sido até então encoberto por uma retórica romântica. De repente Riobaldo se dá conta de sua posição social verdadeira. Se ele depusesse as armas nesse momento e abandonasse a jagunçagem, não seria mais que um simples diarista, desaparecendo no meio da plebe rural. [...] O protagonista tem clara consciência de que se encontra entre um senhor e seus escravos – e que chegou o momento de optar. É nessas circunstâncias que ele recorre ao meio do pacto com o Diabo. (BOLLE, 2004, p. 150)

Despido de ilusões, Riobaldo percebe que somente tomando as rédeas de sua vida e conquistando posição, lado a lado com os grandes, é que poderia sobreviver ao sertão e integrar-se ao Brasil, que apontado para a modernização e para o progresso, não havia de comportar aqueles homens jagunços, brutos e atrasados, que só tinham alguma importância dentro do próprio sistema em que por ora tomavam parte, arredados da lei e da ordem e, por isso mesmo, fadados à extinção, soterrados que seriam pelo modo de vida civilizado e organizado das cidades que avançavam dia a dia. Mais e mais Riobaldo toma consciência da precariedade da condição jagunça – “conheci que fazendeiro-mor é sujeito da terra definitivo, mas que jagunço não passa de ser homem muito provisório” (ROSA, 2001a, p. 429) – e mais cresce nele a vontade de abandonar a vida errante, largar o sertão e a jagunçagem. Sabe, porém – já havia aprendido com Zé Bebelo –, que “só se sai do sertão é tomando conta dele a dentro...” (ROSA, 2001a, p. 295). É a partir dessa tomada de consciência que parte em direção às Veredas-Mortas, em busca do pacto.

Afora eu. Achado eu estava. A resolução final, que tomei em consciência. O aquilo. Ah, que – agora eu ia! Um tinha de estar por mim: o Pai do Mal, o Tendeiro, o Manfarro. Quem que não existe, o Solto-Eu, o Ele... Agora, por quê? Tem alguma ocasião diversa das outras? Declaro ao senhor: hora chegada. Eu ia. Porque eu estava sabendo – se não é que fosse naquela noite, nunca mais eu ia receber coragem de decisão. Senti esse intimado. E tanto mesmo nas idéias pequenas que já me aborrecendo, e por causa de tantos fatos que estavam para suceder, dia contra dia. Eu pensava na vinda de João Goanhá, e que a gente carecia de sair de novamente por ali, por terras e guerras. Pensei naquele seô Habão, que nem num transtorno? Mais não sei. E essas coisas desconvinham em mim, em espécie de necessidade. A não me apartar à-toa dali – das Veredas- Mortas! (ROSA, 2001a, p. 434).

Riobaldo, que ao contrário dos grandes chefes e de Diadorim, não possui coragem e determinação, busca no pacto com o demo a força e a brutalidade necessárias para tomar o controle e dominar o sertão e os homens. Ele, que até então era mais um dos servos/jagunços a serviço de soberanos/fazendeiros, quer reunir em si a maldade e a malícia dos detentores do poder. Ele, que era fraco, quer fazer-se forte. O “pobre menino” quer fazer-se homem e domar o destino. O órfão, sem pai legítimo, que a vida toda fora carente de reconhecimento e pertença, escolhe para seu pai “o Demo, o Sempre-Sério, o Pai da Mentira” (ROSA, 2001a, p. 435). Daquele momento em diante, acreditando estar ao abrigo e resguardo daquele, pronto para combater o mal com o mal, ele é outro, destemido, falante, insolente. Como lembra Antonio Candido, “Riobaldo sai transformado, — endurecido, arbitrário, roçando a crueldade, na prepotência das funções de mando que logo assume, em contraste com a situação anterior, em que as tinha rejeitado.” (1991, p. 304). Já não se julga inferior, tampouco igual, acredita estar acima de todos, até de Zé Bebelo, cujo poder e autoridade não só não o intimidam mais, como acaba por reivindicá-los:

– Tenho de chefiar! – eu queria, eu pensava. Isso eu exigia. [...] Ali, era a hora. E eu frentemente endireitei com Zé Bebelo, com ele de barba a barba. [...] – “Quem é que é o Chefe?” – eu quis. [...] – “Quem é-que?” – eu brando apertei. [...] Zé Bebelo se encolheu um pouco, só. Aí ele não tremeu, no sucinto dos olhos. – “A rente, Riobaldo! Tu o chefe, chefe, é: tu o Chefe fica sendo... Ao que vale!...” – ele dissezinho fortemente, mesmo mudado em festivo, gloriando um fervor. (ROSA, 2001a, p. 452-453)

O “pobre menino”, que fora *Cerzidor* e *Tatarana*, cede lugar, a partir de então, ao chefe *Urutú-Branco*, alcunha recebida do próprio Zé Bebelo: “–“Mas, você é outro homem, você revira o sertão... Tu é terrível que nem um urutú branco...” O nome que ele me dava, era um nome, rebatismo desse nome, meu” (ROSA, 2001a, p. 454). Seu aprendizado na jagunçagem chegara a termo; o aprendiz torna-se mestre e vira o jogo, naquele instante, dominando o sistema que por todo aquele tempo estudara e que, dali em diante, utilizaria a seu favor. Mais uma vez, a habilidade do narrador se faz presente, convencendo o interlocutor (e o leitor) que, naquele “mata ou morre”, Riobaldo é apenas um sobrevivente que adere ao mal para melhor combatê-lo, domina para não ser dominado, cede ao pacto para reunir as condições necessárias ao enfrentamento do pactário Hermógenes, para remediar as lacunas deixadas pelos demais chefes e restabelecer a ordem e a justiça. Os próprios companheiros, inclusive Diadorim, acreditam em suas “boas e desapegadas” intenções, tanto que o saúdam como chefe e, sem pestanejar, rendem-lhe lealdade. A narrativa, sobretudo quando relata seu incômodo na fazenda de seô Habão, induz a reconhecer

em Riobaldo o grande salvador dos explorados e injustiçados, como se tivesse de fato tomado para si o nobre encargo de defendê-los e honrá-los:

Ele [...] espiou para mim, com aqueles olhos baçosos – aí eu entendi a gana dele: que nós, Zé Bebelo, eu, Diadorim, e todos os companheiros, que a gente pudesse dar os braços, para capinar e roçar, e colher, feito jornaleiros dele. Até enjoiei. Os jagunços destemidos, arriscando a vida, que nós éramos; e aquele seô Habão olhava feito o jacaré no juncal: cobiçava a gente para escravos! (ROSA, 2001a, p. 431)

O “grande salvador”, todavia, não se mostraria muito diferente dos demais chefes. Antevira, é certo, a intenção escusa de seô Habão, mas embora inicialmente parecesse revoltado ao captar a malícia daquele, logo dá mostras de que a idéia não era de todo desprezível e poderia, inclusive, ser utilizada em benefício próprio, como de fato faz. Sua atitude enquanto chefe não caminha para livrar a jagunçada e o restante do povo do jugo dos poderosos, mas, sim, para também dominá-los e angariar benefícios. Neste sentido, valemo-nos de Willi Bolle novamente:

Aproveitar-se dos miseráveis do campo, transformando-os em mão-de-obra jagunça – é assim que Riobaldo assimila a lição de “seô” Habão, a partir do momento em que ele assume a chefia do bando. O itinerário desses homens vai do Sucruíú e do Pubo, onde são recrutados à força, até o Paredão, onde travam a serviço do chefe a batalha final, depois da qual “os vivos sobrados” são repostos “de volta, na terra deles”. Portanto, uma viagem da miséria à jagunçagem e de volta da jagunçagem à miséria. É sob o signo dessa moral que se realizam as ações de Riobaldo como chefe e empreiteiro. (BOLLE, 2004, p. 113)

Longe de desprezar ou se rebelar contra o proceder dos mandantes, o que Riobaldo faz é aprender com eles, no afã de igualar-se, quando não de superá-los. Assim, não é por acaso que, após aprender as táticas e as manhas discursivas de Zé Bebelo, de quem, ao fim e ao cabo, é admirador, toma-lhe o lugar e o mando. Embora ao longo da narrativa aponte as falhas de caráter, a dissimulação ou mesmo a brutalidade e os excessos que percebe em um e outro, basta uma leitura perspicaz para descobrir que, longe de condenar-lhes, o “aprendiz de jagunçagem” estava reunindo conhecimentos, extraindo os pontos fortes (não entendidos aqui, necessariamente, como positivos) de cada um dos chefes, necessários à sua própria formação como líder. “Só o Hermógenes foi que nasceu formado tigre...” (ROSA, 2001a, p. 33). Ele, Riobaldo, se formou aos poucos, aprendendo, observando, admirando ou invejando, até ficar “inteiriço”.

Mas, aí, eu fiquei inteiriço. Com a dureza de querer, que espremi de minha sustância vexada, fui sendo outro – eu mesmo senti: eu Riobaldo, jagunço, homem de matar e morrer com a minha valentia. Riobaldo, homem, eu, sem pai, sem mãe, sem apego nenhum, sem pertencências. Pesei o pé no chão, achei meus dentes. Eu estava fechado, fechado na idéia, fechado no couro. (ROSA, 2001a, p. 218).

Embora desprezasse Hermógenes – ou pelo menos dissesse que –, é visível ao longo da narrativa a admiração (e o despeito) que Riobaldo nutria pelo outro, com seu posto de “cabo-de-turma”, sua capacidade de comandar, decidido, bravo. Como já mencionado, repete-se com Hermógenes, não raras vezes, aquilo que vivencia com Diadorim – um misto de repulsa e atração, porque também Hermógenes, para além do caráter diabólico, era pronto, formado, reunindo características que em Riobaldo faltavam, em especial o destemor. Além disso, ao contrário de Riobaldo e dos muitos outros jagunços sem bens nem pertença, Hermógenes possuía, longe daquela danação e desordem, uma família legal e organizada, assentada em terras e haveres, fato que desperta ainda mais o interesse e a curiosidade de Riobaldo.

Estudei uma dúvida. Ao que será que seria o ser daquele homem, tudo? Algum tinha referido que ele era casado, com mulher e filhos. Como podia? Ai-de vai, meu pensamento constante querendo entender a natureza dele, virada diferente de todas, a inocência daquela maldade. A qual que me aluava. O Hermógenes, numa casa, em certo lugar, com sua mulher, ele fazia festas em suas crianças pequenas, dava conselho, dava ensino. (ROSA, 2001a, p. 251)

Não se pode esquecer, ainda, que antes de decidir ele mesmo tornar-se pactário, Riobaldo procura conhecer, em pormenores, a história de Hermógenes e do pacto que aquele havia firmado, que lhe garantia o guerrear e o matar, com “o corpo fechado” sempre.

Hermógenes Saranhó Rodrigue Felipes – como ele se chamava; hoje, neste sertão, todo o mundo sabe, até em escritos no jornal já saiu o nome dele. Mas quem me instruiu disso, na ocasião, foi o Lacrau [...]. A ele dei de perguntar, ao mau respeito, muitas coisas. Assaz de contente, ele me respondia. Se era verdade, o que se contava? Pois era – o Lacrau me confirmou – o Hermógenes era positivo pactário. Desde todo o tempo, se tinha sabido daquilo. A terra dele, não se tinha noção qual era; mas redito que possuía gados e fazendas, para lá do Alto Carinhanha, e no Rio do Borá, e no Rio das Fêmeas, nos gerais da Bahia. E, veja, por que sinais se conhecia em favor dele a arte do Coisa-Má, com tamanha proteção? Ah, pois porque ele não sofria nem se cansava, nunca perdia nem adoecia; e, o que queria, arrumava, tudo; sendo que, no fim de qualquer aperto, sempre sobrevinha para corrigimento alguma revirada, no instinto derradeiro. E como era a razão desse segredo? – “Ah, que essas coisas são por um prazo... Assinou a alma em pagamento. Ora, o que é que vale? Que é que a gente faz com alma?...” O Lacrau se ria, só por acento. Ele me dizia que a natureza do Hermógenes demudava, não favorecendo que ele tivesse pena de ninguém, nem respeitasse honestidade neste mundo. – “Pra matar, ele foi sempre muito pontual... Se diz. O que é porque o Cujo rebatizou a cabeça dele com sangue certo: que foi o de um homem são e justo, sangrado sem razão...” Mas a valência que ele achava era despropositada de enorme, medonha mais forte que a de reza-brava, muito mais própria do que a de fechamento-de-corpo. Pactário ele era, se avezando por cima de todos. (ROSA, 2001a, p. 424).

Mais que o mero interesse pueril pelas histórias e façanhas do outro, Riobaldo estuda-o, de certa forma, como modelo a ser seguido, como fonte de inspiração, o que denota, por si só, que não eram apenas repulsa ou temor os sentimentos que nutria. A repulsa, se havia, era

justamente por ver refletido em Hermógenes o que ele próprio ambicionava. O grande incômodo de Riobaldo não era, pois, pela maldade e desfaçatez de que Hermógenes era capaz, destruindo, matando e desordenando, mas sim, porque ele, Riobaldo, não era capaz do mesmo, não possuía vigor, vontade e coragem para sair guerreando pelo sertão afora, impondo autoridade e medo. Ele, o sempre carente, aos medos e sobressaltos, titubeante e sem poder, seguia apenas debaixo do mando do outro, chefiado por aquele, feito soldado apenas. Hermógenes, monstro que fosse, era quem tinha tudo: família, posses, coragem, e a inabalável capacidade de guerrear, enquanto ele, Riobaldo, sem família, sem posses, sem posição, era o que?

“... eu sou nada, não sou nada, não sou nada... Não sou mesmo nada, nadinha de nada, de nada... Sou a coisinha nenhuma, o senhor sabe? Sou o nada coisinha mesma nenhuma de nada, o menorzinho de todos. O senhor sabe? De nada. De nada... De nada...” (ROSA, 2001a, p. 366-367).

A tomada de consciência de Riobaldo de que ele era “nada, coisinha nenhuma”, o conhecimento obtido através da observação dos chefes, aliado ao pacto firmado nas Veredas-Mortas, acabam por afrouxar-lhe os pudores e receios e impulsioná-lo, definitivamente, rumo ao poder. Se antes seguia sem rumo, conduzido por mãos alheias, a partir do pacto é explícita sua tomada de controle e decisão, bem como o desejo de ascensão, que resta ainda mais claro na fazenda de “seo” Ornelas, onde experimenta o oposto daquilo que vivia em meio ao sertão bruto, sangrento e contaminado pelos vícios.

Contrastando com o ambiente caótico da jagunçagem e da massa reles, a fazenda do Seo Ornelas é um simulacro da corte, do mundo civilizado dos latifundiários, com sua mesa farta, suas mulheres devidamente resguardadas, tudo e todos bem cuidados, imperando a ordem e as boas maneiras; o ambiente quase urbano, citadino, opondo-se à bruteza do sertão sem modos, sem leis, sem ordem, permeado por excessos e selvagerias. (ALVES, 2008, p. 14)

Na bela e tranqüila fazenda, Riobaldo se depara com mais um chefe, mas chefe de família apenas, apartado da violência e da barbárie vivenciadas pelos chefes jagunços, soberano nas suas posses, protetor e protegido, cercado de ordem, conforto e cuidados, como se a outro mundo pertencesse, distante daquele inferno do qual provinham Riobaldo e seus homens. Sempre atento e observador dos demais, Riobaldo começa a vislumbrar um novo modelo a ser seguido. As atenções dispensadas, o ambiente, as pessoas daquela casa, tudo o deslumbra e acena-lhe como uma nova possibilidade de vida.

Ao tomar lugar naquele mundo regrado, saudado como chefe, alvo de “grandes recebimentos” (ROSA, 2001a, p. 468) pelo soberano Seo Ornelas, Riobaldo antecipa o seu querer e o seu porvir, confortavelmente instalado na cabeceira da mesa, como se desde sempre pertencesse àquele lugar, àquele mundo de patriarcas abastados, com boas mulheres e fiéis “vassalos” a honrar e servir o grande líder. Se as *bestidades* do mundo jagunço lhe causavam estranhamento e repulsa, com os refinamentos da fazenda ele se compraz. (ALVES, 2008, p. 15)

A guerra, a busca pela justiça e pela vingança, nada disso tinha mais importância para Riobaldo que o seu projeto maior, que novo se desenhava, o qual era assentar-se em terras e desfrutar da tranqüilidade e do conforto que experimentara na propriedade do “seo” Ornelas. A sanha de acabar com Hermógenes já não era por lealdade a Joca Ramiro e Diadorim, mas apenas pelo afã de angariar mais glórias, de mais alta fazer a própria fama.

Eu vinha entretido em mim, constante para uma coisa: que ia ser. Queria ver em correndo num pé só... Acabar com o Hermógenes! Assim eu figurava o Hermógenes: feito um boi que bate. Mas, por estúrdio que resuma, **eu, a bem dizer, dele não poitava raiva**. Mire veja: **ele fosse que nem uma parte de tarefa, para minhas proezas, um destaque** entre minha boa frente e o Chapadão. Assim neblim-neblim, mal vislumbrado, que que um fantasma? E ele, ele mesmo, não era que era **o realce meu – ? – eu carecendo de derrubar a dobradura dele, para remediar minha grandeza façanha!** (ROSA, 2001a, p. 556. *Grifos meus*).

Hermógenes, pois, não se afigurava para ele como um inimigo marcado e declarado, tal como era para Diadorim. Para Riobaldo, ele era apenas um passaporte para o reconhecimento e a ascensão social. Matá-lo, mais do que cumprir um ajuste de contas, era cumprir o papel de herói, para, posteriormente, desfrutar honras e recebimentos do povo agradecido. Talvez por estar mais preocupado com a notoriedade e o renome do que com a batalha em si, Riobaldo acaba por relaxar justamente na hora em que maior cuidado e mira se exige. Ele não cumpre satisfatoriamente seu papel de chefe – “[...] estava perdida irremediavelmente minha ocasião, e a guerra descambava, fora do meu poder...” (ROSA, 2001a, p. 596) – e a luta final foge ao seu controle, resta entregue aos demais jagunços que, sem orientação, vão sendo eliminados, enquanto Riobaldo, inerte, observa do alto da torre, onde se abriga imóvel na condição de superior, de chefe, sem aproveitar a posição estratégica e a “mira mestra” para eliminar os inimigos – “Aí eu era Urutú-Branco: mas tinha de ser o cerzidor, Tatarana, o que em ponto melhor alvejava.” (ROSA, 2001a, p. 597).

Nem *Urutú-Branco*, eis que no momento crucial falha como chefe, incapaz de guiar adequadamente seus homens, que agem praticamente sem comando,

Ai, eles se vinham, cometer. Os trezentos passos. Como eu estava depravado a vivo, quedando. Eles todos, na fúria, tão animosamente. Menos eu! Arrepele que não prestava para tramandar uma ordem, gritar um conselho. Nem cochichar comigo pude. Boca se encheu de cuspes. Babei... Mas eles vinham, se avinham, num pé-de-vento, no desadoro, bramavam, se investiram... Ao que – fechou o fim e se fizeram. E eu arrevesei, na ânsia por um livramento... Quando quis rezar – e só um pensamento, como raio e raio, que em mim. Que o senhor sabe? Qual: ...o Diabo na rua, no meio do redemunho... (ROSA, 2001a, p. 610)

nem *Tatarana*, pois perde a ocasião e a posição que lhe permitiam mirar e acertar definitivamente Hermógenes, pondo fim à guerra, resguardando seus homens e preservando a vida de Diadorim. É precisamente na batalha final, no momento de dar cabo à vida de Hermógenes, que o “grande e destemido” *Urutú-Branco*, que antes fora *Cerzidor*, *Tatarana*, lagarta-de-fogo, dá lugar ao Baldo, falho, inútil, incapaz de. No instante decisivo, escapam-lhe as forças e se perde para sempre o grande amor e leal companheiro.

O que vendo, vi Diadorim – movimentos dele. Querer mil gritar, e não pude, desmim de mim-mesmo, me tonteava, numas ânsias. E tinha o inferno daquela rua, para encurralar comprido... Tiraram minha voz. [...] Atirar eu pude? A breca torceu e lesou meus braços, estorvados. Pela espinha abaixo, eu suei em fio vertiginoso. Quem era que me desbraçava e me peava, supilando minhas forças? – “*Tua honra... Minha honra de homem valente!...*” – eu me, em mim, gemi: alma que perdeu o corpo. O fuzil caiu de minhas mãos, que nem pude segurar com o queixo e com os peitos. Eu vi minhas agarras não valerem! Até que trespassei de horror, precipício branco. (ROSA, 2001a, p. 610).

Ali, no feio da batalha, onde se “carece de ter coragem”, muita coragem, é Diadorim quem parte para o sacrifício, é o seu sangue que, derramado, limpa de vez o sertão. Livre de Hermógenes e de seu bando, o sertão é um mundo novo, pronto para se viver em paz e terras, como desejara Riobaldo – como conseguira Riobaldo. Os papéis já há muito estavam definidos: Diadorim é quem detinha a coragem e a virilidade heróica, formada, pronta para livrar o mundo da maldade demoníaca e destruidora. “Por que foi que eu precisei de encontrar aquele Menino? Toleima, eu sei. Dou, de. O senhor não me responda. Mais, que coragem inteirada em peça era aquela, a dele? De Deus, do demo?” (ROSA, 2001a, p. 125). Se o ódio e a força de Diadorim vinham do demo, a verdade é que ali, no instante fatal, era a justiça divina que fazia correr sangue por suas mãos. “Até podendo ser, de alguém algum dia ouvir e entender assim: quem sabe, a gente criatura ainda é tão ruim, tão, que Deus só pode às vezes manobrar com os homens é mandando por intermédio do diá?” (ROSA, 2001a, p. 56). Diadorim, Diá, a guerreira virgem que se entrega em sacrifício e põe fim ao Judas, extermina o mal, cumprindo, finalmente, o *mandado* do pai.

Riobaldo, “chefe em honras”, no momento da batalha, protegido no alto da torre, nada mais era do que a “donzela em apuros”, por quem Diadorim, nobre e valente, daria a própria vida, exercendo sua missão de honrar e proteger, cumprindo, sem pestanejar, o dever de lealdade. Diadorim é quem detém os atributos de herói, mas Riobaldo é o chefe – e do chefe são todas as glórias, lição que ele aprendera em sua travessia. Ele é o chefe! Ele, Riobaldo... Quem é, então, que é o herói? Quem é que? De Riobaldo há de ser todo o prestígio e agradecimento.

[...] seo Ornelas era homem de muita bondade, muita honra. Ele me tratou com categoria, fui príncipe naquela casa. Todos – a senhora dele, as filhas, as parentas – me cuidavam. Mas o que mormente me fortaleceu, foi o repetido saber que eles pelo sincero me prezavam, como talentoso homem de bem, e **louvavam meus feitos: eu tivesse vindo, corajoso, para derrubar o Hermógenes e limpar estes Gerais da jagunçagem.** (ROSA, 2001a, p. 618. *Grifo meu*).

Não apenas “seo” Ornelas saúda Riobaldo como grande chefe e herói, como também a família de Otacília, herdeira de posses e prestígio, entrega sua mão, de muito bom grado, ao então honrado e respeitado moço, cuja fama é conhecida e agrada até mesmo ao padrinho/suposto pai, de cuja herança acaba por beneficiar-se. “E era que meu padrinho Selorico Mendes acabara falecido, me abençoando e se honrando, orgulhoso de meus atos; e as duas maiores fazendas ele tinha deixado para mim, em cédula de testamento.” (ROSA, 2001a, p. 619-620).

Se a primeira leitura de *Grande Sertão: Veredas* apresenta-nos uma história de perdas e sofrimentos, do árduo aprendizado do narrador/protagonista Riobaldo, uma leitura mais atenta cuida de demonstrar que, longe de nos depararmos com apenas mais uma vítima do destino, estamos diante de um vencedor. Diferenciando-se da grande maioria dos meninos do sertão, nascidos, assim como ele, do acaso, sem pai legítimo e sem maiores pertenças, arrasados, fatalmente, pela fome e/ou pela violência, Riobaldo não se deixa sugar pelo meio; ao contrário, avança sertão adentro para melhor compreender a sua sina e caçar recursos para superá-la. Fazendo um pacto com o destino e as forças da natureza, para o bem ou para o mal, deixa de ser mais um no rol dos dominados e encaminha-se para ser ele o dominador, proprietário, senhor de terras. Desatinado no início, temeroso, confuso, Riobaldo assimila, pouco a pouco, a lição do sertão, do sistema jagunço e dos grandes chefes. Faz escola na jagunçagem, serve aos poderosos para melhor estudá-los e, ao final, torna-se mestre nas manhas do poder.

Riobaldo, *Cerzidor, Tatarana, Urutú-Branco...* Riobaldo. “Eu, quem é que eu era? De que lado eu era? Zé Bebelo ou Joca Ramiro? Titão Passos... o Reinaldo... De ninguém eu era. Eu era de mim. Eu, Riobaldo” (ROSA, 2001a, p. 167). Só dele ele era, só. O herói dos novos tempos se

empenhava na própria descoberta e na busca da individualidade, dos projetos e realizações pessoais. Aquele herói que saía guerreando em prol da coletividade e do bem comum era coisa do passado, pertencente às priscas eras, no tempo em que ainda se construía castelos, povoados por reis, rainhas e donzelas desprotegidas, à espera de um cavaleiro leal e garboso. Riobaldo não era esse, não podia ser, não devia de. Ele cuidava era de salvar a própria pele, coisa que, por si só, já era difícil – “Viver é negócio muito perigoso...” (ROSA, 2001a, p. 26). Agiu mal? “Não era de propósito, o senhor não julgue...” (idem).

A fala mansa, o jeito sonso, tudo em Riobaldo vai envolvendo-nos, cercando-nos, tornando-nos íntimos, cúmplices da sua história e do seu proceder. Atentos, desconfiados, nos armamos e combatemos o simpático narrador, mas apenas para nos distrairmos novamente enquanto ele, ladino, pactário, novamente nos subjuga, encanta, e toma as rédeas – ele é o chefe! Ele nos convence de que de nada teve culpa, e, portanto, não purga remorsos. “Digo ao senhor: remorso? Como no homem que a onça comeu, cuja perna. Que culpa tem a onça, e que culpa tem o homem?” (ROSA, 2001a, p. 328). Como julgar Riobaldo? É verdade que ele se arranjou muito bem à custa do sacrifício de Diadorim e de seus homens, mas não era assim mesmo o sistema? Não fora esse o seu grande aprendizado – que cada um tem o seu posto, o seu lugar no mundo? Não servira ele também aos grandes chefes, quando sua função era a de servir? Afinal, é um arrivista ou um bravo sobrevivente? “O senhor nonada conhece de mim; sabe o muito ou o pouco?” (ROSA, 2001a, p. 611). Riobaldo é um herói – herói brasileiro.

Misto de arrivista, sobrevivente, vingador, traidor, sofredor, o “grande homem” de Guimarães Rosa é mais um *herói sem nenhum caráter* a enriquecer a nossa literatura, como o herói de *Macunaíma*, de Mário de Andrade, ou antes, como “o primeiro grande malandro que entra na novelística brasileira” (CANDIDO, 1993, p. 25), pela pena de Manuel Antônio de Almeida, em *Memórias de um sargento de milícias*. Manhoso e um tanto melancólico, a exemplo de Macunaíma, matreiro como Leonardo Filho, Riobaldo constantemente se alterna entre os pólos da ordem e da desordem identificados por Antônio Cândido no célebre ensaio “Dialética da malandragem”, com a mesma disposição com que oscila entre santos, benzedoras, Deus e o diabo, em uma mescla curiosa que não destoa, contudo, de certo traço aparentemente característico de nossa “terra sem males”, em que o sincretismo, o “jeitinho” e a amoralidade fazem parte (ou ao menos contam com a simpatia e a tolerância) de uma considerável parcela das personagens reais e/ou ficcionais.

3 O NARRADOR EM *GRANDE SERTÃO: VEREDAS*

O senhor releve o tanto dizer, mas assim foi que eu pensei, e pensei ligeiro. Ah, eu só queria era ter nascido em cidades, feito o senhor, para poder ser instruído e inteligente! E tudo conto, como está dito.

(ROSA, 2001a, p. 423)

Não é exagero mencionar que Guimarães Rosa encontrou uma fórmula mágica ao compor *Grande Sertão: Veredas*, cuja densa e intrincada narrativa toma corpo a partir de um método pouco comum de relato, marcado pela simultaneidade, em um elaborado processo em que presente e passado se misturam e é abundante o uso de antecipações, recordações, além de pausas, lacunas, e outros artificios. “Ah, eu estou vivido, repassado. Eu me lembro das coisas, antes delas acontecerem...” (ROSA, 2001a, p. 47). “Essas coisas todas se passaram tempos depois. Talhei de avanço, em minha história” (ROSA, 2001a, p. 214). Riobaldo recua, adianta-se, torna a recuar, amalgamando a todo o momento o tempo cronológico da narração e da matéria narrada, indo e vindo na “trilha narrativa”, conforme lhe vêm à mente os fatos, ou conforme decida contá-los. “Estabelece-se assim”, conforme explica Willi Bolle (2004, p. 41), “uma instigante tensão entre o tempo narrado – do jagunço Riobaldo enquanto personagem que *vive* a história – e o tempo da narração: o ex-jagunço e atual fazendeiro Riobaldo que *relata* a história”. Da mesma forma, enquanto narra, ele já detém o conhecimento da matéria narrada, do qual pode dispor a seu bel-prazer, conforme o efeito que queira provocar no interlocutor. “Como em todo o tempo antes eu – não contei ao senhor – e mercê peço: – mas para o senhor divulgar comigo, a par, justo o travo de tanto segredo, sabendo somente no átimo em que eu também só soube...” (ROSA, 2001a, p. 615).

Além da simultaneidade da narrativa e outras artimanhas de Rosa, que tornam a sua obra incomum e cativante, há que se ressaltar ainda (e talvez principalmente) o fato de ter tirado o foco somente do relato e colocado em cena o narrador – um grande e inegável feito em termos de modernidade e originalidade em se tratando de literatura brasileira. É de se notar, igualmente, que embora o texto seja tratado quase sempre como um longo monólogo, aponta desde o início para a

presença de um interlocutor a quem o ex-jagunço conta acerca de seu passado, de sua história, conforme lembra Roberto Schwarz:

Não tivéssemos mais dados, poderíamos supor um longo monólogo fictício, destinado a mostrar pelo ângulo psicológico a vida aventureira do jagunço, tema da obra. [...] Logo as primeiras palavras, entretanto, mostram que não. Trazem à *cena* um interlocutor, estabelecendo uma situação dialógica. Riobaldo, personagem central, diz: “Tiros que o senhor ouviu...” – e sabemos que não está só, que há colóquio. Ao passar as páginas, contudo, não vemos surgir de próprio corpo o parceiro da prosa; sua presença é patente apenas pelo reflexo no relato de Riobaldo, única voz do livro. Poderíamos falar, então, em diálogo, pela metade, ou diálogo visto por uma face. De qualquer modo, trata-se de um monólogo *inserto* em situação dialógica. (SCHWARZ, 1991, p. 379)

Também Suzi Sperber (1982, p. 72) comenta que “*Grande sertão: veredas* se inicia com um travessão e uma palavra que é uma frase “— Nonada”. O travessão inicia um diálogo entre Riobaldo e o interlocutor urbano”. Ainda, Sandra Guardini Vasconcelos (1997, p. 103), no mesmo sentido, afirma que “sua longa fala, de narrador semiletrado, sugere repetidas vezes a presença de um interlocutor culto, caracterizado como experiente homem da cidade”. Ressalte-se, ainda, que esse interlocutor, como resta claro em várias passagens do texto, não apenas ouve atentamente, como também toma nota dos fatos narrados:

[...] o senhor tome nota deste nome [...] o senhor escreva. (ROSA, 2001a, p. 305)

[...] o senhor podia recheiar livro. (ROSA, 2001a, p. 415)

[...] consoante o senhor escrito apontará ... (ROSA, 2001a, p. 483)

O senhor escreva no caderno: sete páginas... (ROSA, 2001a, p. 516)

o senhor aí escreva: vinte páginas... (ROSA, 2001a, p. 562)

O senhor enche uma caderneta... (ROSA, 2001a, p. 611.)

Essas marcas, entre outras que se espalham ao longo do livro, sugerem que é esse interlocutor⁵² quem, posteriormente, vem a converter o relato oral em narrativa escrita, transformando a longa e emaranhada história de Riobaldo em livro, o que parece ser corroborado pela fala do próprio narrador:

⁵² Como se sabe, Guimarães Rosa, que viajara pelo sertão mineiro enquanto médico e, em pelo menos duas ocasiões, em companhia de vaqueiros, possuía cadernetas nas quais anotava suas observações sobre as paisagens, as pessoas, suas falas e costumes, o que constituiu material para a sua obra, como já foi mencionado neste trabalho. Embora não se possa afirmar que o personagem oculto, o interlocutor/doutor seja precisamente uma projeção dele mesmo, há que se reconhecer que se trata de uma estratégia ficcional importante. Rosa, muito embora se denomine “um sertanejo” (ROSA *apud* LORENZ, 1991, p. 65) articula outra posição também muito conhecida dele, a do homem urbano, letrado, médico, posicionado como alguém de fora do sertão e que é visto como estranho.

Ah, meu senhor, mas o que eu acho é que o senhor já sabe mesmo tudo – que tudo lhe fiei. Aqui eu podia pôr ponto. Para tirar o final, para conhecer o resto que falta, o que lhe basta, que menos mais, é pôr atenção no que contei, remexer vivo o que vim dizendo. Porque não narrei nada à-toa: só apontação principal, ao que crer posso. Não desperdiço palavras. [...] O senhor pense, o senhor ache. O senhor ponha enredo. [...] Sou um homem ignorante. Gosto de ser. (ROSA, 2001a, p. 324-325)

O texto sugere que Riobaldo, que se considera “um homem ignorante”, mas quer entender a própria história e tê-la preservada, confia ao visitante da cidade (por julgá-lo mais capacitado) as suas memórias, permitindo que o outro anote o que está sendo contado e autorizando, inclusive, que “ponha enredo”, ou seja, que o escritor complementa aquilo que julgar necessário para que se faça compreender a matéria narrada. Minucioso, o velho narrador orienta o seu “biógrafo” em pormenores, determinando até mesmo o esboço de um mapa a ser incluído nas anotações para melhor esclarecer certos dados geográficos que envolvem a história narrada⁵³:

A bem, como é que vou dar, letral, os lados do lugar, definir para o senhor? Só se a uso de papel, com grande debuxo. O senhor forme uma cruz, traceje. Que tenha os quatro braços, e a ponta de cada braço: cada uma é uma... Pois, na de cima, era donde a gente vinha, e a cava. A da banda da mão-direita nossa, isto é, do poente, era a Mata-Grande do Tamanduá-tão. Rumo a rumo, a da banda da mão-esquerda, a Mata-Pequena do Tamanduá-tão. A de baixo, o fim do varjaz – que era, em bruto, de repente, a parede da Serra do Tamanduá-tão, feia, com barrancos escalavrados. Os barrancos cinzentos, divulgando uns rebolos e relombos, barrancos muito esquisitos – como as costas de fila de muitos animais... Mas, agora, o senhor assinale, aqui por entremeio, de onde é a Serra do Tamanduá-tão e a Mata-Grande do Tamanduá-tão, mais ou menos, os troços velhos da casa-de-fazenda, que tanto se desmantelou toda; e, rumo-a-rumo, no caminho da Serra para a Mata-Pequena, essas rocinhas de pobres sitiante. Aí o senhor tem, temos. A Vereda recruza, reparte o plaino, de esquelha, da cabeceira-do-mato da Mata-Pequena para a casa-de-fazenda, e é alegrante verde, mas em curtas curvas, como no sucinto caminhar qualquer cobra faz. E tudo. O resto, céu e campo. Tão grandes, como quando vi, quando no fim: que ouvi só, no estradalhal, gritos e os relinchos: a muita poeira, de fugida, e os cavalos se azulando... (ROSA, 2001a, p. 563)

Meticuloso, mostra em riqueza de detalhes cada lugar, cada curva ou vereda, que o visitante, com toda a “suma doutoração”, desconhece. Muito embora louve freqüentemente a instrução do interlocutor, não perde ocasião de demonstrar sua superioridade de homem velho, experimentado, detentor de saberes que o outro, com todo o seu aprendizado, não dispõe. O “doutor” toma notas, conhece bem a gramática e o código culto de linguagem, mas pertence a ele, o velho Riobaldo, o conhecimento da matéria narrada.

⁵³ Como não lembrar, neste aspecto, dos mapas elaborados por Rosa (ilustrados por Poty) que formam as orelhas de *Grande Sertão: Veredas* e servem justamente para demarcar a história do livro?

Ao criar um narrador em primeira pessoa para expor as aventuras (e desventuras) de sua existência, os episódios vividos ou testemunhados ao longo de sua jornada, Guimarães Rosa conquistou, a exemplo de Simões Lopes Neto com seu “Blau Nunes”, de *Contos Gauchescos*, a aproximação entre narrador e leitor, façanha que os seus antecessores da chamada literatura regionalista não lograram atingir. Ao dar voz ao ex-jagunço, da mesma forma que Simões Lopes Neto dera voz a um vaqueano, o autor permitiu não apenas a reconstrução da longa trajetória de Riobaldo, das suas andanças e errâncias em meio à jagunçagem, mas também a reconstrução de um universo que desaparecia e do qual o leitor citadino não teria conhecimento senão através do relato daqueles que conheceram de perto as planícies ou as veredas de sua terra. Como lembra, oportunamente, Luís Augusto Fischer (2009, p. 16), “Blau e Riobaldo relatam o sentido daquele mundo em eclipse histórico para ouvintes que não são dali, daquele lugar, e por isso mesmo não conhecem as coisas antigas”. Pela voz dos sábios e experimentados narradores, faz-se a transmissão do legado cultural de sua região e de sua gente, em uma tentativa de perpetuar a história e o conhecimento ancestral que, de outra forma, apagar-se-ia, sem deixar registros.

Em se tratando de *Grande Sertão: Veredas*, especialmente, o que tem seduzido a crítica e o público leitor ao longo dos anos não é apenas o relato de um mundo perdido, mas, principalmente, o fato de o relato partir de dentro desse mundo, ou seja, ao contrário do que vinha ocorrendo até então, não é um “doutor” da cidade que estuda e narra as suas impressões sobre o espaço e os costumes locais, não é mais a urbe a analisar o sertão, mas sim o homem do sertão a emitir um olhar sobre si mesmo, sua história e a situação na qual está inserido. Como bem analisa Sandra Vasconcelos (1997, p. 176), “ao dar voz ao homem iletrado, ou semiletrado, do meio rural, e a seu imaginário, Guimarães Rosa dá voz à diferença, acolhe e transfigura, no plano literário, as tensões entre o arcaico e o moderno, o escrito e o oral. Mas sobretudo faz falar as vozes que foram soterradas ou silenciadas”.

Apesar de exaltar a instrução do visitante citadino, Riobaldo destaca por diversas vezes que sobre o sertão, os fatos, as pessoas e os costumes que dizem respeito ao espaço sertanejo, o homem urbano pouco ou nada sabe, em que pese sua experiência e/ou erudição. Quando dá início à narração, é o homem sertanejo, apesar de toda a sua “ignorância”, quem então se faz mestre:

E o senhor não esteve lá. O senhor não escutou, em cada anoitecer, a lugagem do canto da mãe-da-lua. O senhor não pode estabelecer em sua idéia a minha tristeza quinhoã. Até os pássaros, consoante os lugares, vão sendo muito diferentes. Ou são os tempos, travessia da gente? (ROSA, 2001a, p. 418)

Tudo isto, para o senhor, meussenhora, não faz razão, nem adianta. (ROSA, 2001a, p. 546)

O Urucua é ázigo... Vida vencida de um, caminhos todos para trás, é história que instrui vida do senhor, algum? [...] O senhor vê aonde é o sertão? Beira dele, meio dele?... Tudo sai é mesmo de escuros buracos, tirante o que vem do Céu. Eu sei. (ROSA, 2001a, p. 611)

Sua fala carrega, primeiramente, a idéia de que apenas quem viveu e conheceu de perto o sertão pode compreender o seu significado. Por outro lado, pode ser entendida como uma retomada daquilo que já Euclides da Cunha apontara com relação aos três séculos de abandono e, conseqüentemente, desconhecimento do sertão, seja pelo governo, seja pela população litorânea em geral. Espalha-se, assim, ao longo da obra uma verdadeira crítica, da qual Riobaldo é o porta-voz, acerca da informação do governo e da população da cidade em geral, dos lugares, hábitos, tipos e eventos que julgam conhecer, do alto de sua pesquisa, leitura e instrução, mas que, no fundo, não passa de teoria, especulação, que não leva em conta o fenômeno do sertão enquanto matéria palpável, que não toma a sério a sua realidade, as suas misérias e o povo ali espalhado. “Uma coisa é pôr idéias arranjadas, outra é lidar com país de pessoas, de carne e sangue, de mil-e-tantas misérias...” (ROSA, 2001a, p. 31).

O “professor” Riobaldo toma, pois, a palavra do início ao fim do livro para esclarecer ao “doutor”, ao homem urbano, o que é realmente o sertão, para contar ao homem da cidade tudo o que ele, agora um homem velho, conheceu ao longo da vida, tendo vivenciado a jagunçagem, o amor, o sofrimento e a loucura do mundo. A partir da sua narrativa, desdobra-se para o interlocutor (e para o leitor) citadino o sertão visto de dentro, a partir do olhar de quem experimentou cada uma das suas trilhas, bebeu em suas fontes e retém na memória cada uma das muitas aventuras e desventuras experimentadas. Davi Arrigucci Jr., para quem Riobaldo se mostra nas primeiras páginas como um narrador tradicional, explica que ele

se apresenta como o homem que, tendo acumulado longa experiência na ação e no convívio com outros homens — a vida de aventuras do jagunço —, agora assentado na condição social e travado pela doença, se põe a narrar, como se deixasse a chama já tênue de sua narração ir consumindo a mecha da vida que lhe resta, conforme a imagem modelar do narrador tradicional que nos legou Benjamin no ensaio célebre. Nele, a mobilidade do marinheiro e o sedentarismo do agricultor — protótipos do narrador, para Benjamin — se reúnem de modo exemplar. Tendo acumulado “um saber de experiências feito”, pelas muitas andanças através do sertão, agora, já imobilizado e doente, o expõe a um interlocutor letrado da cidade, a fim de compreender o sentido do que viveu. (ARRIGUCCI JR., 1994, p. 18)

Ao (re) contar a própria história, Riobaldo se faz mestre, crítico e guia local, conduzindo o interlocutor à matéria do sertão, transmitindo-lhe o seu legado de ex-jagunço errante, conhecedor dos caminhos, das lutas, das belezas e dos mistérios da terra inóspita, que quase sempre restam ocultos ou pouco acessíveis para o visitante urbano e, principalmente, para o leitor contemporâneo.

Tenhamos cautela, todavia: ambíguo como a própria narrativa que oferece, o astuto narrador não se deixa conhecer senão pela faceta que ora apresenta, ora desmente. A história de sua vida e de suas aventuras e/ou desventuras é apresentada conforme ele queira registrá-la no momento em que (re) conta e de acordo com quem elegeu para conhecê-la, sem qualquer garantia de veracidade ou permanência. “Ah, mas falo falso. O senhor sente? Desmente? Eu desminto. [...] O que eu falei foi exato? Foi. Mas teria sido? Agora, acho que nem não.” (ROSA, 2001a, p. 200). Não por mero acaso, o leitor se vê freqüentemente às voltas com a dúvida, questionando até que ponto a matéria narrada é, de fato, a rememoração daquilo que o velho fazendeiro viveu, e não apenas um grande “causo” que ele inventa e reinventa, balançando-se em sua rede, enquanto diverte-se “engambelando” os desprevenidos visitantes da cidade. Lembremo-nos que, conforme o próprio narrador noticia, seu aprendizado junto ao padrinho não se resumira às armas e às letras. Selorico “gostava de conversar, contava casos. Altas artes de jagunços – isso ele amava constante – histórias.” (ROSA, 2001a, p. 127). Assim, insere o “afilhado”, entre outras coisas, no aprendizado das façanhas jagunças, que narra durante semanas, sem mudar de assunto.

Semanas seguintes, meu padrinho só falou nos jagunços. Dito que Joca Ramiro era um chefe cursado: muitos iguais não nascem assim – dono de glórias! Aquela turma de cabras, tivesse sorte, podia impor caráter ao Governo. **Meu padrinho levava aquele dia todo no meio deles. Contava:** o cuidado nos arranjos, as coisas todas regradas, aquele dormir de ordem, aquela autoridade enorme no entremeamento. Nem nada faltava. As sacas de farinha, tantas e tantas arrobas de carne-de-sol, a munição bem zelada, caixote com pães de sabão para cada um lavar a roupa e o corpo. Até tinham um mestre-ferrador, com sua tendinha e os pertences: uma bigorna e as tenazes, fole de mão, ferramenta exata; e capanga de alveitar, com vários sortidos flames de sangrar cavalos adoecidos. E as mais coisas meu padrinho **descrevia com muito agrado**, de que tinha ouvido sincera narração. As lutas dos joca-ramiros, os barulhos, as manhas traçadas para se ganhar em combate, maço de estórias de toda raça de artes e estratégias. [...] Parecia que ele queria se emprestar a si as façanhas dos jagunços, e que Joca Ramiro estava ali junto de nós, obedecendo mandados, e que a total valentia pertencia a ele, Selorico Mendes. (ROSA, 2001a, p. 136-137. *Grifos meus*)

Riobaldo ouvira, portanto, pormenorizadamente, as mesmas histórias sobre os jagunços e seu cotidiano, tal como ele se propõe a contar ao visitante, descrevendo, assim como aprendera

com Selorico, as glórias do grande líder Joca Ramiro⁵⁴, a luta dos homens em oposição ao Governo, as “iguarias” de que dispunham para alimentar-se, as regras, as armas e as ações em geral. Além disso, muito embora acuse o padrinho de contar a história como se dela se apropriasse, emprestando “a si as façanhas dos jagunços”, nada nos impede de pensar que é ele, Riobaldo, quem na verdade toma para si a história ouvida. Assim, longe de ser um ex-jagunço que alçara a chefe e limpou o sertão, ele bem poderia ser apenas um velho e divertido mentiroso, que ocupa seus dias a inventar “causos” e reinventar a própria história. É Riobaldo, aliás, quem afirma sua simpatia pela mentira: “De mim, toda mentira aceito. O senhor não é igual? Nós todos.” (ROSA, 2001a, p. 200).

Além das proezas contadas pelo padrinho, e aceitando-se a hipótese de que Riobaldo tenha de fato sido jagunço por algum tempo, deve-se notar que também entre os companheiros ele teve acesso a histórias, “causos” – “os casos, que todos iam contando, de combates e tiroteios, perigos tantos vencidos, escapulas milagrosas, altas coragens...” (ROSA, 2001a, p. 201-202) – e canções – “eu guardava triste de cor a canção recantada. E Siruiz tinha morrido. Então me instruíram na outra, que era cantiga de se viajar e cantar, guerrear e cantar, nosso bando, toda a vida” (ROSA, 2001a, p. 192) –, aprendendo a “arte da contação”, encontrando farto material para narrar, recontando as aventuras ouvidas ou, dando asas à imaginação, inventando as próprias histórias. Chama a atenção, principalmente, o “causo do Davidão”, que bem pode ter servido de mote para a história romanceada que Riobaldo conta acerca de si mesmo, senão vejamos:

Se diz que, no bando de Antônio Dó, tinha **um grado jagunço, bem remediado de posses** – Davidão era o nome dele. Vai, um dia, coisas dessas que às vezes acontecem, esse Davidão pegou a ter medo de morrer. Safado, pensou, **propôs este trato** a um outro, pobre dos mais pobres, chamado Faustino: o Davidão dava a ele dez contos de réis, mas, em lei de caborje – **invisível no sobrenatural** – chegasse primeiro o destino do Davidão morrer em combate, então era o Faustino quem morria, em vez dele. E o Faustino aceitou, recebeu, fechou. Parece que, com efeito, **no poder de feitiço do contrato ele muito não acreditava.** (ROSA, 2001a, p. 100. *Grifos meus*)

Na história “real”, conforme conta o velho narrador, Riobaldo é, igualmente, um jagunço que, apesar de nascer pobre, há de se tornar, ao final, por herança e casamento, “bem remediado

⁵⁴ As histórias narradas pelo padrinho sobre Joca Ramiro, a propósito, encantaram Riobaldo de tal maneira que, não apenas ele as reteve na memória, como pôs em prática a própria habilidade de “contador”, narrando a Zé Bebelo, quando era ainda seu secretário, as proezas daquele: “me deu um gosto, de menor maldade, de explicar como era fabuloso o estado de Joca Ramiro, como tudo ele sabia e provia, e até que trazia um homem só para o ofício de ferrador, com a tendinha e as ferramentas, e o tudo mais versante aos animais. [...] já ia contar mais, do diverso, das peripécias que meu padrinho dizia que Joca Ramiro inventava no dar batalha, então eu como me concertei em mim, e calei a boca.” (ROSA, 2001a, p. 150)

de posses”. Enquanto jagunço, também ele, assim como Davidão, propõe um trato que, no seu caso, é o pacto com o demônio, cujo “poder de feitiço do contrato ele muito não acreditava”, embora, assim como o rapaz da história, saísse sempre ileso das batalhas, sobrevivendo ao final.

Que tal, o que o senhor acha? Pois, mire e veja: **isto mesmo narrei a um rapaz de cidade grande, muito inteligente**, vindo com outros num caminhão, para pescarem no Rio. **Sabe o que o moço me disse? Que era assunto de valor, para se compor uma estória em livro. Mas que precisava de um final sustante, caprichado. O final que ele daí imaginou**, foi um: que, um dia, o Faustino pegava também a ter medo, **queria revogar o ajuste!** Devolvia o dinheiro. Mas o Davidão não aceitava, não queria, por forma nenhuma. Do discutir, ferveram nisso, **ferravam numa luta corporal**. A fino, o Faustino **se provia na faca, investia, os dois rolavam no chão, embolados. Mas, no confuso, por sua própria mão dele, a faca cravava no coração do Faustino, que falecia...** (ROSA, 2001a, p. 100-101. *Grifos meus*)

Tal como Davidão, Riobaldo quisera “revogar o ajuste”, tentou mesmo retornar ao local do pacto para desfazê-lo, mas descobriu que as “Veredas Mortas” não existiam, o que existia era o local chamado “Veredas Altas”. O acordo que fizera, pois, não podia ser revogado. Ele permanecia pactário e nada podia ser feito para trazer de volta Diadorim que falecera, “numa luta corporal” com Hermógenes, em que “se provia na faca, investia, os dois rolavam no chão, embolados”, como no “causo” de Davidão.

Apreciei demais essa continuação inventada. A quanta coisa limpa verdadeira uma pessoa de alta instrução não concebe! Aí podem encher este mundo de outros movimentos, sem os erros e volteios da vida em sua lerdeza de sarrafaçar. A vida disfarça? Por exemplo. Disse isso ao rapaz pescador, a quem sincero louvei. E ele me indagou qual tinha sido o fim, na verdade de realidade, de Davidão e Faustino. O fim? Quem sei. Soube somente só que **o Davidão resolveu deixar a jagunçagem – deu baixa do bando, e, com certas promessas, de ceder uns alqueires de terra, e outras vantagens de mais pagar, conseguiu do Faustino dar baixa também, e viesse morar perto dele, sempre.** Mais deles, ignoro. No real da vida, as coisas acabam com menos formato, nem acabam. (ROSA, 2001a, p. 101. *Grifos meus*)

Também Riobaldo, conforme ele mesmo conta, “resolveu deixar a jagunçagem – deu baixa do bando”, e, cedeu, igualmente, terras para alguns ex-companheiros de bando, para que viessem morar junto dele, meeiros seus. Coincidência? Pode ser que sim, como pode ser que não. Ao longo de toda a narrativa, persiste a dúvida sem que se possa aferir a verdade, pois quem a detém é unicamente o velho narrador que, entre outras coisas, sabe, conforme outro visitante da cidade lhe afiançara, que o acervo que possui é “assunto de valor, para se compor uma estória em livro”. É deste “finório” velhinho fazendeiro, que se compraz com “continuações inventadas”, com “final caprichado” e que detém, sem sombra de dúvida, a arte de narrar – “fato que ao senhor retardei: devido que mesmo um contador habilidoso não ajeita de relatar as peripécias

todas de uma vez.” (ROSA, 2001a, p. 433) –, que advém toda a história que o interlocutor e o leitor têm acesso. Note-se que sua perspicácia é tamanha, que chega mesmo a prevenir-se da possível desconfiança que em algum momento mais lúcido possa o seu ouvinte ensaiar:

O senhor, mire e veja, o senhor: a verdade instantânea dum fato, a gente vai departir, e ninguém crê. Acham que é um falso narrar. Agora, eu, eu sei como tudo é: as coisas que acontecem, é porque já estavam ficadas prontas, noutra ar, no sabugo da unha; e com efeito tudo é grátis quando sucede, no reles do momento. Assim. Arte que virei chefe. Assim exato é que foi, juro ao senhor. Outros é que contam de outra maneira. (ROSA, 2001a, p. 453-454)

Desarmado, seduzido, não restam muitas opções àquele que se dispõe a conhecer sua história, senão desfrutar da matéria narrada que, verídica ou fruto de invenção⁵⁵, não deixa de ser, em todo o caso, instigante, envolvente e altamente poética. Talvez mesmo Riobaldo não tenha por hábito mentir acerca da própria vida, mas tão somente enriquecê-la, digamos, aproveitando a larga experiência e os muitos “causos” ouvidos de outros faceiros contadores da região que, como ele, talvez acrescentem alguns detalhes, sem maldade, apenas porque está no seu sangue o dom de “prosear”, como atesta o próprio Rosa, também “contador de causos”:

[...] nós, os homens do sertão, somos fabulistas por natureza. Está no nosso sangue narrar histórias; já no berço recebemos esse dom para toda a vida. Desde pequenos, estamos constantemente escutando as narrativas multicoloridas dos velhos, os contos e lendas, e também nos criamos em um mundo que às vezes pode se assemelhar a uma lenda cruel. Deste modo a gente se habitua, e narra (*sic*) histórias corre por nossas veias e penetra em nosso corpo, em nossa alma, porque o sertão é a alma de seus homens. [...] Deus meu! No sertão, o que pode uma pessoa fazer do seu tempo livre a não ser contar histórias? (ROSA *apud* LORENZ, 1991, p. 69)

A verdade é que não é difícil se deixar seduzir por Riobaldo e tomá-lo como um mero sertanejo contador de “causos”, simples e desprezioso, cujas tiradas pitorescas são expostas desinteressadamente, apenas para distrair e cativar o interlocutor. No momento em que narra sua história, entretanto, ele ocupa uma posição privilegiada, bastante distante do jagunço Riobaldo, e mais ainda do “pobre menino” com quem, pouco a pouco, travamos conhecimento a partir de uma longa e ininterrupta narrativa, praticamente uma viagem pelas trilhas do sertão mineiro, através da qual somos inseridos em um universo de guerras, aventuras, amores e mortes, em que

⁵⁵Seria interessante uma leitura de “As Odisséias na *Odisséia*”, em que Italo Calvino chega a considerar que Ulisses pode ser um simulador e, neste caso, “todo o relato que ele faz ao rei dos feacos poderia ser mentiroso” (CALVINO, 1997, p. 22). Avançando um pouco, entretanto, o autor sugere que “[t]alvez para Ulisses-Homero a distinção mentira/verdade não existisse, talvez ele narrasse a mesma experiência ora na linguagem do vivido ora na linguagem do mito...” (ibid., p. 24). A questão aventada por Calvino é: “Será que a *Odisséia* não é o mito de todas as viagens?” (ibid., ibid.), como também poderíamos supor que a *travessia* narrada por Riobaldo é o mito de todas as travessias.

tudo pode ser e não ser, conforme decida o “dono da história”. Riobaldo-narrador, conforme nos é dado a saber, é um abastado senhor assentado em léguas de terras, muito bem cercadas e protegidas, rodeadas pelos “seus”, os muitos “bons homens” que não hesitariam um segundo sequer em resolver a tiros e golpes de faca qualquer um que desavisadamente viesse a perturbar a paz e o sossego do seu “protetor”.

Chegassem viessem aqui com guerra em mim, com más partes, com outras leis, ou com sobejos olhares, e eu ainda sorteio de acender esta zona, ai, se, se! É na boca do trabuco: é no té-retêretém... E sozinho não estou, há-de-o. Pra não isso, hei colocadoi redor meu minha gente. Olhe o senhor: aqui, pegado, vereda abaixo, o Paspe – meeiro meu – é meu. Mais légua, se tanto, tem o Acauã, e tem o Compadre Ciril, ele e três filhos, sei que servem. Banda desta mão, o Alaripe: soubesse o senhor o que é que se preza, em rifleio e à faca, um cearense feito esse! Depois mais: o João Nonato, o Quipes, o Pacamã-de-Presas. E o Fafafa – este deu lances altos, todo lado comigo, no combate velho do Tamanduá-tão: limpamos o vento de quem não tinha ordem de respirar, e antes esses desrodeamos... [...] Até um pouco mais longe, no pé-de-serra, de bando meu foram o Sefredo, Jesualdo, o Néelson e João Concliz. Uns outros. O Triol... E não vou valendo? Deixo terra com eles, deles o que é meu é, fechamos que nem irmãos. [...] Estão aí, de armas areiadas. Inimigo vier, a gente cruza chamado, ajuntamos: é hora dum bom tiroteio em paz, exp'rimentem ver. (ROSA, 2001a, p. 40)

Como bem se pode observar, seu discurso deixa (intencionalmente) claro que ele, apesar de velho e reumático, ainda guarda perigo, eis que conserva junto a si, leais e atentos, uma parte dos antigos jagunços/companheiros, prontos para enfrentar qualquer batalha, bastando uma ordem sua. Além disso, associado ao poder de mando, ele mantém a habilidade de atirar, pela qual sempre fora respeitado, ou seja, subsistem muito bem preservados os traços de chefe jagunço. O poder ligado à violência ainda é, portanto, intrínseco ao velho Riobaldo, desmentindo, em larga medida, a aparente paz reinante em seus dias de “range rede”. Resta evidente, pois, que o chefe *Urutú-Branco* não se foi de todo, não deu lugar simplesmente ao velho e tranqüilo fazendeiro, entregue à devoção e à esposa Otacília. Ao contrário, como qualquer “serpente”, ele encontra-se provisoriamente quieto, recolhido, mas devidamente preparado para o bote. Não por acaso, seu diálogo com o visitante no início do livro se abre justamente com a menção do seu hábito (diário!) de atirar: “– Nonada. Tiros que o senhor ouviu foram de briga de homem não, Deus esteja. Alvejei mira em árvores no quintal, no baixo do córrego. Por meu acerto. **Todo dia isso faço, gosto**; desde mal em minha mocidade”. (ROSA, 2001a, p. 23. *Grifo meu*).

Atente-se, igualmente, para outro ponto que merece destaque na fala riobaldiana, que diz respeito aos seus “vizinhos” e à posição por eles ocupada. Em seu discurso, cuidadosamente articulado, Riobaldo refere-se àqueles como “irmãos”, sugerindo que a relação mantida entre eles

é igualitária, sem diferenças sociais e/ou hierárquicas. Entretanto, essa condição se não é desmentida, deixa, pelo menos, margem para a dúvida, após uma leitura mais atenta, que permite apurar que o que ele nos dá conta, na realidade, é que tudo ali é seu, é ele o chefe e o proprietário: “coloquei redor **meu minha** gente”, “o Paspe – meeiro **meu – é meu**”, “o Compadre Ciril, ele e três filhos, sei que servem [**a mim**]”, “deles o que é **meu** é”. A hierarquia está posta, como se pode perceber, e ainda que Riobaldo não seja mais o chefe jagunço – ou diga que não é –, não é difícil verificar que, a exemplo de outros abastados fazendeiros, senhores patriarcais, ele é o chefe do círculo doméstico, círculo este que abarca não apenas a esposa e os serviçais da casa, responsáveis pelas lides diárias, como também os agregados, os “compadres” e toda a sorte de dependentes diretos e/ou indiretos que de alguma forma se acham sob sua responsabilidade, de quem ele é o senhor, o provedor, o *caput*. Analisando a questão hierárquica que bem se pode depreender das entrelinhas do discurso de Riobaldo, Willi Bolle (2004, p. 153) afirma que

[é] a fala de um latifundiário, cuidando da defesa de sua propriedade e tendo a seu serviço um exército particular, cujos integrantes estão às suas ordens como vassallos. Note-se o acúmulo de pronomes possessivos, enfatizando a idéia de propriedade, e toda a gama de termos que caracterizam o relacionamento de Riobaldo com sua gente: desde as palavras de maior teor afetivo (“irmãos”, “compadre”), com que trata seus ex-companheiros de armas, passando pela ambigüidade de expressões encobridoras (“deixo terra com eles”) até o uso de termos muito precisos de dependência: “meeiro meu”, [eles] “servem”. Portanto, todo o leque de relações sociais, desde a mais perfeita igualdade (“irmãos”) até o seu extremo oposto (o senhor e seus servos).

Ainda que não reste explícito, a condição de proprietário lhe assegura o controle, o poder de mando, isto é, o fato de ser o detentor das terras nas quais os demais residem com as famílias e de onde tiram o seu sustento, acaba por colocá-los em um estado de subserviência necessária. É ele, Riobaldo, e não a coletividade, quem detém a propriedade, o poder e a lealdade dos seus dependentes, para os quais não há dúvidas sobre “quem é que é o Chefe [...], quem é-que...” (ROSA, 2001a, p. 453). Longe de ser uma relação de fraternidade como ele tenta apregoar, o que ali se estabelece é uma relação de favor, tal e qual a relação estabelecida nos romances de Machado de Assis, bem ilustrada por Schwarz em seu estudo sobre *Dom Casmurro*⁵⁶, no qual, entre outros, ele cuida de explicar o que vem a ser o agregado, “uma figura que, não tendo nada de seu, vive *de favor* no espaço de uma família de posses, onde presta toda sorte de serviços” (SCHWARZ, 1997, p. 19), “serviços” estes que, no caso de Riobaldo, incluem a proteção armada, ou seja, os seus agregados matam e morrem, se preciso for, em defesa dele e da sua

⁵⁶ Refiro-me ao clássico “A poesia envenenada de *Dom Casmurro*”, publicado no livro *Duas meninas*.

família, conforme seu discurso deixa transparecer. Walnice Galvão, que em seu livro *As formas do falso*, dedica-se a analisar a “plebe rural” e a dependência que decorre de sua ausência de bens e/ou oportunidades, observa, a propósito, que

a liberdade absoluta desses homens, que deriva da falta de tudo – de propriedade, tradição, raízes, qualificação profissional, instrumentos de trabalho, direitos e deveres –, tem como corolário a dependência também absoluta. O único meio de sobreviver é colocar-se sob a “proteção” de um poderoso. (GALVÃO, 1972, p. 37)

De acordo com a autora, a relação de dependência que se estabelece entre os despossuídos e os grandes chefes, abastados proprietários, a quem os primeiros estão obrigados a toda a sorte de serviços, importa inclusive em crimes, senão vejamos:

Livre, e por isso mesmo dependente. Sem ter nada de seu, e por isso mesmo servidor pessoal de quem tem. Inconsciente de seu destino, e por isso mesmo tendo seu destino totalmente determinado por outrem. Sem causas a defender, e por isso mesmo usado para defender causas alheias. Avulso e móvel, e por isso mesmo chefiado autoritariamente e fixado em sua posição de instrumento. Posto em disponibilidade pela organização econômica, que não necessita de sua força de trabalho, e por isso mesmo encontrando quem dele disponha, para outras tarefas que não as da produção. Tal é a condição dessa imensa massa de sujeitos disponíveis em suas “existências avulsas”, que estavam aí para serem usados, e que o foram, ao longo de toda a história brasileira.

Assinale-se, sobretudo, que **esta prestação de serviços pode ir até o crime**, que nada mais é que uma das muitas obrigações devidas ao protetor [...]. (GALVÃO, 1972, p. 41-42. *Grifo meu*)

No momento em que relata a sua história, Riobaldo já deixara há muito tempo de pertencer à condição de desvalido/dependente e passara a proprietário/protetor– “Eu dou proteção. Eu, isto é – Deus, por baixos permeios... Essa não faltou também à minha mãe, quando eu era menino, no sertãozinho de minha terra...” (ROSA, 2001a, p. 58). O ponto de partida da narrativa de Guimarães Rosa é justamente o ponto de chegada de seu protagonista-narrador, cuja travessia, após uma sucessão de perdas, sofrimentos e descobertas, culmina na ascensão social e financeira, garantida não apenas por um bom e vantajoso casamento, como também por uma polpuda herança, que lhe asseguram a velhice tranqüila, embalada pela rede e por uma série de lembranças e questões de ordem moral e afetiva, que ele tenta ordenar e trazer à tona sob forma de relato, a fim de preservar e compreender a própria história e os (des) rumos do destino.

No “tudo é e não é” (ROSA, 2001a, p. 27) da obra rosiana, na qual nos deparamos com toda a sorte de mesclas e matizes, em um “mundo muito misturado”, também o narrador é marcado pela hibridez, constantemente oscilando entre a posição de narrador oral/tradicional e narrador moderno, ora se desdobrando na “contação de causos” sertanejos, repletos de aventuras

cavalheirescas, recheadas de heróis e monstros, homens bons e sujeitos maus, ora se debatendo em meio a questionamentos de ordem existencial e transcendente, assumindo um “eu” meditativo e inquiridor, que está constantemente a interrogar a si próprio e ao interlocutor, no afã de descobrir o sentido da vida e do “homem humano”, questão maior com a qual ocupa os seus dias. “Eu queria decifrar as coisas que são importantes. [...] Queria entender do medo e da coragem, e da gã que empurra a gente para fazer tantos atos, dar corpo ao suceder” (ROSA, 2001a, p. 116).

À primeira vista, pelo estilo da fala e pelos traços simples com que se apresenta, Riobaldo é fácil e enganosamente tomado apenas como um homem rústico, sem maiores alcances em termos de reflexão, imagem que ele mesmo cuida de promover – “Sou só um sertanejo, nessas altas idéias navego mal. Sou muito pobre coitado. Inveja minha pura é de uns conforme o senhor, com toda leitura e suma doutoração” (ROSA, 2001a, p. 30) – apresentando-se como mero detentor dos costumes e da sabedoria popular, velho e reumático, dedicado à esposa e à religiosidade – “De mim, pessoa, vivo para minha mulher, que tudo modo-melhor merece, e para a devoção” (ROSA, 2001a, p. 41).

É, pois, com a hospitalidade e a simpatia de humilde homem do sertão que ele prende, aos poucos, a atenção do visitante com algumas pequenas histórias, “causos” que o povo conta, mais por distração e pelo prazer da conversa. Ao que tudo indica, o interlocutor encontra-se diante do “camponês sedentário” (para tomarmos o exemplo de Benjamin, que Arrigucci Jr. retoma) e vai se deixando ficar... Pelo prazer de ouvir as histórias narradas? Também, mas não somente. O ato de ficar do visitante, para além da própria vontade, está envolto pela arte e malícia de seu “humilde anfitrião”, que através da fala mansa, da prosa pitoresca, cativa o ouvinte, que entre curioso e divertido, cede à tentação de escutar mais e mais, entregando-se, sem reservas, ao narrador que, garantida a audiência, abre-se para o que desde o início se propunha, qual seja, obter respostas para as indagações que lhe atormentam e que pertencem à outra ordem, de relevo diverso e superior aos “causos” sertanejos com que principiou a sua narrativa.

Os “causos”, aliás, não aparecem na fala de Riobaldo senão com o propósito mesmo de introduzir questões maiores, conforme podemos depreender mais tarde. As pequenas histórias que vão “fluindo” na memória e na fala de Riobaldo servem de introdução, de apoio ou mesmo moldura para que venha a colocar em xeque, no momento oportuno, a questão de maior relevância para ele, que é a existência ou não do diabo. Ainda que comece o seu discurso sob o signo da negativa – “Do demo? Não glosa” (ROSA, 2001a, p. 24) –, é em torno dessa questão

que gira praticamente toda a sua fala. Assim, e certamente não por acaso, Riobaldo principia o seu jogo narrativo contando o “causo” de um homem chamado Aleixo, homem extremamente ruim que, sem qualquer motivo aparente, mata um velho pobre apenas por prazer – “O senhor não duvide – tem gente, neste aborrecido mundo, que matam só para ver alguém fazer careta...” (ROSA, 2001, a p. 28) – e, como punição divina, tem de enfrentar uma súbita doença e posterior cegueira dos filhos pequenos, sofrimento que acaba por regenerá-lo.

Seguido ao “causo” do Aleixo, lembra o “causo” de Pedro Pindó e sua mulher que, diferentemente da história anterior, eram pessoas boas, “de bem”, com um filho chamado Valtêi, esse sim, embora criança, tomado pela ruindade. Na tentativa de corrigir a má índole do menino, os pais passam a castigá-lo repetidamente, de diferentes formas, com o que acabam por habituar-se, a ponto de sentir prazer em maltratar o filho, que já dava mostras de não resistir por muito mais tempo, fato que não impede os pais de continuarem a impingir-lhe sofrimento, mantendo a rotina sádica, até mesmo chamando os vizinhos para assistir ao “evento” diário. Estas e outras histórias que surgem ao longo da narração, mais do que matéria de entretenimento, fazem parte de uma questão mais séria e mais ampla, verdadeiro objeto da narrativa. Os “causos”, bem como as diversas aventuras que Riobaldo se propõe a contar, são estrategicamente alinhavados com vistas a corroborar a sua afirmação de que “o diabo vige dentro do homem” (ROSA, 2001a, p. 26), ou seja, “o diabo não há!⁵⁷ [...] Existe é homem humano” (ROSA, 2001a, p. 624), conforme ele encerrará o longo discurso, convencido – ou antes, lutando para convencer-se – de que não vendeu a própria alma, uma vez que o “comprador” simplesmente inexistente.

Deve-se notar que, embora aparentemente caótica e desordenada, sua narração não é desconexa, não há elementos, fatos ou acontecimentos soltos, e, diferentemente do que possa parecer à primeira vista, Riobaldo não está simplesmente “jogando conversa fora”, sem rumo e sem intenção. Suas “divagações”, embora sigam as trilhas do sertão e da memória, não ocorrem a esmo, sem que ele saiba o ponto de partida ou de chegada. Ao contrário, ele conhece perfeitamente a aventura narrada, da qual foi protagonista, mas opta, todavia, por selecionar fatos e episódios de modo a manter a surpresa, o encantamento ou mesmo o choque diante do sertão e

⁵⁷ Creio que há um grande problema acerca da existência ou não do diabo que, independente da resposta, não alivia Riobaldo de seus tormentos. Acreditando que o diabo existe, validar-se-ia a existência do pacto e, conseqüentemente, a sua culpa, eis que vendera a alma em troca de poder, pagando, além disso, o alto preço de perder o grande amor Diadorim. Por outro lado, a se afirmar que não existe nada além do “homem humano”, colocamos em xeque todas as “más-ações” e o desenlace final que, sem qualquer entidade sobrenatural a quem se possa responsabilizar, recaem sobre Riobaldo, da mesma forma, pesando sobre seus ombros a morte do amigo/amor. Como se vê, a contradição em que ele se debate não é, de fato, de fácil solução, mesmo para nós, pesquisadores de “alta instrução”.

das personagens que, pouco a pouco, ele vai descortinando perante o interlocutor. Riobaldo, pois, não apenas mantém, do início ao fim, o controle do relato, como também exerce domínio sobre o próprio interlocutor, cujas impressões e sensações ele cuida de manipular, ainda que sutilmente. Danielle Corpas, analisando a “esperteza” do narrador, conclui:

Louvor à instrução, sonsice cabocla, faceirice de bom narrador, tudo isso colabora para a cooptação do interlocutor urbano culto que é o leitor o *Grande sertão: veredas*. São fatores que amaciam a brutalidade dos fatos narrados, forjam um filtro que os torna palatáveis à sensibilidade esclarecida, pela familiaridade de que se reveste a maneira de contar. Assim, fica mais fácil compreender as atitudes do jagunço Riobaldo, a ponto de eximi-lo dos erros cometidos, que passam a ser encarados da perspectiva de uma travessia rumo ao esclarecimento. Saímos do romance satisfeitos com as vitórias do protagonista, solidários com seus sofrimentos, compreensivos com suas falhas. Não salta tanto aos olhos o lado “demoníaco” de um narrador que volta e meia nos ludibria, ressaltando o que há de melhor no modo controverso como se conduziu em seu passado. (CORPAS, 2005, p. 98)

De fato, é apenas a partir de um olhar mais apurado que podemos perceber que o aparentemente rústico e modesto narrador é, na verdade, um homem perspicaz, experimentado, de forma alguma em posição inferior em relação ao homem da cidade. Ao contrário, o visitante citadino, pouco afeito à região, sua história e seus costumes, é quem se encontra em posição desfavorável, à mercê do anfitrião, que pode dispor como bem lhe aprouver dos conhecimentos e vantagens de que é detentor, do alto de sua posição de nativo, ex-jagunço, ora assentado em “teres e haveres”, bem cercado e protegido. Além disso, como oportunamente lembra Willi Bolle, o nosso “narrador sertanejo” é

uma pessoa que conhece muito bem a gramática e a retórica, uma figura altamente elaborada, um *jagunço letrado*. Sob a rude aparência manifesta-se uma inteligência aguda, realizando o trabalho de mediação mais sutil já inventado entre a cultura letrada e a cultura popular” (BOLLE, 2004, p. 41).

Somente após superarmos o estado encantatório (do qual poucos leitores escapam) é que começamos a desconfiar que a simplicidade e a elocução despreziosa que Riobaldo ensaia são apenas algumas dentre suas inúmeras artimanhas para seduzir, captar aquele a quem é endereçado o seu discurso. Donald Schüler, a propósito, afirma que “apesar de o autor criar a ilusão de naturalidade coloquial, não premeditada, o ininterrupto monólogo de Riobaldo obedece, na verdade, a um plano rigorosamente arquitetado. A isto se deve a quebra da seqüência cronológica” (1991, p. 362). Sua fala, pois, é seriamente calculada, pensada para moldar o interlocutor, obtendo sua simpatia e tolerância, atenuando, assim, o peso nas ações pregressas e, conseqüentemente, na sua consciência que, uma vez obtida a aprovação de um “doutor”, ou seja,

daquele cujo entendimento tem maior alcance e respeito do que o “povo prascóvio”, pode, finalmente, encontrar alívio para a grande culpa que carrega e lhe atormenta.

Para convencer aos outros e a si mesmo da isenção de culpa é que Riobaldo narra a própria história, para suprimir ou ao menos atenuar as suas faltas, o que só é possível mediante o “julgamento” de pessoas autorizadas, ou seja, de alcance e entendimento tais que sejam capazes de compreendê-lo e, possivelmente, absolvê-lo. Não é por mero caso, portanto, que a matéria narrada destina-se apenas a alguns poucos escolhidos, pois o “povo prascóvio” e maniqueísta, com suas crendices e conhecimentos parcos, não serve aos seus propósitos, não atende às suas dúvidas e anseios de ordem maior e, portanto, não pode lhe garantir o conforto e a redenção almejados. É por isso que, conforme podemos depreender da narrativa, antes de ser contada ao homem citadino de “suma doutoração”, sua história havia sido relatada, ao que tudo indica, apenas a Zé Bebelo⁵⁸, homem de ação e de idéias avançadas, e, por indicação daquele mesmo, ao seu Compadre Quelemém⁵⁹, homem espiritualizado e reflexivo, ambos capazes de compreender o homem, o mundo e suas vicissitudes, capazes de alcançar que o bem e o mal coexistem, não havendo indicações de outras pessoas a quem teria Riobaldo confiado suas memórias.

Deve-se notar, ainda, que ao escolher o visitante citadino para narrar a sua história não o faz apenas porque aquele veio da cidade, mas, também, porque tem “carta de doutor”, ou seja, a escolha do interlocutor está, aparentemente, ligada à busca de distinção social, que também resta evidenciada pelo teor da narrativa, na qual Riobaldo reprime, recalca, ou simplesmente tenta rebaixar os elementos, as crenças do povo, a fim de demonstrar elevação e autoridade, explicitando que ele, ao contrário dos demais, ascendeu e conseguiu superar o atraso a que os outros estão atrelados com suas crendices e escassa instrução.

Através da narrativa/monólogo que tem o tom de um depoimento — “Com o senhor me ouvindo, eu deponho. Conto” (ROSA, 2001a, p. 169) — ou mesmo de uma confissão, Riobaldo relata suas falhas, seus erros, os crimes cometidos ao longo da juventude, que, no momento da narração, ele pode relatar em detalhes, sem qualquer sobressalto, eis que se encontra em confortável posição social e financeira e, principalmente, porque guarda a certeza de que

⁵⁸ “Três dias falhei com ele, lá, no Porto-Passarinho. [...] naqueles três dias, não descansou de querer me aliviar, e de formar outros planejamentos para encaminhar minha vida. Nem indenizar completa a minha dor maior ele não pudesse. Só que Zé Bebelo não era homem de não prosseguir. Do que a Deus dou graças!” (ROSA, 2001a, p.622).

⁵⁹ “Compadre meu Quelemém me hospedou, deixou meu contar minha história inteira. Como vi que ele me olhava com aquela enorme paciência – calma de que minha dor passasse; e que podia esperar muito longo tempo.” (ROSA, 2001a, p.623).

quaisquer delitos – ainda que se pudesse comprová-los – já não podem ser punidos, conforme ele mesmo destaca: “Não crio receio. O senhor é homem de pensar o dos outros como sendo seu, não é criatura de pôr denúncia. E **meus feitos já revogaram, prescrição dita**. Tenho meu respeito firmado. Agora, sou anta empoçada, ninguém me caça” (ROSA, 2001a, p. 114. *Grifo meu*).

Riobaldo não carece, portanto, de absolvição legal, não é para conhecer as possíveis conseqüências jurídicas de seus atos que ele narra a própria história. O que ele precisa, o que busca ansiosamente, é o entendimento, a compreensão do outro enquanto homem, igual, passível de desvios e desatinos, assim como ele. Ele narra, pois, visando obter a absolvição humana e, em última instância, aliviar a própria consciência, carregada de culpas e aflições. Conforme a história avança, aquele que antes afigurava um narrador tradicional, velho e sábio, começa a dar lugar ao narrador moderno⁶⁰, desencantado, vacilante, não mais aquele apto a transmitir conhecimento e experiência através das muitas histórias recolhidas ao longo da vida, mas, sim, aquele que narra a própria história em busca de respostas, de esclarecimento para as inquietações pessoais que, apesar da sabedoria amalhada ao longo dos anos, ainda não é capaz de compreender, de decifrar de modo satisfatório. Nesse sentido, Arrigucci Jr. destaca que

o herói do romance é justamente aquele que já não pode falar exemplarmente de suas preocupações; já não é o homem de bom conselho, a quem pudesse bastar o saber tradicional. Por isso, para ele a travessia individual é também o enredamento num labirinto de dúvidas para cuja saída de nada valem a sabedoria e as normas tradicionais... (ARRIGUCCI JR., 1994, p. 20)

Assim, a “contação de causos” dá lugar à narração da história pessoal, da trajetória individual empreendida por Riobaldo, que culminou, contraditoriamente, em um resultado dúplice, de vitória e derrota. Vitória para o menino Riobaldo, nascido sem pai e sem posses, privado da organização familiar e social, desprovido de pertences e de pertencimento, e que, ao final, torna-se detentor de “possosas fazendas” (ROSA, 2001a, p. 210) e do amor de Otacília, além de ser aclamado como o herói do sertão que, corajoso, derrubara o Hermógenes e limpou os Gerais da jagunçagem (ROSA, 2001a, p. 618). Derrota para o jovem Riobaldo, entretanto, que no afã de vencer a guerra jagunça e cobrir-se de glórias, perdeu irremediavelmente o grande

⁶⁰ É oportuno observar, nesse aspecto, que Rosa não faz do fazendeiro Riobaldo um típico homem moderno. Em que pese sua evolução ao longo da narrativa, ele permanece arraigado a um sistema antigo, tradicional. Entretanto, seu conflito é moderno, ou seja, Guimarães insere no núcleo arcaico uma tensão moderna. Mostra-se relevante, nesse sentido, o posicionamento de PASTA JR. (1999, p. 63), ao apontar que “Riobaldo estava condenado pela contradição de base que o constitui. Indivíduo isolado, de um lado, membro de fratria ou clã de outro; livre e dependente; homem de lei e de mando, de contrato e de pacto; letrado e iletrado — moderno e arcaico...”

amigo/amor e companheiro de armas Diadorim, guardando *ad aeternum* o peso da culpa e do sofrimento por sua morte e pela paixão irrealizada. É para superar esta perda e a dor daí advinda que ele relata a sua história, num misto de confissão e expiação, revivendo através do discurso a trajetória percorrida, os caminhos que o levaram a conhecer, admirar e perder “o Menino”.

Apesar da ascensão, da posição alcançada e das conquistas materiais – ou talvez mesmo pelo modo como as obtivesse – Riobaldo é, ao fim e ao cabo, um homem de alma despedaçada, que busca, através das palavras, recompor os fios da vida e da memória, a fim de entender e preservar aquilo que se perdeu ao longo da sua busca por poder, tentando restituir não apenas fatos, pessoas e lugares, mas, sobretudo, a si mesmo, à própria essência. Willi Bolle aponta que

a história dele é a de um homem que deixou morrer o grande amor de sua vida. A narração dessa história, enquanto trabalho de um luto sem fim, é pura melancolia. Como bem observou um leitor do romance, o caminho de Riobaldo aos diversos lugares, na tentativa de “repor Diadorim em vida”, descreve no mapa a figura de um infinito⁶¹. Ao recordar a história do seu relacionamento com Diadorim, Riobaldo conta tudo⁶¹, não apenas a busca do seu caminho próprio e a sua experiência no meio dos homens, mas também a sua história oculta: seus sentimentos e suas emoções; seus diversos amores, com uma certa dispersão e falta de inteireza, seus interesses de ascensão social, a habilidade de usar os outros e o gosto pelo poder, as batalhas contra o medo, os sentimentos de culpa e o pacto secreto com o Diabo que lhe proporcionou uma suposta superioridade sobre os companheiros e um tipo de valentia, que lhe serviu de fachada e como imagem pública, mas com a qual não é possível “formar alma”. (BOLLE, 2004, p. 258-259)

A alma dilacerada e a dor que cerca a memória, aparentemente, são responsáveis pela dificuldade na formulação do relato, que acaba por se dar de forma confusa e desgovernada, sem ordem, sem linearidade, como se traduzisse o estado de espírito daquele que conta, que não consegue juntar de forma satisfatória as recordações guardadas, da mesma forma que é incapaz de juntar os próprios pedaços, de recompor-se enquanto homem. Assim, o corpo da narrativa seria tão fragmentado quanto o próprio ser que narra. Riobaldo aponta, aliás, para essa dificuldade, chamando a atenção, por diversas vezes, para a incapacidade de narrar objetiva e continuamente, justificando-se para o interlocutor, conforme se pode observar:

Ai, arre, mas: que esta minha boca não tem ordem nenhuma. Estou contando fora, coisas divagadas. (ROSA, 2001a, p. 37)

Sei que estou contando errado, pelos altos. [...] Mas não é por disfarçar, não pense. [...] Eu estou contando assim é porque é meu jeito de contar. (ROSA, 2001a, p. 114)

⁶¹ Merece uma pequena ressalva o comentário de Willi Bolle, dado que o próprio Riobaldo põe em xeque o “contar tudo”, senão vejamos: “De tudo não falo. Não tenciono relatar ao senhor minha vida em dobrados passos; servia para quê?” (ROSA, 2001a, p. 232). Ele conta, na verdade, aquilo que julga oportuno.

Contar seguido, alinhavado, só mesmo sendo as coisas de rasa importância⁶². (ROSA, 2001a, p. 115)

Contar é muito, muito dificultoso. Não pelos anos que se já passaram. Mas pela astúcia que têm certas coisas passadas – de fazer balancê, de se remexerem dos lugares. [...] São tantas horas de pessoas, tantas coisas em tantos tempos, tudo miúdo recruzado. (ROSA, 2001a, p. 200)

Ele afirma e reafirma a desordem da narração, ao mesmo tempo em que se esforça para convencer o interlocutor de sua fidelidade. Faz questão de apontar, igualmente, quantos pormenores envolvem suas lembranças. Pode-se mesmo pensar que há certa vaidade, mal oculta no discurso, acerca da notável capacidade do narrador, já velho, doente e cansado, que, no entanto, recorda “tantas horas de pessoas, tantas coisas em tantos tempos...”. Riobaldo tenta valorizar não apenas a narração e/ou os eventos narrados, mas, também, quem conta. Atrevo-me a dizer, ainda, que não é por mero acaso que ele narra a própria história de forma fragmentada, sem ordem e/ou, como ele diz, “por palavras tortas” (ROSA, 2001a, p. 506). O ex-jagunço bem conhece a aventura narrada, as trilhas percorridas, a feiúra e a beleza da própria história, a qual, inclusive, já relatou anteriormente. Se opta por contar sem “alinhavo”, não é por ignorância ou falta de habilidade, como tenta fazer crer, mas, sim, para que o interlocutor, mais do que ouvir, possa experimentar a mesma sensação de dúvida e desamparo que ele próprio sentira, para que também se sinta perdido em meio às trilhas do oculto e do desconhecido, que percorra, através da narrativa, os mesmos caminhos e descaminhos que ele percorreu, para que, assim, seja capaz de entendê-lo, de alcançar o seu passado e a sua angústia.

Mas, como vou contar ao senhor? Ao que narro, assim refrio, e esvaziado, luís-e-silva. O senhor não sabe, o senhor não vê. Conto o que fiz? [...] o senhor é capaz que escute, como eu escutei? [...] Como vou contar, e o senhor sentir em meu estado? O senhor sobrenasceu lá? O senhor mordeu aquilo? O senhor conheceu Diadorim, meu senhor?!... Ah, o senhor pensa que morte é choro e sofisma-terra funda e ossos quietos... O senhor havia de conceber alguém aureoar de todo amor e morrer como só para um. O senhor devia de ver homens à mão-tente se matando a crer, com babas raivas! Ou a arte de um: tá-tá, tiro – e o outro vir na fumaça, de à-faca, de repelo: quando o que já defunto era quem mais matava... (ROSA, 2001a, p. 608-609)

Para que o interlocutor partilhe a sua dor, se compadeça e, principalmente, para que compreenda a motivação das suas ações e lhe dê, ao final, a almejada absolvição, Riobaldo conduz a narrativa como quem conduz uma viagem rumo ao inóspito sertão, desnudando suas

⁶² Note-se que nesta citação, ao apontar a dificuldade, Riobaldo não apenas justifica a narração desordenada, como também encarece o valor do relato.

veredas, dando a conhecer um universo que está em vias de desaparecer para sempre. O tempo, bem como o espaço recriado através de seu relato, faz parte de um mundo que está se perdendo, na medida em que a cidade e a modernidade avançam, eliminando o sertão, “reino” de grandes chefes, em cujo trono ele próprio tomou assento. A sua narrativa é pautada, em larga medida, pela tentativa de recompor pessoas e lugares que já não existem ou estão fadados à extinção, a serem varridos para sempre, sem ter “uma segunda oportunidade sobre a terra”⁶³. É preciso, contudo, que ele reconstitua esse sertão, lendário e já distante, para justificar o seu percurso e as suas escolhas, recompondo diante do interlocutor a violência e a barbárie que, se não justificam, ao menos atenuam as suas “más ações”. Ao penetrar, através da narrativa, nas trilhas sangrentas e dolorosas que Riobaldo percorreu, o interlocutor passa a ser não apenas seu confessor, mas seu cúmplice e seu igual, praticamente incapaz de reprovar seu comportamento, na medida em que aprende que quase toda a conduta no universo sertanejo não se pauta e, portanto, dificilmente pode ser julgada a partir do código citadino, de acordo com leis e regras calcadas no entendimento urbano. O próprio autor elabora sua defesa em favor de Riobaldo e suas “más ações”, apelando para o entendimento acerca do sertão e do homem que produz:

O que ali acontece não são crimes. A gente do sertão, os homens de meus livros, [...] vivem sem consciência do pecado original; portanto, não sabem o que é o bem e o que é o mal. Em sua inocência, cometem tudo o que nós chamamos “crimes”, mas que para eles não o são. [...] No sertão, cada homem pode se encontrar ou se perder. As duas coisas são possíveis. Como critério, ele tem apenas sua inteligência e sua capacidade de adivinhar. Nada mais. (ROSA, *apud* LORENZ, 1991, p. 93-94)

Para entender e avaliar aquilo que Riobaldo viveu e praticou, pois, há que levar-se em conta a ética própria dos bandos jagunços e do ambiente sertanejo. Assim, para moldar o seu interlocutor, para cultivar-lhe um novo olhar, é que ele dá tantas voltas, cerca, inquire, confunde, até obter-lhe a confiança e a entrega sem reservas, pronto para ouvir e compreender, já tomado pelo ambiente, tempo, fatos, personagens e regras, antes mesmo de conhecer o mote da narrativa. A exemplo de seu criador, também o personagem/protagonista/narrador Riobaldo, antes de dar a conhecer a própria história, apela para o esclarecimento do que vem a ser o sertão e como aquele ambiente molda seus habitantes, encaminhando-os ou desencaminhando-os⁶⁴. Justifica, assim, de antemão, toda e qualquer má ação que se lhe possa apontar, desde o início isentando-se.

⁶³ Como aconteceria em Macondo, de *Cem anos de solidão*.

⁶⁴ É Antonio Candido quem afirma, analisando *Grande Sertão: Veredas*, que “os homens [...] são produzidos pelo meio físico. O Sertão os encaminha e desencaminha, propiciando um comportamento adequado à sua rudeza.” (CÂNDIDO, 1991, p. 299)

CONCLUSÃO

A proposta inicial da dissertação, conforme já explicado no início, voltava-se para o estudo acerca do feminino em *Grande Sertão: Veredas*, ou, mais especificamente, de que modo as personagens femininas são representadas por Guimarães Rosa, em meio ao ambiente hostil do sertão, dominado por valores masculinos, cercado de violência e privações. Pretendia-se, principalmente, verificar qual é a posição por elas ocupada na obra, ou seja, qual a importância que detêm ao longo do texto rosiano. Para melhor esclarecer a posição das mulheres no livro fez-se necessário, contudo, antecipar algumas questões concernentes ao ambiente no qual elas se encontram inseridas, bem como analisar os homens que, naquela sociedade sertanejo-patriarcal, detêm o controle não apenas do meio físico, mas também dos habitantes mais fracos ou menos favorecidos, entre os quais se incluem as mulheres.

Assim, cuidou-se de delinear, no **capítulo 1**, as terras sertanejas apresentadas por Rosa, em que é explícita a ambivalência dos espaços, rodeados de encantos, mas também plenos de ameaças e trilhas inóspitas, cenário de aventuras e adversidades, de “possosas” fazendas, acolhedoras e confortáveis, contrastando com choças e socavões, esquecidos pelas autoridades e cidadãos em geral, forjados em meio à pobreza e a ignorância, desfigurando, animalizando os raros moradores. Sertão que Rosa reconstitui a partir da experiência e da observação, criado a partir das suas memórias, mas também deformado por elas, recriado com as tintas mágicas da imaginação, de outras culturas aprendidas, de materiais variados que foi colhendo ao longo de sua travessia própria. “Tudo é e não é”, afirma o seu personagem/protagonista, já respondendo a possível pergunta acerca da veracidade daquele espaço, daquela gente, daquele “sertão-mundo” que se desdobra a cada página.

Uma vez analisado o sertão, examinou-se a formação dos homens sertanejos, tomando por base, entre outros, a lição de Gilberto Freire acerca da educação dos meninos. Demonstrou-se que

para alguns a iniciação no manejo das armas, o exercício da coragem e das lides guerreiras, especialmente na sociedade sertanejo-patriarcal, faz parte de um rito de passagem, em que os meninos são incitados a comprovar a virilidade e a aptidão para a luta, “mal necessário” para garantir a sobrevivência, resguardando a si e aos seus. Observou-se, a propósito, que a violência não se restringe ao sertanejo, antes parece inerente aos homens, no sertão ou na cidade, como atestam vários exemplos, tomados da realidade ou das criações ficcionais. No texto de Rosa, contudo, a violência é de certa forma diluída em face dos recursos empregados pelo autor. Em lugar do “sertanejo real”, a narrativa é permeada de guerreiros, homens embrutecidos pelo meio que bravamente, “heroicamente”, cuidam de defender a si e aos seus. Nas mãos de Rosa aqueles homens alçam a categoria de seres fantásticos e suas ações, em meio aos artifícios imaginativos e encantatórios espalhados ao longo do texto, perdem ou têm atenuadas as características e ações que poderiam surpreender ou mesmo chocar o interlocutor/leitor.

Com relação às mulheres, restou claro ao longo da pesquisa que sua participação no sertão, marcado pelo mando e pela violência dos homens, não se dá de forma simples. Não raras vezes, parece mesmo pouco possível que se desenvolva qualquer princípio feminino naquele ambiente hostil e de dominação masculina. Além disso, na maioria das vezes, mesmo quando à mulher se reserva alguma participação, esta é secundária e limitada a padrões pré-estabelecidos, que não lhe asseguram qualquer posição de destaque e/ou possibilidade de afirmação individual.

Na obra de Rosa, todavia, várias pistas apontam para a importância do elemento feminino⁶⁵ no desenrolar da história, que, se não é facilmente percebida, não há de ser negada após leitura atenta, levando-se em conta, especialmente, a relevância que o personagem/narrador Riobaldo concede às mulheres e ao universo feminino. Com efeito, uma leitura mais detalhada possibilita-nos constatar que em *Grande Sertão: Veredas* as personagens femininas delineadas ao longo do texto, principalmente as três mulheres que o personagem/protagonista ama – Diadorim, Nhorinhá e Otacília –, de personalidade, posição e valores diversos, mas, ao mesmo tempo, com muitas semelhanças, afiguram-se fundamentais em seu crescimento humano, afetivo e sócio-econômico. Da mesma forma que os homens esboçados pelo autor, as personagens femininas fogem ao comum para dar lugar a criaturas quase mágicas, cuja beleza, doçura, sedução e coragem são valores de certa forma exacerbados, como se não se tratasse de fato de mulheres

⁶⁵ Lembremo-nos, a propósito, que é com um nome de mulher que se abre a grande obra: “A Aracy, minha mulher, Ara, pertence este livro.”, dedica o autor.

apenas, mas de “entidades” cujos “poderes” se concentram para guiar Riobaldo, amparando, protegendo, oferecendo o rumo certo em meio a sua trajetória.

Avançando a pesquisa, e dada a riqueza e as inúmeras possibilidades de estudo que a obra rosiana oferece, outras questões e interesses começaram a tomar corpo e, assim, o objeto de estudo acabou por ampliar-se, de forma que a travessia de Riobaldo originou um capítulo à parte, o **capítulo 2**, no qual se apurou a transformação do protagonista/narrador ao longo da narrativa: desde a sua infância de “pobre menino”, sem pai e sem posses, criado apenas pela mãe, Bigrí, até ascender a chefe e herói, conquistando, ao fim e ao cabo, a posição de fazendeiro, bem casado e bem posto, guardado pelos antigos companheiros de jagunçagem, ora agregados. Evidenciou-se naquele capítulo a inserção e a aprendizagem de Riobaldo no sistema jagunço, de cujos ardis ele viria a utilizar-se, de modo a abandonar a condição marginalizada a que de início se encontrava submetido, sem pai reconhecido, sem posses e sem coragem, para tornar-se, ao final, detentor de poder e glórias, posteriormente homem abastado, dono de gados e plantações, arranchado em extensas propriedades.

Destaca-se neste ponto que, da mesma forma que o protagonista/narrador empreende uma trajetória que vai da idealização ao desencanto, passando pelo aprendizado do poder, também parece natural que o interlocutor/leitor seja conduzido ao movimento que vai do enlevo e compadecimento até a passagem para o esclarecimento, quando passaria a desconfiar da história narrada e mapear as marcas ambíguas (quando não explícitas) do discurso. Como já se comentou, o tom poético com que muitas passagens são relatadas encobre, não raro, verdadeiras barbáries, mascarando ou diluindo episódios de tal forma que, entregue, o interlocutor/leitor não absorve o que de fato está posto ao longo da história. Em alguns casos nem mesmo se trata de lirismo, mas simplesmente de certa singeleza que o narrador imprime à fala e que conduz a uma espécie de pacto (não esqueçamos, a propósito que Riobaldo é pactário) em que se partilha de sua narrativa sem qualquer espécie de julgamento. Lembre-se, por exemplo, dos estupros que ele mesmo confessa, mas com tal naturalidade que, em um primeiro momento, dificilmente se interrompe o fluxo da oitiva/leitura para refletir sobre a brutalidade. Além disso, ele cuida de apontar que se trata de “prática” entre os jagunços, ou seja, qual é a sua culpa? Ele apenas fazia o que era “instituído” entre os homens e, ao contrário dos demais, foram “apenas” duas ocasiões. É com a mesma naturalidade, a propósito, que ele trata de seu “ofício” de atirador, como se não estivesse aí implicado o fato de matar que, deslocado na fala de Riobaldo, resta praticamente abolido, ante

a “qualidade” que sobressai – a competência para atirar sem erro, com mira certa, ou seja, sem possibilitar a mínima chance de sobrevivência àquele que é alvejado, fato praticamente anulado em seu discurso, pois que o objeto maior ali é louvar a sua aptidão, “dom de Deus”.

Só o que mesmo devo de dizer, como **atiro bem: que vivo ainda por encontrar quem comigo se iguale, em pontaria e gatilho**. Por meu bom, de desde mocinho. Alemão Vupes pouco me ensinou. Naquele tempo, já eu era. Dono de qualquer cano de fogo: revólver, clavina, espingarda, fuzil reiúno, trabuco, clavinote ou rifle. Honras não conto alto, porque acho que **acerto natural assim é de Deus, dom dado**. Pelo que compadre meu Quelemém me explicou: que eu devo de, noutra vida, por certo em encarnação, ter trabalhado muito em mira em arma. Seja? **Pontaria, o senhor concorde, é um talento todo, na idéia**. (ROSA, 2001a, p. 178)

Riobaldo é sagaz o bastante para transformar em glória aquilo que poderia ser visto como crime ou “má-ação”. Fala com tal ingenuidade que, à primeira vista, não há o que repreender em seu relato, tudo parece mesmo “natural”, aceitável e necessário. Não obstante, ele torna o interlocutor seu cúmplice, envolvendo, enredando e angariando a anuência daquele. Note-se que no trecho mencionado ele não pergunta, sutilmente exige a concordância do outro: “o senhor concorde, é um talento”, ou seja, não é crime, não é desonra, é “talento”, “dom”, “o senhor concorde”. Não há ponto de interrogação na frase final – Riobaldo não está questionando, mas tão somente expondo as razões pelas quais o interlocutor há de aprová-lo.

A “má-formação” de Riobaldo, a falha de origem em virtude da ausência ou desconhecimento da identidade paterna e a condição precária, de pouco ou nenhum recurso, a que é submetido nos anos iniciais, é equilibrada ao longo da vida pelo atributo da astúcia, da capacidade (que aos outros meninos/homens em igual condição parece escapar) de aprendizagem, de assimilação das “manhas” do poder que, ao fim e ao cabo, lhe permitem ascender. Sua posição é ambígua, na medida em que concentra o dado positivo da superação, da sobreposição ao meio e à origem – Riobaldo é um vencedor – mas que, ao mesmo tempo, como não se pode deixar de notar, é acompanhado de outra face, negativa, eis que sua conduta, vista sob outro ângulo, também é falha, marcada pela esperteza e pelo individualismo que, em muitos momentos, denotam a fraqueza de caráter daquele que, na ânsia de vencer, não hesita em iludir, manobrar ou mesmo prejudicar os companheiros. É oportuno notar que, enquanto os grandes chefes são idealizados, representados sob um manto mítico ou sobrenatural, Riobaldo, mesmo quando se torna chefe e, portanto, ascende à categoria elevada daqueles, continua sendo falho, *baldo*, sem a aura fantástica dos demais, simplesmente humano, e talvez por este motivo mesmo, compreensível a quem ouve/lê a sua história.

O grande trunfo de Rosa parece ser a “preparação” a que o interlocutor/leitor é submetido, “enfeitiçado” ante o tom lírico e as belezas naturais que o autor vai lançando em meio às páginas, ao mesmo tempo em que insere, pouco a pouco, o outro lado da história, pontuado de misérias e sofrimentos. Há toda uma série de elementos que envolvem e conduzem a uma dimensão de encantamento que, fatalmente, leva o interlocutor/leitor a se emocionar com o que, à primeira vista, é a história de superação de um homem que experimentou o amor e o ódio, a ternura e a violência, o bem e o mal, enfim, mazelas a que qualquer “homem humano” poderia sucumbir, mas que ele, Riobaldo, ultrapassou, lutando incansavelmente, sobrevivendo à guerra, às perdas, e a toda sorte de provações, até alcançar o estágio final. O homem que tudo sofre, sem esmorecer e, ao final, é “premiado” por sua perseverança e triunfo sobre o as vicissitudes já faz parte, aliás, do nosso imaginário e a escrita rosiana cuida tão somente de resgatar.

Há ainda outro fator que influencia essa leitura “compadecida” e cúmplice da trajetória de Riobaldo. Lembremo-nos de Augusto Esteves, por exemplo, de “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”, personagem que no início do conto é descrito de forma a causar desconforto, quando não a ira, de quem lê. Ele é arrogante, cruel, desmedido, de forma que parece merecedor ou, no mínimo, responsável pelos males que irá sofrer ao longo da história. A simpatia do leitor, conseqüentemente, só é atingida posteriormente, aos poucos, conforme vai sendo delineada a regeneração do personagem. No caso de Riobaldo, contrariamente, a sua trajetória, conforme ele vai contar, já se inicia em meio a padecimentos materiais e morais. Trata-se de um menino sem posses, que ante a falta de recursos, a fim de restabelecer a saúde tem de apelar para forças sobrenaturais, rezas e promessas que têm de ser pagas mediante a coleta de esmolas, conforme lhe impõe a mãe, cujos únicos bens valiosos são mesmo a devoção e o amor, nada mais. É somente após a morte da mãe, ou seja, após uma significativa perda, que ele conhecerá o conforto, através do padrinho/pai, conforto este que é apenas de ordem material, uma vez que o ansiado reconhecimento, ou seja, o conforto moral que o padrinho lhe poderia dar, assumindo-se seu pai, não ocorre, conduzindo-o à fuga, ante a vergonha dos demais e de si mesmo.

De outra banda, Riobaldo experimenta um amor inexplicável e inaceitável no meio em que circula, haja vista que, ao menos aparentemente, seu objeto de desejo era um jagunço, “macho em suas roupas e armas” e que, ao final, também repete o movimento que ele experimentara com a figura da mãe, ou seja, é somente após nova perda, nesse caso talvez mais significativa do que a perda da mãe, que ele alcançará o conforto financeiro e espiritual, ao lado

da esposa Otacília e, de qualquer forma, no que tange ao espírito, seu conforto é apenas parcial, na medida em que se debaterá em culpas e questões existenciais pelo restante de seus dias.

Todas as agruras experimentadas pelo protagonista/narrador contribuem, como se pode notar, para que o interlocutor/leitor simpatize com sua história e releve suas falhas ou más ações, mas, ao mesmo tempo em que sua travessia emociona ante a história de miséria e superação oferecida, é essa mesma travessia que fará com que desperte, quando menos se espera, certa desconfiança que impõe a releitura e expõe outras possibilidades de compreensão. Afinal, se outros jagunços, companheiros de Riobaldo em sua trajetória, também eram frutos do sertão e de suas amarguras, por que somente ele chega vitorioso ao final? Essa dúvida é que vai de certo modo quebrar o encanto a que a leitura estava submetida até então, forçando a nova (s) leitura (s), para que se possa analisar de modo distanciado (tanto quanto possível) a história narrada.

Assim, após investigar a trajetória do protagonista e a sua transformação, cuidou-se de verificar o ponto que talvez possa ser considerado fundamental para melhor se entender o texto rosiano ou, ao menos, para entender a dificuldade de compreensão. A partir de excertos do próprio livro, no **capítulo 3**, pôs-se em xeque a fidelidade do narrador, apontando-se para as inúmeras marcas ao longo do seu discurso que, quando não comprometem de todo a narração, colocam em dúvida a sua veracidade e as intenções do velho Riobaldo. Sua habilidade na arte de narrar, atrai o interlocutor, confunde-lhe e, não raro coloca-o diante de questões praticamente insolúveis. Por mais que se esforce, e que o próprio narrador acene com a possibilidade de estar mentindo, ocultando ou deformando fatos, a “sonsice caboclo-sertaneja” é de tal forma bem articulada que, em busca de desmascará-lo, apenas o interlocutor e/ou leitor se vê às voltas com novos “causos” e questões filosóficas e existenciais tamanhas, que até Deus e o diabo já há muito se gastaram tentando equacionar. Enfeitiçado e compadecido, não resta à “vítima” de Riobaldo mais do que a possibilidade de deixar-se ficar e tomar parte no seu universo de aventuras, em que se descortina àquele que se dispõe a conhecer sua história, um espaço mágico, de cenários paradisíacos e assustadores, em que se debatem bons e maus cavaleiros, em intermináveis confrontos, em que podem salvar ou perder a alma, grande dilema a ocupar os dias dos velhos barranqueiros, que desde cedo aprenderam que “viver é muito perigoso”.

Ao dar voz a um ex-jagunço letrado e experimentado, que do alto de seus “cabelos brancos” tem muito que contar, Rosa retoma e atualiza o modelo da narrativa popular. Embora em lugar da oralidade tenhamos a escrita, é mantida a idéia de relato oral através do diálogo

“forjado” pela presença do interlocutor que tudo ouve, anota, questiona. A única “voz” presente ao longo das muitas páginas de *Grande Sertão: Veredas* é a de Riobaldo, mas as interrogações, reticências (*Hem? Hem? Ah...*), observações e outros recursos que compõem na “fala” ininterrupta do velho narrador não apenas conduzem à idéia de diálogo, como, não raro, absorvem aquele que lê de tal modo que parece mesmo que, em lugar de ler, está a ouvir a história narrada.

Nesse romance, vale reiterar, transborda em vários momentos o lirismo, de maneira que se forma um grande descompasso entre a realidade bruta do sertanejo e o modelo narrativo elevado utilizado por Guimarães Rosa, que dá à história crua a feição de fábula, ao jagunço sanguinário, a aura de guerreiro heróico. Esse descompasso, que adquire contornos irônicos em várias momentos da obra de Machado de Assis, apenas para citar um exemplo, em Rosa, parece ser melhor camuflado, de modo que os atos de barbárie deixam de chocar o interlocutor/leitor e convertem-se em “percalços” necessários para a sobrevivência. Riobaldo, o astuto narrador rosiano, é mestre, aliás, como bem se observou, em recobrir os acontecimentos brutos através de procedimentos que diminuem ou mesmo excluem o peso das ações truculentas (adoçando, heroicizando, deslocando, naturalizando). Mas como ou até que ponto condená-lo? Essa é uma das muitas dúvidas que persistem ao final de nossa leitura.

Ao conhecer “o outro lado da moeda”, ou seja, ao tomar conhecimento dos fatos através da visão de um jagunço, daquele que, não por acaso, a simples menção despertava temor, pois ao longo da História foi sempre marginal, apontado como o bandido, começa-se a questionar quem de fato é o vilão, ou antes, começa-se a perguntar se de fato existe apenas um vilão. Riobaldo, assim como seus companheiros, praticou seus crimes, agiu contrariando a lei e a ordem, mas em dado momento o interlocutor/leitor é surpreendido com algumas intrincadas questões: de que lei se está falando? Qual é a ordem que impera no sertão? Quem é o “mocinho” e quem é o “bandido”? Não se trata de uma apologia à criminalidade, mas exatamente de colocar o interlocutor/leitor frente a essas interrogações que, de algum modo, cuidam de abalar quaisquer certezas e, principalmente, de abolir a possibilidade de uma interpretação maniqueísta. Se as autoridades se mostram, não raro, mais perversas do que muitos dos chamados criminosos, já não parece tão contraditório que esses mesmos criminosos, possam mostrar-se superiores e humanos, compadecendo-se, perdoadando, questionando a injustiça e as desigualdades. Ou antes, parece mesmo que a contradição é a palavra de ordem em se tratando de *Grande Sertão: Veredas*.

Contradição e movimento. A narrativa rosiana, oscilante como o velho narrador, ex-jagunço pactário, transformado em “homem de bem”, é marcada por um constante movimento em todos os níveis. Movimento do narrador, cuja memória desloca-se do presente ao passado e ao presente novamente, buscando respostas ou alívio para suas culpas; que afirma o pacto para, em seguida, refutá-lo. Movimento do povo sertanejo, constantemente em busca de melhores condições. Movimento dos jagunços que emergem do relato de Riobaldo, em infindáveis guerras. Movimento do interlocutor/leitor que ora se encanta, ora suspeita da história narrada. Certamente não é por acaso que o longo relato de Riobaldo encerra-se com a palavra “travessia”, enquanto o símbolo final posto no livro é o do infinito. Ao que tudo indica, ao penetrar por entre as veredas rosianas, aceitando o pacto com o livro, encaminhamo-nos para uma travessia infinita. Conscientemente ou não, ao delinear a travessia do seu protagonista personagem, Rosa criou mecanismos para também impô-la ao interlocutor/leitor.

As ambivalências que cercam o sertão, espaço em que se dá o atravessar constante de Riobaldo, num ir e vir sem fim, trânsito entre o lirismo do passado e o amontoado de dúvidas do presente, também cercam o livro, espaço por entre o qual se movimenta o interlocutor/leitor, entre a contemplação e a tentativa de retomar a razão, a objetividade que pode ser perdida na próxima página, na próxima linha. A única arma ao alcance do interlocutor/leitor é o distanciamento, a leitura prevenida, imune aos apelos encantatórios do livro, mas até que ponto conseguirá lograr êxito, “[n]ão sei. Ninguém ainda não sabe. Só umas raríssimas pessoas – e só essas poucas veredas, veredazinhas. O que muito lhe agradeço é a sua fineza de atenção.” (ROSA, 2001a, p. 116). Espera-se que tenha esta pesquisa atingido seu objetivo maior, que é contribuir de algum modo para a reflexão e melhor compreensão da obra rosiana.

REFERÊNCIAS

ALVES, Cristiane. *Diadorim, Nhorinhá e Otacília: o feminino em Grande Sertão: Veredas*. Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Letras. UFRGS, Porto Alegre, 2008.

ARRIGUCCI JR., David. O mundo misturado: romance e experiência em Guimarães Rosa. In: *Novos Estudos Cebrap*, nº 40, São Paulo, nov. 1994, p. 7-29.

BARROS, Maria Nazareth Alvim de. *As deusas, as bruxas e a Igreja: séculos de perseguição*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2001.

BOLLE, Willi. *grandesertão.br: o romance de formação do Brasil*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2004.

BOSI, Alfredo. Céu, inferno. In: _____. *Céu, inferno: ensaios de crítica literária e ideológica*. São Paulo: Ática, 1988, p. 10-32.

CALVINO, Italo. As Odisséias na *Odisséia*. In: _____. *Por que ler os clássicos*. Tradução Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 17-24.

CÂNDIDO, Antônio. Jagunços Mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa. In: _____. *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1977, p. 133-160.

_____. Literatura e subdesenvolvimento. In: _____. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989, p. 140-162.

_____. O Homem dos Aessos. In: COUTINHO, Eduardo F. (org.). *Guimarães Rosa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, p. 294-309.

_____. Dialética da Malandragem. In: _____. *O Discurso e a Cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1993, pp. 19-54.

CORPAS, Danielle. Tudo tinha de semelhar um social. In: *Terceira Margem. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Letras e Artes, Faculdade de Letras, Pós-Graduação, Ano IX, nº 12, 2005, p. 91-103.

COUTO, Ronaldo Costa. Por que JK construiu Brasília? In: *Brasília 50 anos – VEJA Edição Especial*. Disponível em <http://veja.abril.com.br/especiais/brasilgia/por-que-jk-construiu-brasilgia-p-42.html>. Acesso em 28 de agosto de 2011.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

DACANAL, José Hildebrando. *Riobaldo & eu: a roça imigrante e o sertão mineiro*. Porto Alegre: Editorial SOLES, 2009.

EM MEMÓRIA de João Guimarães Rosa. Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1968.

FISCHER, Luís Augusto. Pampa e sertão: fronteiras. In: *Caderno de Literatura*. Porto Alegre: AJURIS, junho de 2009, nº 17, p. 12-19.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966. 2º tomo.

_____. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *As formas do falso*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

GARBUGLIO, José Carlos. *O mundo movente de Guimarães Rosa*. São Paulo: Ática, 1972.

GINZBURG, Jaime. Ambigüidade e expiação em *Grande sertão: veredas*. In: LOPES, Cicero Galeno (org.). *Textos e personagens: estudos de literatura brasileira*. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1995, p. 60-75.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

LIMA, Sônia Maria van Dijck (org.). *Ascendino Leite entrevista Guimarães Rosa*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

LORENZ, Günter. Diálogo com Guimarães Rosa. In: COUTINHO, Eduardo F. (org.). *Guimarães Rosa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, p. 62-97.

LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.

LURKER, Manfred. *Dicionário de simbologia*. Tradução de Mário Krauss e Vera Barkow. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Abril, 2010.

MELLO, José Roberto. *O cotidiano no imaginário medieval*. São Paulo: Contexto, 1992.

NUNES, Benedito. O Amor na obra de Guimarães Rosa. In: COUTINHO, Eduardo F. (org.). *Guimarães Rosa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, p. 144-169.

PACHECO, Ana Paula. Astúcia de classe: “Famigerado”, de Guimarães Rosa, e o lugar do escritor. In: *Terceira Margem. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Letras e Artes, Faculdade de Letras, Pós-Graduação, Ano XIII, n. 21, ago-dez. 2009, p. 131-139.

PASTA JÚNIOR, José Antônio. O Romance de Rosa: temas do *Grande Sertão* e do Brasil. In: *Novos Estudos CEBRAP* nº 55, novembro de 1999, p. 61-70.

PROENÇA, M. Cavalcanti. Don Riobaldo do Urucuaia, Cavaleiro dos Campos Gerais. In: _____. *Trilhas do Grande Sertão*. Rio de Janeiro: MEC, 1958, p. 13-29.

RONCARI, Luiz. *O Brasil de Rosa: mito e história no universo rosiano: o amor e o poder*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

ROSA, João Guimarães. *Ave, palavra*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

_____. *Estas estórias*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

_____. *Grande Sertão: Veredas*. 19ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001a.

_____. *Sagarana*. 71ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001b.

_____. João Guimarães Rosa: correspondência com seu tradutor alemão Curt Meyer-Clason: (1958-1967) / edição, organização e notas Maria Aparecida Faria Marcondes Bussolotti; tradução Erlon José Paschoal. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Academia Brasileira de Letras; Belo Horizonte, MG; Ed. da UFMG, 2003.

ROSENFELD, Kathrin Holzermayr. *Desenveredando Rosa. A obra de J. G. Rosa e outros ensaios rosianos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

_____. *Grande sertão: veredas – Roteiro de leitura*. São Paulo: Ática, 1992.

SCHÜLER, Donald. Grande Sertão: Veredas – Estudos. In: COUTINHO, Eduardo F. (org.). *Guimarães Rosa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, p. 360-377.

SCHWARZ, Roberto. *Duas meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. Grande Sertão: Estudos. In: COUTINHO, Eduardo F. (org.). *Guimarães Rosa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, p. 378-389.

SPERBER, Suzi Frankl. *Guimarães Rosa: signo e sentimento*. São Paulo: Ática, 1982.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Lembranças do Brasil: teoria política, história e ficção em Grande Sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Revan: UCAM, IUPERJ, 1999.

VASCONCELOS, Sandra Guardini T. *Puras misturas*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1997.

_____. Homens provisórios: coronelismo e jagunçagem em *Grande Sertão: Veredas*. In: *Scripta*. Revista do Programa de Pós-graduação em Letras e do Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros da PUC-Minas. Edição Especial, 2º Seminário Internacional Guimarães Rosa – Rotas e Roteiros. V. 5, nº 10, 1º semestre de 2002. Belo Horizonte: PUC Minas, 2002, p. 321-333.

VIGGIANO, Alan. Itinerário de Riobaldo Tatarana. In: SECCHIN, Antonio Carlos *et al* (org.). *Veredas no sertão rosiano*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007, p. 87-103.

WISNIK, José Miguel. O Famigerado. In: *Scripta*. Revista do Programa de Pós-graduação em Letras e do Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros da PUC-Minas. Edição Especial, 2º Seminário Internacional Guimarães Rosa – Rotas e Roteiros. V. 5, nº 10, 1º semestre de 2002. Belo Horizonte: PUC Minas, 2002, p. 177-198.